

NEUSA MARIA KUESTER VEGINI

**A DIMENSÃO ÉTICA DA FORMAÇÃO  
DO PROFISSIONAL EM SAÚDE:  
UM ESTUDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
SOBRE O TROTE UNIVERSITÁRIO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva. Área de concentração: Ciências Humanas e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirelle Finkler

FLORIANÓPOLIS – SC  
20 de julho de 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

VEGINI, Neusa Maria Kuester

A DIMENSÃO ÉTICA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM SAÚDE :  
UM ESTUDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TROTE  
UNIVERSITÁRIO / Neusa Maria Kuester VEGINI ; orientadora,  
Mirelle FINKLER - Florianópolis, SC, 2016.

129 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós  
Graduação Multidisciplinar em Saúde.

Inclui referências

1. Saúde. 2. formação. 3. ética. 4. trotes. 5. saúde. I.  
FINKLER, Mirelle. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em  
Saúde. III. Título.

Neusa Maria Kuester Vegini

**A DIMENSÃO ÉTICA DA FORMAÇÃO  
DO PROFISSIONAL EM SAÚDE:  
UM ESTUDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
SOBRE O TROTE UNIVERSITÁRIO**

Dissertação aprovada e julgada adequada para obtenção do título de  
Mestre (a) pelo Programa De Pós-Graduação em Saúde Coletiva da  
Universidade Federal De Santa Catarina  
Florianópolis, 20 de julho de 2016.

Profa. Josimari Telino de Lacerda, Dr.<sup>a</sup>  
Coordenadora do Curso

**BANCA:**

Prof.<sup>a</sup> Mirelle Finkler, Dr.<sup>a</sup>  
UFSC (Orientador)

Prof.<sup>a</sup> Flavia Regina Souza  
Ramos, Dr.<sup>a</sup>  
UFSC

Prof.<sup>a</sup> Fátima Büschele, Dr.<sup>a</sup>  
UFSC

Prof. Fernando Hellmann, Dr.  
UFSC

Prof.<sup>a</sup> Marta Verdi, Dr.<sup>a</sup>  
UFSC



*Dedico esta dissertação ao meu marido Genésio Vegini, ao meu filho  
Giuliano Giórgio Vegini e às crianças do planeta Terra.*



### *Agradecimentos:*

*À UFSC, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, CAPES, NUPEBISC, o meu reconhecimento quanto à sua importância social, incentivando pessoas como eu, que aqui chegam com apenas com algumas ideias e saem repletos de mais ideias.*

*Às pessoas, Coordenadores, Secretários, Professores, Colegas da Pós-Graduação, minha gratidão pelo apoio, colaboração, incentivo e amizade.*

*Aos membros da Banca, que tão honrosamente se dispuseram a dela participar, minhas homenagens à sabedoria que eles compartilham.*

*Ao supervisor do estágio, Paulo Roney Ávila Fagundes, agradeço pela acolhida, as longas discussões e os ensinamentos.*

*À orientadora deste projeto, Mirelle Finkler, agradeço por tantas caminhadas, agradeço o modo como me acolheu, o apoio, o aprendizado, a inspiração deste trabalho, o cuidado, a força e afeto. Eu faria tudo novamente.*

*Aos participantes da pesquisa que colaboraram com tantas informações, meus agradecimentos.*

*À minha família, agradeço a energia e o amor.*

*Com que palavras irei escrever cada emoção vivida? Talvez seja melhor reconhecer que não é possível descrever, mas queria que soubessem, tudo ficará para sempre em meu coração. Grata a todos.*





## *OS NIÑOS APRENDEN LO QUE VIVEN*

*Dorothy Law Nolte*

*Si los niños viven con reproches, aprenden a condenar.*

*Si los niños viven con hostilidad, aprenden a ser agresivos.*

*Si los niños viven con miedo, aprenden a ser aprensivos.*

*Si los niños viven con lástima, aprenden a auto-compadecerse.*

*Si los niños viven con ridículo, aprenden a ser tímidos.*

*Si los niños viven con celos, aprenden a sentir envidia.*

*Si los niños viven con vergüenza, aprenden a sentirse culpables.*

*Si los niños viven con ánimo, aprenden a confiar en sí mismos.*

*Si los niños viven con tolerancia, aprenden a ser pacientes.*

*Si los niños viven con elogios, aprenden a apreciar a los demás.*

*Si los niños viven con aceptación, aprenden a amar.*

*Si los niños viven con aprobación, aprenden a valorarse.*

*Si los niños viven con reconocimiento, aprenden que es bueno tener una meta.*

*Si los niños viven con solidaridad, aprenden a ser generosos.*

*Si los niños viven con honestidad, aprenden qué es la verdad.*

*Si los niños viven con ecuanimidad, aprenden qué es la justicia.*

*Si los niños viven con amabilidad y consideración, aprenden a respetar a los demás.*

*Si los niños viven con seguridad, aprenden a tener fe en sí mismos y en los demás.*

*Si los niños viven con afecto, aprenden que el mundo es un maravilloso lugar donde vivir.*



VEGINI, N.M.K. **A dimensão ética da formação do profissional em saúde:** um estudo a partir das representações sociais do trote universitário. 2016. 100f. Dissertação (Mestrado em Saúde coletiva) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Área de concentração: Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

**RESUMO:** A dimensão ética da formação profissional abrange tudo aquilo que no processo de socialização profissional influencia o desenvolvimento moral do estudante e a sua conformação identitária profissional, o que ocorre tanto por meio do currículo formal quanto do currículo oculto. Neste, as vivências acadêmicas, como a do trote universitário, destacam-se, principalmente quando um dos primeiros aprendizados do novo estudante inclui a vivência forçada de alguns desvalores morais. O objetivo desta pesquisa foi compreender como o trote universitário pode influenciar a dimensão ética da formação de profissionais da saúde. Para estudar este fenômeno, optou-se pela teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici (2015), como um referencial teórico-metodológico para uma pesquisa de abordagem qualitativa. A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas com calouros, veteranos e professores de uma universidade no sul do Brasil, e com profissionais da saúde. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com auxílio do *software* Atlas Ti, por meio da Análise Temática de Conteúdo, inspirada em Minayo (2007). Os resultados da pesquisa são apresentados em dois artigos. No primeiro deles, apresentam-se as várias “faces” do trote universitário. A análise destas representações sociais demonstrou que ‘trote’ também compreende atividades que não estão relacionadas à violência, assim como ‘recepção’ não significa apenas práticas institucionais de acolhimento, podendo incluir atividades similares à do chamado “trote violento”. Evidenciou-se assim uma preocupação em transformar e ressignificar o fenômeno, mas que em parte continua ocorrendo e gerando problemas éticos. O segundo artigo aborda os principais valores presentes na vivência do trote, os conflitos entre estes valores, e a influência dos problemas éticos na formação e no trabalho de profissionais da saúde. As primeiras vivências contribuem para a aprendizagem de modelos de comportamento e valores, podendo afetar o serviço prestado por estes profissionais. Conclui-se que o trote universitário pode influenciar positivamente ou negativamente a dimensão ética da formação profissional, na dependência direta dos valores e desvalores presentes nas diferentes atividades desenvolvidas. Portanto, cabe a todos os envolvidos na prática e, sobretudo, aos docentes e gestores institucionais, fomentar a reflexão acadêmica sobre os possíveis benefícios e malefícios das diferentes práticas e acompanhá-las de perto, buscando reconduzi-las sempre que necessário, e cumprindo assim com sua missão ético-pedagógico-social.

**PALAVRAS-CHAVE:** ética; bioética; trote; formação profissional; representações sociais.



VEGINI, N.M.K. **The ethical dimension of the training of health professional:** a study from the social representations of college “trote”<sup>1</sup>. 2016. 100f. Dissertation (Master in Public health) - Course of Graduate Studies in Public Health Area of concentration: Social and Human Sciences in Health. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

**ABSTRACT:** The ethical dimension of professional training covers all that in the professional socialization process influences the moral development of the student and his professional identity conformation, which occurs both through the formal curriculum and through the hidden curriculum. In the later, the academic experiences, such as the university “trote”, stand out, especially when one of the first learning of the young student includes the forced experience of some moral disvalues. The objective of this research was to understand how college “trote” could influence the ethical dimension of the training of health professionals. To study this phenomenon, we chose Serge Moscovici's theory of Social Representations (2015) as a theoretical framework for a qualitative research. Data collection was made through semi-structured interviews with freshmen, veterans and teachers from a university in southern Brazil, and health professionals. The interviews were recorded, transcribed and analyzed with the aid of Atlas.Ti software, through the Thematic Content Analysis, inspired by Minayo (2004). The research results are presented in two articles. In the first one, we present the many "faces" of the university “trote”. The analysis of these social representations has shown that “trote” also includes activities that are not related to violence, as well as 'reception' does not mean only institutional practices of greeting and may include activities similar to those of the so-called "violent trote”. It has become evident there is a concern to transform and reframe the phenomenon, but that in part is still occurring and creating ethical problems. The second article discusses the key values present in the experiences of “trote”, the conflicts between these values, and the influence of ethical problems in the formation and work of health professionals. The first experiences contribute to the learning models of behavior and values, which may affect the actual curriculum and then, the service provided by these professionals. It is concluded that college “trote” can influence positively or negatively the ethical dimension of professional training, in direct dependence of values and disvalues present in different activities undertaken. Therefore, it is up to all those involved in the practice and, above all, teachers and institutional managers, to foster academic reflection on the possible benefits and harms of different practices and watch them closely, seeking to lead them whenever necessary, and thus fulfilling with their ethical, pedagogical and social mission.

**KEY WORDS:** ethic; bioethics; “trote”; professional qualification; social representations.

---

<sup>1</sup>Trote: ritual involving college freshmen or hazing



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>19</b>
2.1 Objetivo Geral.....	19
2.2 Objetivos específicos.....	19
<b>3 MARCO CONTEXTUAL.....</b>	<b>21</b>
3.1 A formação em saúde no Brasil.....	21
3.2 Vivências acadêmicas: trotes e integração.....	25
<b>4 MARCO CONCEITUAL .....</b>	<b>33</b>
4.1 Socialização profissional.....	33
4.2 A dimensão ética da formação profissional em Saúde.....	40
<b>5 MÉTODO.....</b>	<b>49</b>
5.1 Percurso teórico.....	49
5.2 Tipo de estudo, cenário participantes.....	53
5.3 Entrada no campo e coleta de dados.....	54
5.4 Análise de dados .....	54
5.5 Aspectos éticos .....	56
<b>6 RESULTADO EM FORMA DE ARTIGOS.....</b>	<b>57</b>
6.1 As representações sociais sobre trotes universitá- rios e a formação ética do profissional de saúde.....	57
6.2 Influências dos trotes universitários na dimensão ética da formação profissional em saúde.....	77
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>125</b>





## 1 INTRODUÇÃO

Os avanços da ciência e da tecnologia permitem a cura de muitas doenças, melhor qualidade de vida e mais saúde atualmente. Entretanto, estes conhecimentos não beneficiam igualmente a todas as populações do mundo. De acordo com Berlinguer (2004, p.230), este descaso na distribuição dos recursos da saúde, que deveria estar à disposição do atendimento a todos os seres humanos, é um problema bioético que atinge todos os países.

O Estado brasileiro redefiniu muitas de suas funções, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, garantindo o direito à saúde ao povo. Para cumprir este direito, o Estado deve atuar através de ações governamentais específicas para atender às necessidades públicas, o que na prática, faz-se por meio das políticas sociais (DIAS; MATOS, 2012, p. 17). As políticas sociais em saúde no Brasil enfrentam muitos desafios na sua implementação, pois precisam consolidar: “(...) o caráter social da saúde pública, que responda ao mesmo tempo à determinação macrossocial de estruturas e processos e a sua especificação no cotidiano dos sujeitos sociais” (OLIVEIRA, 2000, p.49).

Um dos desafios na produção da saúde está relacionado aos processos de formação de profissionais da área e melhorias no atendimento aos pacientes/usuários dos serviços de saúde (WANDERLEY, 2011, p.12). A assistência à saúde se concretiza na relação profissional com os pacientes, a qual “forma uma unidade que constitui o atendimento médico e que, teoricamente, possuiria igual importância para a intervenção no processo ‘saúde/doença’” (AROUCA, 1975).

Pensando nas relações em saúde e humanização das práticas relacionadas à formação profissional, uma questão por muito tempo negligenciada, vem sendo mais recentemente abordada por docentes: a importância da dimensão ética para a formação de profissionais críticos e socialmente comprometidos (REGO, 2003; RAMOS, 2007; FINKLER, 2009). A dimensão ética da formação abrange tudo aquilo que no processo de socialização profissional influencia o desenvolvimento moral do estudante e a sua conformação identitária profissional, o que ocorre no currículo real do estudante, tanto por meio do currículo formal quanto do currículo oculto (FINKLER, 2009).

A socialização profissional, portanto, abrange o currículo oculto, onde ocorrem as vivências acadêmicas, que desempenham um importante papel de compartilhamento de valores e comportamentos, desde as

primeiras relações no ambiente acadêmico. A primeira vivência entre calouros e veteranos costuma ocorrer nas atividades de recepção aos calouros e/ou nos trotes universitários, que se tornaram proibidos em muitos estados, através de leis e em muitas universidades, através dos seus regulamentos. Apesar da proibição, estas ações costumam ser praticadas todo início de semestre, quando chegam alunos novos. Na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a ação do trote é proibida pela Resolução nº 17/CUN/97 de 30 de novembro de 1997 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1997), e foi alterado pela Resolução nº 010/CUN/20002 de 5 de julho de 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2000).

A ocorrência de trotes pode ser acompanhada de violências morais e eventualmente físicas (ZUIN, 2002), do que se pressupõe seu potencial para influenciar a dimensão ética da formação dos graduandos. O fracasso em conter ou transformar esta prática pode ser compreendido, em alguma medida, como negligência do próprio corpo docente e da instituição (FINKLER, 2009, p. 177).

O trote universitário é tomado nesta pesquisa como objeto de estudo, pois parte-se da seguinte questão norteadora: como as vivências dos trotes universitários influenciam a dimensão ética da formação profissional em saúde?

Este trabalho foi composto por dois marcos iniciais: o capítulo 3 apresenta o Marco Contextual, através de dois subcapítulos: ‘A formação em saúde no Brasil’ e ‘Vivências acadêmicas: trotes e integração’; o capítulo 4, no qual se desenvolve o Marco Conceitual, foi organizado também em dois subtítulos: ‘Socialização profissional’ e ‘A dimensão ética da formação em saúde’. No capítulo 5 apresenta-se o método utilizado no trabalho; no capítulo 6, os Resultados foram apresentados em forma de Artigos; as Considerações Finais foram realizadas no capítulo 7, seguida de Referências, Apêndices e Anexos.

Espera-se com esta pesquisa contribuir com reflexões sobre a realidade que possam subsidiar práticas docentes e discentes transformadoras, bem como políticas de formação de nível superior, particularmente na área da formação em saúde para a qual a dimensão ética adquire especial valor.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Compreender como os trotes universitários podem influenciar a dimensão ética da formação dos profissionais em saúde.

### **2.2 Objetivos específicos**

I. Conhecer as representações sociais do trote para estudantes, professores e profissionais da saúde;

II. Investigar como a instituição universitária, os docentes e discentes vêm lidando com o trote;

III. Averiguar se os estudantes e professores vivenciam ou percebem a possibilidade de ocorrerem problemas éticos no trote;

IV. Analisar a relação entre as representações sociais do trote e a dimensão ética da formação dos estudantes.



### **3 MARCO CONTEXTUAL**

Este capítulo apresenta o contexto no qual o objeto de estudo será analisado, sendo composto por dois subcapítulos: no primeiro – ‘A formação em saúde no Brasil’, analisam-se práticas históricas da medicina, a reforma sanitária no Brasil, o nascimento do direito à saúde e as novas diretrizes curriculares da graduação em saúde que tendem a aperfeiçoar o sistema de formação, adequando-o ao SUS; no segundo subcapítulo – ‘Vivências acadêmicas: trotes e integração’, analisam-se as primeiras vivências dos estudantes recém-ingressos na universidade com especial destaque ao trote, sua história, práticas, motivações, problemas dele decorrentes, bem como o contexto específico em que ocorre na universidade selecionada como cenário do estudo.

#### **3.1 A Formação em saúde no Brasil**

A partir do nascimento da Constituição Federal do Brasil, em 05 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988), a saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado, conforme disposto nos seus artigos 6º e 196; as ações e serviços públicos de saúde passam a compor a rede regionalizada e hierarquizada em um sistema único de saúde, o SUS, com competência também para regular a formação na área de saúde, conforme artigo 200 da referida Constituição.

A formação dos profissionais em saúde foi alterada através da formulação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (doravante chamadas de DCN) no Brasil em 2001 abrangendo os Cursos de Graduação da área, na perspectiva de melhorar os serviços e ações de saúde e adaptando-se a um sistema universal, integral, igualitário e de qualidade à saúde da população brasileira. As mudanças efetivadas nas DCN objetivavam, portanto, transformar o modelo de formação para provocar mudanças nos modos de fazer saúde. Isso porque os cursos da área, por longo tempo, mantiveram-se focados apenas nos conhecimentos técnico-científicos biomédicos, desenvolvendo um modelo de ensino-aprendizado fragmentado, medicalizado e medicalizante. Foi necessário romper com esse modelo ultrapassado (ROSSONI; LAMPERT, 2004).

As DCN focam na atuação interdisciplinar em saúde e no respeito aos princípios do SUS, e para isso consideram, também, a necessidade de transformar os profissionais para lidarem com a atenção integral à saúde, de forma que o profissional desenvolva um caráter humanista e esteja

preparado para demonstrar conhecimentos, habilidades e atitudes, como acolhimento e proteção no atendimento e capacidade de atuar em equipe multiprofissional (BILIBIO, 2009). O perfil dos cursos de graduação na área da saúde é generalizado e aplicável a todos os profissionais da saúde. O artigo terceiro da DCN do curso de Medicina assim está redigido:

O Curso de Graduação em Medicina tem como perfil do formando egresso/profissional, o médico, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (BRASIL, 2001b).

O art. 5º das DCN, parágrafo único, trata das relações com o SUS, portanto também é aplicável nos vários cursos da área da saúde, pois têm o mesmo molde de redação (BRASIL, 2001a; 2001b; 2001c; 2002; 2002a): “A formação do Enfermeiro deve atender às necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurará integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento” (BRASIL, 2001a). Sinaliza assim o rumo que os cursos de graduação devem seguir para incluir as demandas sociais da saúde, principalmente no SUS. O objetivo das Diretrizes curriculares passa a focar também as vivências:

**Objetivo das Diretrizes Curriculares: levar os alunos dos cursos de graduação em saúde a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.** (BRASIL, 2001a) (grifo nosso)

Se um dos problemas apontados em muitos cursos da área da saúde era a realização de práticas de forma individual, nas quais o trabalho coletivo costumava ser ensinado apenas na teoria, às novas DCN pretendem o desenvolvimento de competências proporcionadas pelas vivências interdisciplinares, necessárias ao atendimento no SUS (ROSSONI; LAMPERT, 2004).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde passa à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, órgão que passou a atuar em 2003. Trata-se de eixo que objetiva mudanças nas práticas profissionais como estratégias de atenção à saúde. A exemplo disso, as políticas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, que proporcionaram alterações no perfil dos trabalhadores e do trabalho em saúde (CYRINO; PINTO; OLIVEIRA, 2015, p.5). Segundo estes autores, o desafio de mudar um sistema consiste em melhorar a formação:

O desafio é uma formação que possibilite uma prática reflexiva e contextualizada, uma práxis pedagógica apropriada a superar o treinamento meramente técnico e tradicional, vislumbrando a formação de sujeitos éticos, críticos, reflexivos, colaborativos, históricos, transformadores, humanizados e com responsabilidade social.

As universidades têm a incumbência de reavaliar a formação e conquistar um papel de destaque dentro da sociedade, auxiliando na eliminação das desigualdades (ROSSONI; LAMPERT, 2004), pois estas mudanças atravessam questões complexas que se apresentam nas relações sociais e no avanço do mercado de tecnologias.

Outras iniciativas do Ministério da Saúde de transformar o modelo de formação em saúde incluíram os programas Pró-Saúde<sup>2</sup>, Pet-Saúde<sup>3</sup>,

---

<sup>2</sup>Pró-Saúde: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde. Pró-Saúde foi lançado por meio da Portaria Interministerial MS/MEC nº 2.101, de 03 de novembro de 2005, contemplando, inicialmente, os cursos de graduação das profissões que integram a Estratégia de Saúde da Família: Enfermagem, Medicina e Odontologia. A Portaria Interministerial MS/MEC nº 3.019, de 27 de novembro de 2007, ampliou o programa para os demais cursos de graduação da área da Saúde. Disponível em: <<http://prosaude.org/not/prosaude-maio2009/proSaude.pdf>> acesso em 26.07.2016.

<sup>3</sup>Pet-Saúde: Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - regulamentado pela Portaria Interministerial nº 421, de 03 de março de 2010, disponibilizando

“Aprender SUS”<sup>4</sup> e “Ver-SUS”<sup>5</sup>, sempre buscando a integração ensino-serviço-comunidade. Em 2013, ocorreu a criação e implantação do Programa Mais Médicos<sup>6</sup> com o objetivo de ampliar e melhorar a formação, fomentar o acesso à saúde em áreas de maior vulnerabilidade, principalmente aumentando a quantidade de médicos em locais mais carentes para o SUS. As alterações das DCN dirigidas à graduação médica oficializam a vocação da formação na Atenção Básica e na rede de atenção e integração à saúde no SUS objetivando a união indissociável entre formação, atenção em saúde e participação popular (CYRINO; PINTO; OLIVEIRA, 2015). Estas iniciativas foram tomadas depois de um grande embate de forças, com a participação das corporações médicas nem sempre favoráveis às mudanças, juntamente com a sociedade e outros órgãos do governo como o Ministério da Cultura e Ministério da Saúde.

Para auxiliar o cumprimento das metas de transformação em saúde, também são realizados Contratos Organizativos da Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), com a participação das Instituições de Educação Superior (IES) e Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, com o objetivo de reordenar os cursos e vagas de Residência e redesenhar uma estrutura de serviços de saúde compatível com melhorias nos processos

---

bolsas para tutores, preceptores (profissionais dos serviços) e estudantes de graduação da área da saúde. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sgtes/sgtes-gestao-da-educacao/pet-saude>> acesso em 26.07.2016.

<sup>4</sup>AprenderSUS: Diretriz política aprovada como uma estratégia da Política Nacional de Educação Permanente, para apoiar mudanças nas graduações da área de saúde firmada como acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação em (2004). Disponível em: <[http://www.sbf.org.br/fnepas/pdf/publicacao/jornal\\_aben.pdf](http://www.sbf.org.br/fnepas/pdf/publicacao/jornal_aben.pdf)> acesso em 26.07.2016.

<sup>5</sup>Ver-SUS: Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde é um projeto do ministério da Saúde em parceria com a Rede Unida que acontece desde 2002, com foco na formação de trabalhadores para o SUS. Disponível em <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1212-sgtes-p/versus/11-versus/21129-versus>> acesso em 26.07.2016.

<sup>6</sup>Programa Mais Médicos: PMM foi criado em julho de 2013 por meio de Medida Provisória, convertida em Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.



formativos e na viabilização de acesso a serviços de saúde (CYRINO; PINTO; OLIVEIRA, 2015).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é encarregado do acompanhamento e avaliação dos processos de educação e formação no Brasil e se articula com o Ministério da Saúde, fazendo parte do sistema todos os profissionais da saúde, docentes, dirigentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e profissionais assistenciais da saúde, trabalhando para que esse processo de melhorias ocorra de acordo com os princípios constitucionais do SUS (LAMPERT, 2006, p. 81-88).

Portanto, estes esforços testemunham a intencionalidade de se construir, aperfeiçoar e ampliar um Sistema Público de Saúde baseado no cuidado integral, na promoção da saúde e no combate às desigualdades sociais que causam os principais problemas de saúde (CYRINO; PINTO; OLIVEIRA, 2015). Durante a realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde de 2015, o Conselho Nacional de Saúde deliberou pelo tema “Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”, reafirmando as preocupações com o acesso universal e humanizado à saúde e a manutenção das conquistas sociais representadas pelo SUS (BRASIL, 2015).

### **3.2 Vivências acadêmicas: trotes e integração**

A formação em saúde comporta vários aspectos para além do processo de ensino-aprendizagem, dentre estes aspectos estão vivências que os estudantes experimentam ao longo da graduação e passam à margem de qualquer regulamentação, afetando o processo de formação. Vivências de qualquer natureza podem contribuir para a formação de personalidades, personalidades emergem na relação do cuidado (GRACIA 2010, p.115). Uma das primeiras vivências acadêmicas é o trote universitário, que desempenha um papel significativo no processo de socialização profissional dos estudantes, calouros e veteranos (FINKLER, 2009).

O termo trote é utilizado também para designar certas “brincadeiras” por telefone que, se causam algum tipo de satisfação a quem a promove, podem também ser muito desagradáveis, representando em determinadas situações desperdício de dinheiro e tempo (BRISOLLA; CASSARO; VILICICE, 2009). Já no dicionário de língua portuguesa, a palavra “trote” significa a “andadura natural das cavalgadas, entre o passo ordinário e o galope, a qual se caracteriza pelas batidas

regularmente espaçadas, executadas, alternadamente, por cada diagonal das patas”, e também, “zombaria a que veteranos das escolas sujeitam os calouros, vaia, flauteio” (FERREIRA, 2010, p. 2094).

A prática de ações de trotes universitários tem origem nas primeiras universidades europeias, no século XI. Nesta época, também surgiu a palavra *candidus*, significando branco ou puro, palavra que deu origem ao termo candidato nas universidades. Por uma questão de higiene o candidato era submetido a um ritual no qual se raspavam os cabelos e queimavam-se as roupas (ZUIN, 2002, p. 28 e 29).

A partir do século XIX, surge o trote nas faculdades brasileiras. Nos trotes, geralmente o calouro é encarado pelo veterano como um ser inferior, uma espécie de mito, chamado de ‘bixo’, por possuir características humanas e inumanas, devendo ser domesticado e aprender a trotar. São observados trotes mais violentos em universidades públicas e na graduação de profissões socialmente valorizadas, nas quais há mais competição, tal como são consideradas aquelas cujos vestibulares para aprovação exigem mais concentração e estudos (ZUIN, 2011, p. 597). A primeira morte registrada em decorrência destas práticas ocorreu em Olinda, no ano de 1831 (MATTOSE, 1985). Desde então, muitas outras mortes e violências já ocorreram (ZUIN, 2002, p. 30).

Para Zuin (2002a, p. 2), as atitudes dos veteranos são frequentemente incompatíveis com a dignidade humana, por vezes caracterizando violências que lembram atos de barbárie. Autor do livro ‘O trote na universidade: passagens de um rito de iniciação’, Zuin (*op.cit*, p.16) define trote como sendo “um rito de passagem, cuja violência física e moral é justificada como uma tradição que deve ser perpetuada durante o processo de integração entre os calouros e os veteranos das universidades”, ou um “rito de passagem fundado em bases sadomasoquistas de integração” (*op.cit*, p. 29).

O sadismo e o masoquismo são expressões criadas por Richard Von Krafft-Erbing em 1886. Sadismo foi inspirado “no marquês de Sade (1740-1814), para designar uma perversão sexual com pancadas, flagelações, humilhações físicas e morais, baseada num modo de satisfação ligado ao sofrimento infringido ao outro” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 681). Já a expressão masoquismo é inspirada em “Leopold Von Sacher-Masoch (1835-1895) para designar uma perversão sexual em que a satisfação provém do sofrimento vivido e expresso pelo sujeito em estado de humilhação (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 500-501). A expressão sadomasoquismo foi usada por Freud para designar uma perversão sexual utilizando os conceitos já descritos, sadismo e

masoquismo. A junção dos dois termos pretendia descrever a satisfação advinda do modo de satisfação complementar (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 681).

É frequente, nestas práticas, que a personalidade de alguns sujeitos se imponha aos demais. Portanto, não são raras as manifestações de algumas psicopatologias, ou seja, “distúrbios do psiquismo humano, a partir de um deslizamento entre o normal e o patológico, variável conforme as épocas” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 617).

A questão do trote necessita ser mais bem compreendida no contexto da formação profissional, mas não apenas em razão dos excessos praticados, como afirma Zuin (2011, p.588): “as barbáries cometidas nos trotes universitários parecem não encontrar limites para a renovação dos requintes de crueldade que tanto as caracterizam”. Mas também por conta das violências menos dramáticas e divulgadas (mas nem por isso, menos importantes) como são as que afetam a moral e a saúde mental, sobretudo de calouros. Toda prática que pode implicar em violência simbólica deveria ser tomada como objeto de reflexão, ainda mais especialmente à luz de suas consequências na dimensão ética da formação do estudante (OLIVEIRA; PICCININI; SILVEIRA, 2010, p.174).

A educação é um processo que deve assegurar o respeito ao aluno, pois se trata de ir além do treinamento técnico e avançar no conceito de formação (FREIRE *apud* RODRIGUES, 2000, p. 96). A discussão sobre o trote nos cursos universitários faz cada vez mais sentido quando se almejam profissionais éticos, em um contexto de transformação do modelo de formação em benefício de uma sociedade mais humanizada e humanizadora (FINKLER, 2009).

Sob todas as suas formas, o trote pode ter o sentido de transformar a pessoa (ZUIN, 2011, p. 597), de onde se compreende sua potência para influenciar o desenvolvimento moral do estudante (a formação de seu caráter) e, por consequência, seu futuro exercício profissional.

Os trotes universitários guardam semelhança com o *bullying*, considerando-se que em ambas as práticas costumam haver desrespeito à dignidade e direitos fundamentais do ser humano (VIEIRA SEGUNDO, 2013, p. 2). A palavra *bullying* vem do inglês, significando uma ação consistente de atitudes agressivas e humilhantes, vitimando com frequência alunos novos ou grupos de alunos nas escolas (ANTUNES; ZUIN, 2008, p. 34).

Os problemas como o *bullying* surgem em razão de desigualdades culturais, históricas ou violências estruturais que têm potencial para tornar o sujeito muito mais vulnerável socialmente do que os próprios fatores culturais e históricos. As desigualdades limitam quantitativa e

qualitativamente as chances de escolha e de sucesso dos jovens, além dos próprios componentes do sistema educacional que incentivam demasiadamente a competição e contêm regras rígidas. Tais sistemas se assemelham ao contexto do ambiente de mercado que estimula o desejo de conquista e de consumo a qualquer preço (BEAUDOIN; TAYLOR, 2006).

Diferenças menores também podem inspirar o desrespeito, como diz Zuin (2002, p. 55), baseado na teoria do narcisismo de pequenas diferenças, elaborada por Freud. A origem da palavra narcisismo remonta às lendas gregas, referindo-se ao personagem Narciso e “designa o amor de um indivíduo por si mesmo” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 530). O fenômeno do narcisismo das pequenas diferenças pode gerar conflitos entre pessoas com características diferentes e poderia explicar também porque alguns se sentem superiores aos demais, o que revela também um prazer em diminuir o outro:

É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade. Em outra ocasião, examinei o fenômeno no qual são precisamente comunidades com territórios adjacentes, e mutuamente relacionadas também sob outros aspectos, que se empenham em rixas constantes, ridicularizando-se umas às outras, como os espanhóis e os portugueses, por exemplo, os alemães do Norte e alemães do Sul, os ingleses e os escoceses, e assim por diante. Dei a esse fenômeno o nome de narcisismo das pequenas diferenças (FREUD *apud* ZUIN, 2002, p.55).

Os educadores são desafiados a lidar com as diferenças e conflitos que surgem no dia a dia, mas é possível que os educadores falhem nesta missão, principalmente quando têm uma vulnerabilidade a determinados mitos e falácias presentes na análise dos conflitos e entendem que: sempre há um culpado para os problemas; convencem-se da existência da dualidade (ou é certo ou é errado) e que há apenas uma verdade; envolvem-se exageradamente nos problemas dos alunos ou se omitem quando deveriam atuar e cuidar; aplicam-se punições e castigos de forma indiscriminada (BEAUDOIN; TAYLOR, 2006, p. 42-52).

No Estado de Santa Catarina, em particular, as ações de trotes são proibidas nos estabelecimentos públicos estaduais e privados através da Lei Estadual nº 15.431/2010 de 28 de dezembro de 2010:

Art. 2º Considera-se trote, para os fins desta Lei, dentre outras práticas, condutas que: **I - ofendam a integridade física, moral e psicológica dos novos estudantes; II - importem constrangimento aos novos alunos do estabelecimento de ensino; III - exponham, de forma vexatória, os novos integrantes do corpo discente do estabelecimento de ensino; e IV - impliquem pedido de doação de bens ou dinheiro pelos novos alunos.** (SANTA CATARINA, 2010) (negrito nosso)

Esta lei permite exclusivamente o chamado “trote cidadão”, descrito pela mesma lei no art. 4º, que “consiste na recepção a novos alunos com a prática de atos de cidadania”, porém a lei ressalta que esses atos de cidadania devem ser monitorados por uma comissão. A lei também prevê multas e suspensão dos alunos.

A Universidade Federal de Santa Catarina proíbe a ação de trote em seu regulamento, conforme Resolução nº 17/CUN/97 de 30 de novembro de 1997 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1997), alterado pela Resolução nº 010/CUN/200025 de julho de 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2000), conforme Anexo 1. Mas mesmo com a proibição, os trotes continuaram na Universidade. Em virtude disto, algumas ações foram realizadas, como a confecção de uma Cartilha de Prevenção às Violências Sexistas, Homofóbicas e Racistas nos Trotes Universitários, a qual teve o apoio de várias instâncias (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2013). Em 27/03/2013, a Administração Central da UFSC emitiu um Comunicado, manifestando-se contra as ações de trote, enfatizando as regras do regulamento que proíbem estas ações (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2013a).

Nas imediações da Universidade Federal de Santa Catarina, a cada início de semestre letivo, calouros são vistos com roupas rasgadas, pintados e sujos, pedindo dinheiro para ser entregue aos veteranos promotores do trote, dinheiro geralmente empregado na compra de bebidas. Frequentemente os trotes são acompanhados de festas, nas quais o consumo excessivo de bebidas alcoólicas vem ganhando proporções

graves. Tais festas são realizadas tanto no *campus* quanto em repúblicas e bares próximos à universidade (MOREIRA, 2015; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2013). Como exemplo de violência recente, em 2016, um trote violento aconteceu em Brasília, na Universidade Nacional de Brasília, onde os trotes são proibidos. Um calouro foi a uma festa de trote num bar perto da Universidade e bebeu uma mistura contendo um produto químico que se suspeitou fosse soda cáustica e o calouro acabou sendo internado com problemas relativos à mistura ingerida (NASCIMENTO, 2016).

Pode-se considerar que há um avanço na proibição destas ações relacionadas a violências. No mesmo sentido, a implantação de um modelo de recepção de constituído de calouros e professores com a criação de Comitês de Recepção permite um maior planejamento das atividades. A Universidade Federal de Santa Catarina adotou este modelo através da Resolução nº 010/CUN/200025 de julho de 2000, no art. 127 que regulamentou os Comitês e Subcomitês de Recepção:

Art. 127. Cada Unidade de Ensino deverá organizar, semestralmente, um Comitê de Recepção aos Calouros, indicado pelo respectivo Conselho, com a participação da Direção da Unidade, de professores e de alunos. § 1º A Presidência do Comitê será exercida pelo respectivo Diretor da Unidade Universitária. § 2º **Toda e qualquer atividade de recepção ao aluno ingressante, em todas as unidades, deverá estar integrada à programação elaborada pelo Comitê de Recepção aos Calouros.** § 3º Para atender especificidades dos Centros, poderão ser criados Subcomitês de Recepção aos Calouros (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2000). (Grifos nossos)

Em março de 2015, a UFSC deu as boas-vindas aos calouros em sua página, ressaltando o compromisso “com a formação do ser humano cidadão, comprometido com a construção de uma sociedade justa e democrática.” A UFSC é uma “universidade respeitada nacional e internacionalmente pela qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão que desenvolve e abriga hoje mais de 50 mil pessoas” (NECKEL; PACHECO, 2015). Os princípios de democracia e justiça são compromissos assumidos pela UFSC que tem também uma imagem a zelar perante a sociedade, de forma que a preocupação com a formação

ética deve ser constante para a sociedade e para a universidade.

A semana da integração vem acontecendo no início do semestre, na tentativa de aproximar calouros e veteranos de forma harmoniosa, apresentando diversas atividades, como palestras, *pôsteres* e sessão de cinema. Na palestra de recepção aos calouros de 2015, o psiquiatra Jairo Bouer falou sobre o tema dos riscos à juventude, cuidados com drogas ilícitas e proibidas, também sobre a prevenção de doenças e da gravidez e sobre as oportunidades que são oferecidas na graduação (BIANCINHI, 2015). Dentre as palestras, os representantes da Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) e da Pró-reitora de Assuntos Estudantis (PRAE), apresentaram temas relacionados às suas políticas de permanência dos estudantes nos Cursos e movimentos que atuam em defesa de instituições da Universidade, a exemplo do HU100% Público (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015). Todas estas ações da UFSC convivem contraditoriamente com a prática dos trotes, especialmente na área da saúde.





## 4 MARCO CONCEITUAL

Neste capítulo se apresentam conceitos articulados em um marco conceitual, capaz de proporcionar fundamentação teórica para a análise do objeto deste estudo. Para Saupe (1992, p. 19), marcos conceituais “são concepções ou abstrações que procuram explicar a realidade e apesar de não darem conta de sua totalidade, contribuem para seu entendimento e subsidiam novas interpretações e transformações da realidade”.

O marco foi organizado em dois subcapítulos, sendo que, na primeira parte - Socialização profissional, discute-se este tipo de socialização secundária, não apenas, mas principalmente a partir das teorias de Berger (1986); e na segunda parte - A dimensão ética da formação em saúde apresenta-se os conceitos de desenvolvimento moral e os fatores que influenciam na formação ética universitária, tomando o modelo conceitual de Finkler, Caetano e Ramos (2013) como referência central.

### 4.1 Socialização profissional

Para melhor compreender o processo de socialização profissional, busca-se analisar um pouco da história dos calouros até a sua chegada à instituição acadêmica. É na adolescência, fase em que ocorre a transição para a vida adulta, que o jovem passa a ser cobrado pela família e, em geral, pela sociedade, para que se torne independente. Nesta fase, o jovem pode vivenciar crises de identidade e de contestação aos ditames da sociedade e dos pais; não são raros os conflitos (ZAMBONI, 2007).

Alguns movimentos da ciência observam a juventude e a desqualificam pela sua inexperiência, outros a glorificam como ideal de vida. Na realidade, a juventude tem dificuldades próprias que surgem em relação às suas características e diferenças de toda ordem: físicas, estéticas, étnicas, sexuais, financeiras (ZAMBONI, 2007).

Uma pesquisa feita com os próprios jovens apontou alguns dos problemas mais comuns como a falta de dinheiro para obter acesso ao mercado de consumo, onde celulares e roupas são os objetos de desejo mais comuns. Outras questões problemáticas para os jovens estão relacionadas conflitos relacionados àquilo que eles mais valorizam: a própria imagem, as amizades e grupos, redes sociais com muitas fotos digitais (ZAMBONI, 2007). Como diz a música:

... A gente não quer só comer, a gente quer comer  
e quer fazer amor. A gente não quer só comer, a

gente quer prazer pra aliviar a dor. A gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade. A gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metade. (ANTUNES, FROMER, BRITTO, 1997, f.2)

Como a juventude tende a viver em grupos ou tribos, os outros, aqueles que não fazem parte da sua rede social, são muitas vezes vistos como “inimigos”, pois a maioria sente alguma dificuldade de relação com os diferentes. Os jovens costumam se eleger para os grupos motivados por afetos, sexualidade, interesses e sentimentos de admiração e cumplicidade (ZAMBONI, 2007, p.282-284).

As mudanças começam a surgir na juventude pela necessidade de subsistência, é época dos sonhos e de idealismos em busca de uma profissão ou trabalho, há pressões dos familiares ou da sociedade para escolher profissões com maior *status* e retorno financeiro, ou sofrem pressões sociais para trabalhar e parar os estudos (DIAS, 2013). Alguns jovens optam por trabalhar sem concluir seus estudos e realizam a socialização profissional já no trabalho, acompanhados pelos colegas de profissão.

Aqueles que optam por continuar estudando para ingressar em universidades ou em escolas profissionalizantes enfrentam a realização de testes de admissão ou vestibular. Há também cursos com grau maior de competição por vagas. Assim, para chegar a um destino profissional, o jovem deve se dedicar e se submeter a muito estresse e horas de estudo, quase sempre com renúncia pessoal ao lazer e à vida social (PERUZZO; CATTANI; GUIMARRÃES, 2008). No Brasil, as universidades ou são públicas, ou se organizam através de fundações, ou são privadas, podendo o estudante conseguir bolsas ou empréstimos do governo para arcar com os custos. As universidades públicas são mais procuradas pelos jovens (BITTELBRUN, 2012).

À época da preparação para o vestibular o jovem também é alvo da mídia das universidades privadas que vendem o sonho de “liberdade, futuro, juventude, felicidade”, o que contribui, muitas vezes, para uma perspectiva fantasiosa sobre o futuro destes jovens e sobre a ideia de felicidade (SCHMIDT, 2006, p.136).

A juventude que ingressa nas universidades apresenta uma história de preparação e superação sobre o caminho trilhado, ao longo do qual fez escolhas definitivas que tiveram como consequência a vitória no vestibular. Após o vestibular, inicia-se um processo de socialização, composto de vivências acadêmicas. O primeiro encontro social para

muitos destes jovens pode acontecer na Semana de Integração, promovida pelas universidades ou surgir na forma de trote, espaço onde sonho e realidade se misturam de forma eufórica, permitindo a exteriorização de loucuras e fantasias, frequentemente com consumo de álcool e drogas (TEIXEIRA, DIAS, WOTTRICH, 2008). O jovem precisa integrar-se à universidade através de seu corpo social, no qual espera ser capaz de cumprir todas as etapas para exercer determinada profissão e, assim, iniciar uma nova etapa de sua vida, a socialização profissional.

Chama-se socialização o processo que ocorre quando um indivíduo incorpora os modos de vivência contidos no mundo ao seu redor. A partir dos estudos de Peter Berger e Thomas Luckmann, as transformações sociais dos sujeitos foram mais bem compreendidas através da divisão teórica deste conceito em socialização primária e socialização secundária. A socialização primária ocorre quando a criança vive em uma sociedade e a incorpora, aprendendo primariamente uma linguagem e se constituindo nas relações sociais. Não se trata de um processo estanque, pois ocorrem também processos de socialização secundária quando o sujeito apreende conhecimentos específicos e incorpora papéis, relacionados a um trabalho (BERGER; LUCKMANN, 1985).

O sujeito que vive uma socialização secundária deve ser compreendido com um ser humano integral, não com um mero aprendiz de técnicas:

A dimensão ética se apoia diretamente nessa antropologia personalista e dialógica. Reconhecemos o “outro” como pessoa com quem entramos em diálogo, e não como um simples “indivíduo” que está ao nosso lado, com quem entramos em contato pelo simples motivo de sobrevivência, em competição potencial conosco (GUARESHI, 1998 p. 56).

Os conceitos de socialização primária e socialização secundária permitem a compreensão das vivências dos estudantes na universidade como componentes da socialização profissional, que pode ser conceituada como:

...a aquisição de um *ethos* profissional, tácito, não necessariamente expresso em palavras, que dá ao agente em socialização o sentido do jogo, isto é, oferece-lhe as condições necessárias para

discriminar como deve se portar e atuar, qual o grau de tolerância do grupo profissional para com as diferenças e divergências, que expectativas profissionais podem alimentar, que questões podem ser explicitadas, quando, como e a quem se dirigir, o que deve ser valorizado e o que deve ser esquecido ou, pelo menos, não problematizado explicitamente (FREITAS, 2002).

Para compreender melhor como ocorre a socialização profissional, as teorias de Berger (1986) proporcionam uma perspectiva social bem abrangente para se analisar o fenômeno das socializações, sendo que para isto usa um termo esclarecedor: ‘Internalização’, pois “o mundo social é internalizado pela criança. O mesmo processo, embora talvez um grau mais fraco, ocorre a cada vez que o adulto é iniciado num novo contexto social” (BERGER, 1986, p.136).

O jovem que busca se integrar na sociedade encontra um espaço dinâmico onde atuam forças chamadas de controles sociais, que estão presentes na sociedade de forma que o indivíduo convive com forças repressoras e coercitivas, como nas socializações profissionais, onde ocorre um processo de moldagem dos indivíduos a partir dos controles sociais que serve à estratificação da sociedade e à manutenção da hierarquia vigente (BERGER, 1986). As profissões de saúde mantêm inúmeras instituições, associações, sindicatos e políticas que objetivam proteger esta hierarquia social.

A busca por integração do calouro, por si só analisada, não parece ser um caso de grande sofrimento, porque o jovem anseia ser aceito pelo grupo de veteranos que estão envolvidos na futura profissão, além do desejo de viver em sociedade que faz parte da condição humana. Os trotes oferecem diversão e alegria ao jovem que deseja integrar-se aos grupos, mas muitas vezes cobram um preço - a permissão de usar seus corpos em brincadeiras, pinturas ou outras ações e na imposição de papéis dóceis e submissos (a serem interpretados pelos calouros).

Os mecanismos utilizados em sociedade para submeter seus membros são conceituados como controles sociais, se realizam por meios próprios e fins imaginados pelo seu corpo social. A violência física pode ser uma via, mas pode ser suficiente para o controle social o uso de ameaças e alertas. Assim funciona o Estado, através de ditames legais, avisos, multas, serviços obrigatórios e até o uso de coerção máxima, com penas de restrição da liberdade ou até de morte. Quando há submissão

voluntária, os controles sociais institucionais de Estado não são muito perceptíveis porque são aceitos pela sociedade (BERGER, 1986).

No Brasil, por exemplo, os movimentos sociais sem-terra ou os chamados *blackblocs*, jovens mascarados, também usam de violência, quando destroem propriedades; a violência urbana ocorre também através de grupos armados que subjagam pessoas para roubar ou matar. Neste caso, os controles sociais do Estado são visíveis e entram em ação, com policiais de balas de borracha, *spray* de pimenta, cães farejadores, cassetetes, armas letais, ou seja, quando alguns grupos tentam se impor perante a sociedade violando as leis vigentes, o Estado exerce seus controles (BRASIL, 2013).

Embora os Estados sejam metódicos e monótonos na aplicação da força para cumprimento de leis, pois as populações costumam cumprir as leis e o simples temor dos controles sociais já inibem muitas ações, pode-se perceber então que a simples ameaça funciona para que leis sejam cumpridas (BERGER, 1986). As ações de trotes teriam um funcionamento parecido, nestas vivências, os calouros estariam numa relação estranha, com pessoas estranhas e poderia ocorrer uma tendência à submissão “voluntária”, uma sujeição ao controle social exercido, no caso, pelos veteranos. Instrumentos de poder e controle social similares podem ser usados pelos veteranos como, por exemplo, a persuasão, a intimidação, a ridicularização, a difamação e a condenação ao ostracismo.

Na perspectiva sociológica de Berger (1986), quando o sujeito se vincula a um grupo social pelo exercício de determinada profissão confronta-se, geralmente, com regras escritas e não escritas e presentes na socialização profissional, nas quais se manifestam controles próprios e representam um teste de obediência ao futuro profissional, estas relações podem ser explicadas através de três teorias: a teoria dos papéis, a sociologia do conhecimento e a teoria do grupo de referência (BERGER, 1986).

A teoria do papel foi criada por pensadores americanos como William James e teve a participação importante de outros pensadores - Charles Cooley e George Herbert Mead. Nesta teoria, percebia-se a “situação social como uma realidade estabelecida *ad hoc* entre aqueles que dela participam” e isto faz com que nestas situações a sociedade espera e exige uma atitude dos indivíduos. A sociedade não só exige como também usa os controles sociais para que o indivíduo desempenhe seu papel, ou seja, emita “uma resposta tipificada a uma expectativa tipificada”. O conceito de papel vem da linguagem do teatro. É desempenhado nas situações sociais pelos indivíduos, ainda que por diferentes interesses pessoais. Na situação social pode ocorrer uma

variabilidade de graus de perfeição dos indivíduos na realização da tarefa, pois alguns a desempenharão bem, outros se excederão ou terão desempenho reduzido. Se houver alguma discrepância, os controles sociais serão, geralmente, ativados, mas o papel é um modelo de comportamento para os indivíduos, o que também ativa ou reforça as emoções que lhe são inerentes (BERGER, 1986).

Assim, no exemplo do trote, pela teria do papel, os calouros são levados a interpretar os papéis que lhe são impostos. Portanto, espera-se deles as emoções características, possivelmente o reconhecimento aos veteranos do seu papel de superioridade como membro de certo tipo de elite - a “elite dos que têm mais conhecimento” e assim, maior poder. Mais tarde, os calouros deveriam então assumir este papel de superioridade nas suas relações com os outros que “sabem menos”, que poderiam menos, que teriam menor poder. Os controles sociais, que podem ser ativados através da exclusão e do banimento do grupo garantiriam o desempenho deste papel. A teoria do papel explica a atribuição de identidade pelo grupo social: “o significado da teoria do papel poderia ser sintetizado dizendo-se que, numa perspectiva sociológica, a identidade é atribuída socialmente, sustentada socialmente e transformada socialmente” (BERGER, 1986, p.112). As ligações sociais resultam na escolha de uma identidade e as identidades precisam da sociedade para se manter: “Em termos sucintos, todo ato de ligação social resulta numa escolha de identidade. Inversamente, toda identidade exige ligações sociais específicas para sua sobrevivência” (*op.cit.*, p.115).

A teoria do papel permite compreender o termo estabelecido por Hans Gerth e C. Wright Mills: “seleção de pessoas”. A “estrutura social seleciona as pessoas de que necessita para seu funcionamento e elimina aquelas que de uma maneira ou de outra não servem”. Ou seja, se não houver pessoas necessárias para o funcionamento de uma sociedade, elas devem ser modeladas aos papéis existentes e necessários (BERGER, 1986, p.124). Sob este olhar, o trote tem a missão de atribuir um papel social ao calouro, as primeiras socializações profissionais do jovem calouro acontecem conjuntamente com processos de reconhecimento de identidades que se manifestam por “brincadeiras” típicas relacionadas ao futuro trabalho e a um papel que desempenhará na sociedade.

Outra teoria de interpretação social é a sociologia do conhecimento, oriunda da Europa. Esta teoria “rejeita a ideia de que o pensamento ocorra isolado do contexto social, dentro do qual determinados homens pensam sobre determinadas coisas”, pois as ideias estão conectadas com o comportamento das pessoas. Ideias movem a

sociedade e servem para dominar. Usa-se o termo ideologia em situações onde as ideias são difundidas para beneficiar uma sociedade (BERGER, 1986). Cita-se, como exemplo, a ideologia do currículo oculto que pode estar presente nas ações de trote, a crença ou a ideia de que esta ação dos veteranos tem como objetivo apenas realizar “brincadeiras” ou promover a integração com os calouros, uma oportunidade para realizar relacionamentos úteis acadêmicos e profissionais, quando na realidade observam-se aspectos muito distintos. De fato, o objetivo das brincadeiras serviria, indiretamente, a um tipo de dominação social.

Uma terceira teoria, de origem norte-americana como a primeira, é a teoria do grupo de referência, que estabelece uma relação entre a teoria dos papéis e a sociologia do conhecimento. Um grupo de referência “é a coletividade cujas opiniões, convicções e rumos de ação são decisivos para a formação de nossas próprias opiniões, convicções e rumos de ação” (BERGER, 1986, p.133). Assim, “a escolha de um grupo trará consigo também um conjunto de símbolos intelectuais, os quais seriam convenientes exibir com um ar de fidelidade” (*op.cit*, p.134), pois estas atitudes trazem as emoções de pertencimento e exige o cumprimento de alguns deveres para com o grupo.

Nas universidades há muitos grupos de definição política, dos quais os estudantes podem participar, mas a aceitação do membro ao grupo depende do cumprimento de certos requisitos, que vão desde a gíria utilizada nas falas, até as roupas e outros variados comportamentos, especificados pelo grupo. Nas socializações, os veteranos comportam-se como um grupo de referência e os calouros devem cumprir os requisitos prescritos pelo grupo de referência (*Ibidem*, 1986).

Frente ao exposto, pode-se compreender que as vivências acadêmicas, dentre as quais os trotes universitários, podem contribuir para moldar o sujeito, processo que faz parte da socialização relacionada a uma profissão. São situações sempre muito ricas em diversidade, tanto pelos tipos de vivências como pelos sujeitos que dela participam. O mundo da universidade é internalizado, ou, de outra forma, pode-se dizer que a universidade adentra na mente dos jovens, colaborando para isto os controles sociais que atuam visivelmente nos trotes como iniciação. Diante do pressuposto de uma formação ética, que é a humanização que decorre (ou deveria decorrer) da socialização (FINKLER, 2009), vislumbra-se assim seu potencial para influir na dimensão ética da formação profissional.

## 4.2 Dimensão ética da formação profissional em saúde

Antes de se apresentar a concepção que se adota neste trabalho com relação à dimensão ética da formação profissional, cabe apresentar ainda que, sinteticamente, alguns conceitos intrinsecamente relacionados à temática.

A palavra ética tem origem na palavra grega *ethos*, que traduzida significa ‘morada’, e que depois passou a ser compreendida como o caráter ou o modo de ser que o indivíduo ou o grupo apresentam durante sua existência. Já o termo moral tem origem na palavra latina *mos, moris*, que significava costume, mas depois também passou a representar o modo de ser. Assim, ética e moral tem origem comum, de modo que muitas pessoas confundem os dois termos que tem em realidade significados distintos (CORTINA; MARTINEZ, 2005, p. 3).

Chama-se de moral ao “(...) conjunto de regras de condutas assumidas livre e conscientemente pelos indivíduos, com a finalidade de organizar as relações interpessoais, segundo os valores do bem e do mal” (ARANHA; MARTINS, *apud* FIGUEIREDO, 2008, p.8). Existe, portanto, uma diferença clara entre ética e moral, pois “a Ética significa ciência da moral, quer dizer, ética seria a construção intelectual, organizada pela mente humana sobre a moral. Esta seria, pois, o seu objeto” (COIMBRA *apud* FIGUEIREDO, 2008, p.6).

Dito isto, vale recordar que a partir do século XVIII, a revalorização da vida emocional surge como um aspecto positivo que trouxe à filosofia o mundo dos valores, a consciência de que a razão não era tudo. Deram-se assim novos contornos à chamada “crise da razão” e ao conceito de crença. A crença seria um componente da natureza humana não justificada racionalmente, que nos impede de “absolutizar nosso ponto de vista” em oposição aos outros. Por isso mesmo, impõe a todos nós o dever de respeitar as diferenças crenças e valores, ou seja, de respeitarmos o pluralismo moral, o que demanda um controle prudente e razoável de suas emoções para que possa viver e ajudar aos demais a viver humanamente (GRACIA, 2010, p. 107-8).

Este comportamento ético depende em muito do caráter que resulta do processo de desenvolvimento moral que cada ser humano passa em seus processos de socialização, sobretudo na socialização primária. Por isso os processos de formação profissional têm problemas: “pode-se ensinar todos os conhecimentos e podem-se aprender todas as



habilidades, mas os traços de caráter são de difícil mudança” (GRACIA, 2010, p. 113).

A palavra caráter, por ter várias acepções. Aqui neste trabalho, entende-se como o “(...) conjunto das qualidades, boas ou más, de um indivíduo, resultante do progressivo exercício na vida coletiva” (FIGUEIREDO, 2008, p.3).

Contudo, os traços de caráter adequados à humanização das ações em saúde não podem ser simplificados com expressões como aquele que faz o bem, que tem boa vontade ou que é boa pessoa. O profissional deve ter consciência de suas fragilidades; capacidade para reconhecer erros; postura aberta ao diálogo; atitude de escuta sem achar que é o dono da verdade; competência para reconhecer as diferenças sem transmitir angústia. O profissional deve ter maturidade, uma personalidade “que não precisa fazer uso de mecanismos de defesa neuróticos e patológicos, como a negação, a agressão e a imposição” (GRACIA, 2010, p.114). Acresça-se a importância de conceitos democráticos:

Conceitos como cidadania, ética, moral e valores devem ser centrais no processo de formação profissional, mesmo sob a perspectiva de diferentes paradigmas conceituais socioeducativos, porque as sociedades pós-industriais democráticas, imersas nos processos de globalização econômica, necessitam, mais do que nunca, de cidadãos éticos, que atuem de forma prudente, responsável e comprometida, ou seja, que criem e empreguem alternativas de trabalho, viáveis e humanizadoras, capazes de vivenciar e de promover a realização dos valores humanos.” (FINKLER, 2009, p. 16)

Tudo isto reforça o entendimento de que a vivência da ética se torna primordial, sobretudo na formação em saúde, porque são imprescindíveis profissionais com “capacidade autônoma de percepção, reflexão crítica e decisão coerente em relação às condutas humanas no cuidado à saúde e à vida” (FINKLER, 2009, p.25).

O exercício ético enquanto uma forma de pensar sobre valores, refletir e decidir está relacionado às atitudes e ao caráter dos sujeitos e não é uma tarefa fácil:

El problema de la ética reside en que no tiene que ver, directamente, ni con los conocimientos ni con

las habilidades, sino con las actitudes y el carácter de las personas. Como es bien sabido, eso es lo que significo el término *éthos* en griego, hábito o carácter de un ser humano, lo mismo que en latín. Lo primero que cabe preguntarse es si estas dimensiones de la personalidad humana puedan educarse (GRACIA, 2004, p.23)

Tradicionalmente, credita-se ao ensino teórico grande importância, mas há que se atentar para a importância dos exemplos e modelos na socialização profissional. Os docentes e os próprios formandos têm em relação aos estudantes um papel importantíssimo, porque as vivências se tornam aprendizados contribuindo para a formação da personalidade dos futuros profissionais (GRACIA, 2010, p.115). A formação deontológica dos estudantes deve ser incluída neste processo de formação:

La preocupación por la integración de la dimensión ética en la formación universitaria (...) no puede abordarse de forma aislada. Tampoco puede confundirse ni debe identificarse con una “ética aplicada” relativa a la profesión del futuro titulado o titulada. Es más que eso, aunque debe incluir también la formación deontológica del estudiante (MARTINEZ; ESTRADA; BARA, 2002, p.19-20).

Por formação ética entende-se, portanto:

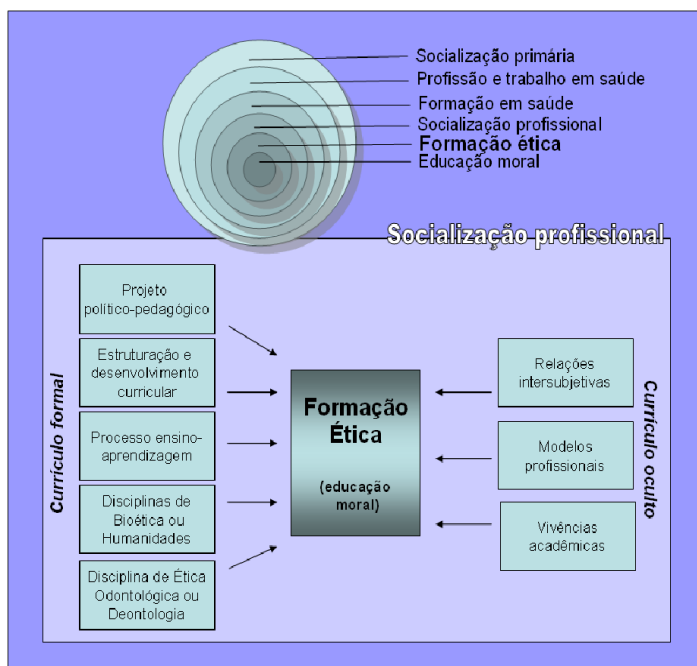
(...) ensino/ aprendizagem/ vivência da ética em bases não deontológicas, comprometido com o desenvolvimento e a realização de valores humanizadores e com a conformação da identidade profissional durante a graduação. Ou seja, envolve tudo aquilo que contribui para que o profissional pense, aja e reaja às situações profissionais de determinada forma ou com determinado padrão de atitudes (REGO, 2003).

A formação ética pressupõe a humanização da socialização profissional, o que inclui o cuidado com os estudantes, por múltiplos sentidos, dentre os quais: “(...) preocupação, atenção, disponibilidade,

escuta, apoio, enfim, que o bem-estar, o crescimento e o viver melhor do outro (no caso, o estudante) sejam fundamentais nas decisões sobre como agir nestas relações” (FINKLER, 2009, p. 64)

Partindo do interesse de compreender como a dimensão ética da formação profissional em saúde se processa, Finkler (2009, p.28) formulou um modelo conceitual (Figura 1) que engloba os diferentes fatores que concorrem e que vão desde influências do processo de socialização primária até as questões diretamente relacionadas ao desenvolvimento moral que acontece durante a graduação, passando pelo mundo da profissão e do trabalho em saúde, pelas particularidades da formação em saúde, pelo processo de socialização profissional e pelo currículo formal e oculto.

**Figura 1: Modelo conceitual de Formação Ética** (FINKLER, 2009, p. 42)



O objeto deste estudo, o trote, é parte das vivências acadêmicas que ocorre de forma não planejada pela instituição acadêmica. Podem ser vislumbradas, portanto, no âmbito do currículo oculto, como um dos fatores capazes de interferir na formação ética, mais precisamente no desenvolvimento moral dos estudantes, sejam eles calouros ou veteranos.

O desenvolvimento moral, através do raciocínio moral, foi objeto de estudo de Lawrence Kohlberg, um psicólogo norte-americano. Não foi objeto de estudo de Kohlberg a prática moral dos pesquisados, pois para este autor, estas práticas estariam relacionadas também a conceitos como motivação e comportamento, seu objeto de estudo foi então: “capacidade cognitiva de avaliar, argumentar e refletir sobre aspectos morais” (REGO, 2003, p.85). O desenvolvimento moral na formação compreende um aumento na capacidade de “(...) refletir sobre aspectos morais e a realizar julgamentos pessoais de ordem moral, tal como a definição entre certo e errado, justo e injusto, bom e mau” (FINKLER, 2009, p.202). Para melhor compreender a teoria de Kohlberg (1981), apresenta-se o quadro 2 (FINI, 1991), na próxima página, onde os diferentes níveis e estágios do desenvolvimento moral são apresentados:

**QUADRO 2: Níveis e estágios de Desenvolvimento moral segundo Kohlberg (FINI, 1991, p. 63)**

**NÍVEIS E ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO MORAL SEGUNDO KOHLBERG (1981)**

**NÍVEL - Pré-convencional.** O valor moral localiza-se nos acontecimentos externos, "quase" físicos, em atos maus ou em necessidades "quase" físicas, mais do que em pessoas ou padrões.

**Estágio 1 - orientação para a obediência e castigo.** Deferência egocêntrica, sem questionamento, para o poder ou prestígio superior ou tendência para evitar aborrecimentos.

**Estágio 2 - orientação ingenuamente egoísta.** A ação correta é a que satisfaz instrumentalmente às próprias necessidades e, eventualmente, às de outrem. Consciência do relativismo do valor relativo das necessidades e perspectivas de cada um. Igualitarismo ingênuo e orientação para troca e reciprocidade.

**NÍVEL II - Convencional**

O valor moral localiza-se no desempenho correto de papéis, na manutenção da ordem convencional e em atender às expectativas dos outros.

**Estágio 3 - orientação do bom menino e boa menina.** Orientação para obtenção de aprovação e para agradar aos outros. Conformidade com imagens estereotipadas ou papéis naturais e julgamento em função de intenções.

**Estágio 4 - orientação de manutenção da autoridade e ordem social.** Orientação para cumprir o dever e demonstrar respeito para com a autoridade e para a manutenção da ordem social como um fim em si mesmo. Consideração pelas expectativas merecidas dos outros.

**NÍVEL III - Pós-convencional, autônomo ou nível de princípios.** O valor moral localiza-se na conformidade para consigo mesmo, com padrões, direitos e deveres que são ou podem ser compartilhados.

**Estágio 5 - orientação contratual legalista.** Reconhecimento de um elemento ou ponto de partida arbitrário nas regras, no interesse do acordo. O dever é definido em termos de contrato ou de evitar, de forma geral, a violação dos direitos dos outros e da vontade e bem-estar da maioria.

**Estágio 6 - orientação de consciência ou princípios.** Orientação não apenas para regras sociais realmente prescritas, mas para princípios de escolha que envolve apelo à universalidade lógica e consistência. Orientação para consciência, como agente dirigente, e segundo respeito e confiança mútua.

Rego (2003) analisou as críticas de Carol Gilligan (1998) a esta teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1981), apontando para discrepâncias relacionadas aos papéis sociais e modelos de educação entre meninos e meninas, historicamente envolvidos em vivências diferenciadas. Entretanto, assinala Rego (2003), a crítica merece reflexão quanto à existência de raciocínios diferenciados que levariam ‘ao’ e não apenas a ‘um’ desenvolvimento moral, pois algumas pessoas teriam mais tendência à justiça, e outros ao cuidado, defendendo a diversidade em questões de moral até num mesmo grupo.

Desta forma, Rego (2003) estudou o desenvolvimento moral na área da medicina, baseando-se nos indicadores de Gilligan (1998) referente aos parâmetros de justiça e de cuidado; constatou problemas nos modos de formação que estariam transformando estudantes idealistas em profissionais arrogantes, indiferentes e voltados para o mercado, que valorizam mais o êxito financeiro e sua autopromoção do que o exercício da atenção e do cuidado em saúde.

Freitas, Kovalski e Boing (2005), estudaram o desenvolvimento moral em graduandos de um curso de odontologia, em uma abordagem relacionada às teorias de Kohlberg, pretendendo analisar como estes se posicionariam diante de conflitos éticos, e concluíram que o desenvolvimento moral seria baixo e inadequado, considerando-o um fracasso do curso, que poderia influir negativamente na profissão e nas relações com os pacientes.

Finkler (2009) investigou o processo de formação ética em odontologia nos cursos de odontologia brasileiros e constatou um comprometimento pontual, representada por ações isoladas e limitadas, algumas intencionais, outras não consistentes, apenas baseadas no bom senso dos docentes, mas quase sempre derivadas da compreensão e do comportamento de apenas alguns deles e não de uma ação coletiva planejada, como seria desejável.

Ramos, Brehmer, Vargas *et al* (2013, p. 8) estudaram o ensino da ética na área da enfermagem, compreendendo a sua importância no exercício da profissão. Consideraram o empenho do curso em aperfeiçoar a formação e a valorização da dimensão ética que permeia a educação e o trabalho destes profissionais; reconheceram o relevante papel dos professores nestas questões, onde há conflitos éticos em questões pontuais e que se fazem presentes nas vivências e nas práticas dos

estudantes; restando evidente que “educação, ética e cuidado profissional qualificado” têm um vínculo; e consideram também a relevância das competências éticas disseminadas pelos professores.





## 5 MÉTODO

Um método “deve conter o ‘caminho do pensamento’ que o tema ou o objeto de investigação requer” e também a “apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para buscas relativas às indagações da investigação” (MINAYO, 2004, p. 44). O objetivo deste capítulo é justamente apresentar os caminhos trilhados nesta pesquisa. Primeiramente, apresenta-se o referencial teórico selecionado para dar visibilidade ao objeto de estudo, e na sequência, relatam-se os procedimentos metodológicos realizados.

### 5.1 Referencial teórico

Para compreender as representações sociais (RS) neste estudo, foi utilizada a teoria de Moscovici (2015, p. 45), que teve origem no conceito de representações coletivas proposta pelo sociólogo Durkheim<sup>7</sup>. Entretanto, a teoria das RS proposta por Moscovici parte da psicologia e não da sociologia, eis que as representações coletivas do ponto de vista sociológico são bem mais abrangentes, incluindo qualquer tipo de ideia, emoção ou crença, diferindo do conceito de RS (MOSCOVICI, 2015, p.46).

A teoria das RS permite conhecer um fenômeno através de ideias manifestas, ou seja, das suas representações (GUARESHI, 2007, p.30). Representar é um termo que pode ser definido como trazer ao presente aquilo que está ausente, com “coerência argumentativa”, “racionalidade” e “integridade normativa do grupo”. Deste modo, através da representação, pode-se constituir e construir vínculos, imagens, que vão moldando mentes e estabelecendo crenças, influenciando assim o comportamento humano (MOSCOVICI, 2015, p.216-217).

As RS estão presentes nas relações humanas, por isso, seu estudo assume importância na investigação das influências destas interações entre os formandos em saúde:

A “entrada pelas representações sociais” revela com toda evidência grandes virtudes heurísticas na compreensão das atividades humanas. Permite, sobretudo: pensar a elaboração das representações em relação direta com os engajamentos dos sujeitos

---

<sup>7</sup>David Émile Durkheim, 1858 -1917

individuais e coletivos em suas atividades de transformação do mundo; verificar as relações existentes entre os sujeitos, seus contextos; descrever as relações entre sujeitos individuais e coletivos ao mesmo tempo em suas atividades de transformação do mundo e nas representações que acompanham estas atividades; ligar estreitamente atividades mentais, individuais e coletivas a interações discursivas e, mais amplamente, a atividades comunicacionais.” (BARBIER, 2010, p.352).

Quanto à sua origem, as RS são produzidas e compartilhadas socialmente, nascem a partir de experiências pessoais e outros modos de saberes e de pensamentos que se comunicam, compondo uma realidade comum na sociedade (OLIVEIRA; PICCININI; SILVEIRA, 2010, p. 174). Podendo ser facilmente observadas, as RS são “fenômenos específicos que estão relacionados com um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (MOSCOVICI, 2015, p. 49).

Algumas definições de RS explicam-na, semelhantemente, a “construções simbólicas”, pois possibilitam compreender um grupo social através do contexto de vida e de moradia, roupas, costumes, referências e relacionamentos (SILVA; MADEIRA, 2009, p. 110). O estudo das RS permite compreender os modos de vida, já que através delas se transmitem conhecimentos, experiências, valores, soluções e formas de comportamento. Por esta razão, a teoria da RS parece adequada para a compreensão das práticas do trote estudantil.

As RS têm relação com um funcionamento específico e presente na compreensão e na comunicação social, apresentando características como plasticidade e estruturas móveis, instáveis e heterogêneas (MOSCOVICI, 2015, p. 47-49). A pesquisa em RS, segundo Moscovici (2015, p.89), deve compreender quatro princípios:

- a) Obter o material de conversações normalmente usadas na sociedade;
- b) Considerar as representações sociais como meios de recriar a realidade;
- c) Que o caráter das representações sociais é revelado, especialmente, em tempos de crise e insurreição;
- d) Que as pessoas que elaboram tais representações sejam vistas como algo parecido a

“professores” amadores e os grupos que formam como equivalentes modernos daquelas sociedades de professores amadores que existiam há mais ou menos um século.

As RS têm duas funções, uma “convencional” e outra “prescritiva”. Na função convencional, as RS “convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos” (MOSCOVICI, 2015, p.33-34). Por exemplo, o jaleco branco é a cor das roupas de profissionais de saúde. Assim, é possível estudar o que o vestir-se com um jaleco branco representa para a sociedade. Outras cores de jaleco também usadas, igualmente passam mensagens a respeito da autoridade e poderes da classe profissional que usa tais roupas.

Como função prescritiva as RS já estão prontas e são dotadas de coerção social. Podem ser compreendidos como prescritivos os preconceitos ou cognições prévias a respeito de pessoas e comportamentos a serem adotados:

Enquanto essas representações que são partilhadas por tantos penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas não são repensadas, recitadas e re-apresentadas (MOSCOVICI, 2015, p. 36 - 37)

As pesquisas em RS têm como fundamento a compreensão de como o grupo social interfere nas elaborações psicológicas individuais, e a compreensão de como este processo psicológico interfere no grupo social, por via da ancoragem e objetivação (JODELET, 2001).

O mecanismo de ancoragem é um processo de transformar o estranho em nosso sistema de conhecimentos, é um enquadramento, uma classificação e, muitas vezes, um julgamento positivo ou negativo. É usar um nome ou uma palavra para representar o novo, o desconhecido que passa ser conhecido (MOSCOVICI, 2015). Já a objetivação é uma forma de tratamento entre as palavras e as coisas, modo que “une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (*op. cit.*, p. 71).

Para explicar este aspecto da RS, deve-se compreender, por exemplo, o sentido da verdade que é aceita, com o sentido do real que é percebido entre os vários sentidos de uma ilusão e como a sociedade nomina, objetiva, a partir de suas referências, as coisas inominadas, por

exemplo, que o calouro é ‘bixo’. É possível ancorar uma RS nos bichos porque são seres conhecidos e alguns são domesticáveis. Muitos estudantes convivem com suas famílias e possuem bichos em casa. Há uma hierarquia entre humanos e bichos, que se traduz na superioridade humana. Nominar o calouro estranho de ‘bixo’ é uma forma de ancoragem, os calouros passam então a serem assim objetivados.

Há certas linhas características nas RS, como um sentido e um modelo: “Se estiver presente ali algum sentido, isso se deve ao fato de ele corresponder a certo modelo recorrente e compreensivo de imagens, crenças e comportamentos simbólicos” (MOSCOVICI, 2015, p. 209).

Podemos entender as RS como um fenômeno quando:

“(...) é uma questão de uma corrente ascendente que flui em direção ao que constitui o “núcleo semântico” de alguma concepção generalizada no corpo social e a estrutura em algum momento ao ponto de motivar histórias, ações, acontecimentos” (MOSCOVICI, 2015, p.218).

Os objetivos deste trabalho serão realizados por meio de uma abordagem dinâmica das representações sociais dos trotes universitários, buscando entender suas influências na dimensão ética da formação dos profissionais em saúde, analisando nos trotes especialmente “como as representações sociais são construídas, e como interferem no cotidiano das pessoas” (JUSTO, 2012, p.31).

Neste tipo de pesquisa pode-se trabalhar sem “que se promovam visões moralizantes, procura de culpados...”, mas sim, promovendo a discussão do tema sob a perspectiva da dimensão ética da formação dos estudantes e também uma contribuição para reflexões e o conhecimento sobre a prática do trote (SILVA; MADEIRA, 2009, p. 106). Outra questão importante na pesquisa é atentar para possíveis correlações de poder e saber, entre representações e ideologias dominantes, ou seja, a ideologia dos sujeitos que detêm o poder (*op.cit.*, 2009, p. 111).

Estudar RS importa em conhecer também suas limitações, como o nível das informações que os sujeitos partilham através de uma análise contextual. Há necessidade de avaliar a questão do pertencimento e da pertinência nos grupos: “A vivência e convivência com o outro e com nossas próprias marcas na apreensão de novas informações, levando-nos a construir o sentido das coisas” (SILVA; MADEIRA, 2009, p. 105-106).

Assim, o caminho que se pretende adotar para estudar o trote universitário e suas influências na dimensão ética é a análise das

representações sociais, cabendo um exame atento, uma observação dos “traços linguísticos, arquivos e, sobretudo, pacotes de discurso” (MOSCOVICI, 2015, p.217), enquanto relacionadas às ideologias, à linguagem e ao imaginário social, na população eleita para a pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, p.21).

## 5.2 Tipo de Estudo, cenário e participantes

O estudo foi realizado com a participação voluntária de alunos e professores de quatro cursos de graduação da área da saúde da UFSC. Em 1960, foi criada a Universidade do Estado de Santa Catarina e na área da saúde contava com os cursos de Medicina e Odontologia<sup>8</sup>. Em 1965 passou a chamar-se Universidade Federal de Santa Catarina, e em 1969 inicia o curso de Enfermagem (PADILHA, 2006). O curso de Fonoaudiologia foi criado através da Resolução 004/Ceg/2009 de 25/03/2009<sup>9</sup>. A seleção dos cursos foi feita a partir da caracterização do campo e mediante sugestões do diretor do Centro Ciências de Saúde (CCS) da UFSC, que autorizou a pesquisa.

A amostra foi composta por:

- treze Estudantes, sendo sete calouros e seis veteranos, que foram selecionados a partir da indicação dos próprios estudantes, com os quais se conversou durante o período de recepção dos calouros, nas imediações do CCS; todos jovens até 25 anos, porque são a maioria na Universidade;
- oito Professores, sendo quatro gestores (um de cada curso de graduação), e outros quatro informantes indicados pelos professores gestores (que deram preferência àqueles que já haviam de alguma maneira trabalhado com as questões de trotes); e
- quatro Profissionais atuantes nas referidas áreas da saúde, devidamente registrados nos Conselhos de Profissão do Estado de Santa Catarina. Foram ouvidos para que se pudessem analisar as representações sociais de pessoas não ligadas diretamente à graduação e à formação profissional. Todos tinham experiência mínima de cinco anos na profissão e foram selecionados a partir das listas de contatos de profissionais ativos em seus Conselhos através das páginas na Internet, e a partir daí,

---

<sup>8</sup>Informação disponível na Página do curso de Farmácia:<  
<http://farmacia.ufsc.br/historico-do-curso/>> acesso em 01.07.2016

<sup>9</sup> Informação disponível na Página do curso:<  
<http://fonoaudiologia.ufsc.br/historico/>> acesso em 01.07.2016

respeitando-se a disponibilidade de cada um, obteve-se a participação voluntária nas entrevistas.

### **5.3 Entrada no campo e coleta de dados**

A entrada no campo ocorreu no início de um semestre letivo, permitindo a pesquisadora acompanhar a movimentação na UFSC, sobretudo no CCS, na época de recepção das turmas ingressantes através de observação não participante. Foram coletadas informações nas secretarias dos cursos de Odontologia, Medicina, Fonoaudiologia e Enfermagem a respeito de eventos e aulas de recepção aos calouros, bem como a localização dos Centros Acadêmicos, a fim de permitir o encontro com possíveis participantes da pesquisa - alunos do segundo semestre dos cursos, outros veteranos e formandos que eram os organizadores das recepções aos calouros.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro de perguntas previamente elaborado para grupo de participantes (Apêndices A, B e C) e aperfeiçoado com auxílio de pesquisadores experientes em metodologia qualitativa. A intenção do roteiro era tão somente orientar a conversa que incentivou o entrevistado a falar livremente sobre questões relacionadas ao tema de pesquisa (GERHARDT, 2009).

As perguntas e respostas foram registradas em mídia digital com o consentimento dos entrevistados, no período de agosto a setembro de 2015. O tempo de duração aproximado de cada entrevista foi de 30 minutos.

### **5.4 Análise de dados**

As perguntas e respostas foram registradas em mídia digital, totalizando aproximadamente 6 horas de gravação. Para agilizar os trabalhos relacionados à dissertação e que não guardam relação com sua essência, as gravações foram transcritas por uma profissional especializada nesta tarefa (TURATO, 2003).

Para realizar a pré-análise do material, as expressões digitalizadas foram conferidas em leitura pela pesquisadora e mantido o sentido real observado na fala dos pesquisados. Objetivando a constituição do corpus, ou seja, a organização do material, os dados foram ordenados de forma padronizada para assegurar-se o sigilo de identidade dos participantes, assim as entrevistas foram codificadas e identificadas através das letras

do alfabeto baseadas nas letras iniciais dos grupos de participantes: ‘C’ para os calouros; ‘V’ para os veteranos; ‘D’ para os docentes; ‘G’ para os gestores-professores e ‘P’ para os profissionais. Depois de agrupadas e codificadas em letras, foi acrescentado um dígito que obedecia uma sequência numeral em cada grupo. Todo este material foi então importado para o *software* Atlas Ti *Visual Qualitative Data Analysis*.

A exploração do material seguiu o roteiro proposto por Minayo (2004, 197-211) para análises temáticas de conteúdo, de modo que foram efetivadas leituras flutuantes repetidas vezes para melhor apreensão das entrevistas transcritas. Então as respostas fornecidas foram separadas em relação a categorias previamente estabelecidas: trotes, recepção, valores e problemas éticos, vivências dos trotes, influências dos trotes na vida e na formação, e papéis dos professores nos trotes. Este material foi importado para o *software* Atlas Ti *Visual Qualitative Data Analysis*. Neste ambiente virtual, o conteúdo das falas foi codificado (apêndice D) e então, reagrupado nas 4 categorias que emergiram neste processo, a saber: representações sociais dos trotes, vivências de trotes, problemas éticos e influências na formação profissional.

Estes resultados são apresentados no capítulo seguinte, sob a forma de dois artigos. No primeiro artigo, denominado de ‘As representações sociais sobre trotes universitários e a formação ética do profissional de saúde’ apresentam-se os resultados a partir da primeira categoria, ou seja, as representações sociais dos trotes, que foi o foco central do estudo, analisada conjuntamente com a segunda categoria, as vivências, de forma transversal. Este material foi interpretado à luz dos processos de objetivação e ancoragem das RS, fundamentando-se nos elementos textuais e nas frases mais expressivas selecionadas com a ajuda do *software* AtlasTi *Visual Qualitative Data Analyse*, relacionando-se com o marco conceitual.

O segundo artigo denominado de ‘Influências dos trotes universitários na dimensão ética da formação profissional em saúde’ apresenta os resultados referentes às duas últimas categorias problemas éticos, influências na formação profissional como foco central do estudo, e transversalmente, trata da categoria vivências. O segundo artigo será conectado às representações sociais dos trotes através de referências ao primeiro artigo. Todo este material foi analisado à luz do marco conceitual deste trabalho.

### **5.5 Aspectos éticos**

O presente projeto foi adequado à Resolução 466/ 2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), respeitando-se todos os princípios éticos nela contidos e, após sua qualificação, recebeu aprovação ética do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (Anexo 3).

A coleta de dados somente foi iniciada a partir desta aprovação, sendo sempre precedida pelo processo de consentimento livre esclarecido dos participantes, que confirmaram sua voluntariedade em participar firmando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E).

A pesquisadora realizou todas as entrevistas em local adequado, segundo a conveniência dos participantes, garantindo-lhes o sigilo de identidade. Como a pesquisa tem natureza social, não houve riscos à saúde dos participantes, mas todos os cuidados foram observados para prevenção de eventuais desconfortos psicológicos, inclusive o cuidado da pesquisadora de não julgar nem transmitir seus preconceitos e crenças para os participantes.

Em ambos os artigos que apresentam os resultados desta pesquisa será preservada a identidade da Universidade Federal de Santa Catarina, razão pela qual o cenário de estudos será genericamente referido como sendo uma “universidade federal ao sul do Brasil”.



## **6 RESULTADOS EM FORMA DE ARTIGOS**

### **6.1 As representações sociais sobre trotes universitários e a formação ética do profissional de saúde**

#### **Introdução**

A Constituição Federal do Brasil, datada de 05 de outubro de 1988, garante o direito à saúde ao povo brasileiro, em dois momentos: no Título II, onde estão estabelecidos os Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo II, que regula os Direitos Sociais, conforme artigo 6º; e no Título VIII, quando regula a Ordem Social, no Capítulo II, conforme artigo 196º, e tratado funcionamento da Seguridade Social e reafirma o direito à saúde e em contrapartida o dever do Estado (BRASIL, 1988). Portanto, há uma proteção jurídica consistente a este direito, inclusive a melhor doutrina jurídica se posiciona no sentido da impossibilidade de retrocesso, por se tratar de cláusula pétrea da Constituição (BONAVIDES, 2013).

Na prática, o direito à saúde se realiza através de políticas públicas, sociais e econômicas. O artigo 197 da Constituição Federal estabelece a relevância pública nas ações e serviços de saúde (BRASIL, 1988), sendo os profissionais de saúde que realizam o direito à saúde na prática.

Finkler (2009) alerta que a excelência no cuidado em saúde prestado por esses profissionais implica a valorização e um repensar a dimensão ética da sua formação, o que representa um desafio para todos nas instituições acadêmicas.

A formação ética, que inclui em seu cerne a educação moral, dá-se no âmbito da socialização profissional. Este processo, no contexto da aprendizagem das profissões e do trabalho em saúde, ocorre desde os primeiros contatos dos estudantes nos cursos de graduação, por meio das mais variadas vivências acadêmicas e espaços sociais, onde se trocam valores e se ditam comportamentos. Tais atividades acabam por constituir um tipo de currículo, frequentemente denominado de “oculto”, que acontece em paralelo ao currículo formal, posto que as vivências proporcionam a construção de conhecimentos significativos extraclasse que servirão de referências aos novos estudantes (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2013).

O fenômeno conhecido como trotes universitários é uma das primeiras vivências acadêmicas de muitos calouros. Trata-se de uma série de atividades de recepção preparadas pelos veteranos ou, ainda, por comitês específicos, compostos principalmente por docentes. A prática de ações de trotes universitários tem origem nas primeiras universidades

européias, no século XI. Nesta época também surgiu a palavra *candidus*, significando branco ou puro, palavra que originou ‘candidato’, pois havia um ritual de limpeza em que se raspavam os cabelos e se queimavam as roupas do candidato, procedimento que se tornou um rito (ZUIN, 2002, p. 28 e 29).

No Brasil os trotes são aplicados em muitas universidades, sendo também considerados por como uma tradição, um rito de passagem, uma oportunidade de integração. Apesar de geralmente incluírem brincadeiras e festas, os trotes podem significar uma importante falta de cuidado com os estudantes (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2011), pois frequentemente os calouros são tratados por alguns veteranos como seres inferiores, identificados como ‘bixos’ que deveriam ser adestrados e aprenderem a trotar pelo emprego de práticas constrangedoras (ZUIN, 2002).

Frente às consequências trágicas de inúmeros trotes divulgados em todo o país, as ações de trotes foram proibidas em muitos estados e universidades federais. No entanto, estas práticas ainda se mantêm, o que demonstra o fracasso das proibições, sobretudo nos cursos da área da saúde (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2013). Analisar por que e como essa tradição se mantém pode ser importante para fomentar estratégias de aprimoramento da dimensão ética da formação profissional.

O objetivo desta pesquisa foi compreender as RS dos trotes na área da saúde em uma universidade no sul do Brasil, na expectativa de que ao se entender como elas se estabelecem e naturalizam o fenômeno do trote, pensar possibilidades de interferir e transformar esta realidade.

## **Método**

Uma das possibilidades de compreender os trotes é conhecer as representações sociais sobre ele, neste sentido, empregou-se como referencial teórico-metodológico a teoria das Representações Sociais (doravante identificada como RS), que é um modo de conhecimento socialmente construído com objetivo de criar a realidade coletiva:

Igualmente designado como “saber do senso do comum” ou ainda “saber ingênuo”, “natural”, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico. Mas ela é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto aquele, por sua importância na vida social, pelos esclarecimentos que traz acerca dos processos

cognitivos e as interações sociais (JODELET, 2001, p.4-5).

O estudo de RS exige um exame atento, uma observação dos “traços linguísticos, arquivos e, sobretudo, pacotes de discurso” (MOSCOVICI, 2015, p.217), porque as RS estão geralmente relacionadas às ideologias, à linguagem e ao imaginário social, na população eleita para a pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, p.21) e tem como fundamento a compreensão de como o grupo social interfere nas elaborações psicológicas individuais e reflexamente, como este processo psicológico interfere no grupo social, por via dos processos de ancoragem e objetivação (JODELET, 2001).

O mecanismo de ancoragem é um processo de transformar o estranho em nosso sistema de conhecimentos. É um enquadramento, uma classificação e, muitas vezes, um julgamento positivo ou negativo. É usar um nome ou uma palavra para representar o novo, o desconhecido que passa ser conhecido (MOSCOVICI, 2015). Já a objetivação é uma forma de tratamento entre as palavras e as coisas, modo que “une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (MOSCOVICI, 2015, p. 71).

Trata-se de pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, que teve como cenário de estudo a área da saúde de uma Universidade Federal situada no sul do Brasil, onde a ação de trote foi proibida há quase 20 anos, mas persiste em alguns cursos, principalmente na área da saúde. Apesar das nuances das práticas dos trotes entre os cursos pesquisados, pois se observou que há mais violência nos cursos mais concorridos, optou-se por apresentar os resultados de forma generalizada para preservar o sigilo, e também porque em todos os cursos persistem os trotes, embora com outros nomes.

Após aprovação ética do projeto de pesquisa, pelo CEPESH/UFSC (nº 553685), a pesquisadora entrou em campo no início do segundo semestre letivo de 2015, acompanhando a movimentação própria da época de recepção das turmas ingressantes. Foram coletadas informações nas secretarias dos cursos a respeito de eventos e aulas de recepção aos calouros, bem como a localização dos Centros Acadêmicos, a fim de permitir o encontro com possíveis participantes da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas guiada por roteiros previamente elaborados, com perguntas abertas e de livre associação, registradas em mídia digital. Ao todo, foram 25 pessoas entrevistadas em quatro cursos e profissões: Enfermagem, Fonoaudiologia, Medicina e Odontologia. A seleção dos

curtos/profissões foi feita a partir da caracterização do campo mediante conversa com o diretor do Centro Ciências de Saúde em relação ao histórico de trotes de cada curso.

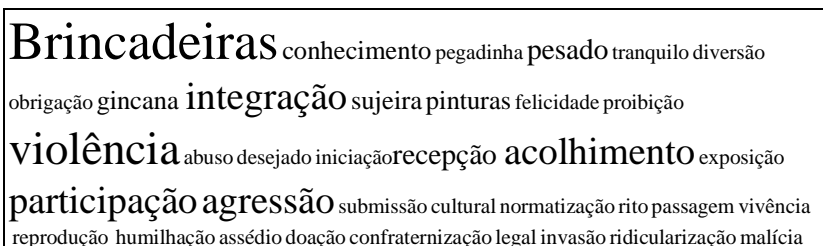
A amostra foi composta por: 13 estudantes, sendo 7 calouros (C) e 6 veteranos (V), selecionados a partir da indicação dos próprios estudantes; todos jovens, pois são a maioria na Universidade; 8 professores, sendo um gestor de cada curso de graduação, ou seja, 4 gestores (G), e 4 docentes (D) indicados pelos professores gestores que deram preferência àqueles que já haviam trabalhado com questões de trotes; e 4 profissionais (P) atuantes nas referidas áreas da saúde, devidamente registrados nos Conselhos profissionais. Depois de codificar a amostra em letras (C; V; D; G; P) foi acrescentado um dígito que obedecia uma sequência numeral.

Finalizada a coleta, as entrevistas transcritas integralmente para arquivos de texto digitais, e estes, levados ao *software* AtlasTi para a realização de Análise de Conteúdo Temática com base em Minayo (2004). Este processo resultou na construção de quatro categorias temáticas, a saber: RS dos trotes, vivências, problemas éticos e influências na formação profissional. Neste artigo, apresentam-se os resultados a partir da primeira categoria, ou seja, as representações sociais dos trotes, que foi o foco central, analisada conjuntamente com a segunda categoria, as vivências, de forma transversal. Os trotes foram analisados a partir dos elementos textuais, à luz dos processos de objetivação e ancoragem das RS.

### **Resultados e discussão: as várias faces do trote universitário**

Os termos que foram mais usados para descrever os trotes podem ser vistos na figura abaixo:

Figura 1: Nuvem de palavras sobre trotes



Na figura, o tamanho da palavra guarda relação com sua maior frequência nos dados coletados. Como se pode observar, os trotes apresentam diversas faces, podendo ser agrupadas sob duas perspectivas opostas: uma cooperativa, outra de violência.

(...) às vezes, o trote tem sido distorcido, porque o trote tem um lado que tem que ser cooperativo, integrativo, mas tem um lado que ele é desintegrador, que ele distorce, oprime e tem a questão da violência. D1

Para melhor abordar o estudo dos trotes, as representações sociais serão apresentadas e discutidas sob estes dois ângulos, as perspectivas cooperativa e coercitiva dos trotes.

#### I. Perspectiva cooperativa dos trotes:

##### *Brincadeiras e felicidade*

Os trotes foram representados pela maioria dos entrevistados como uma forma de recepção na qual se realizam atividades descritas como brincadeiras, relacionadas à diversão, gincanas, pinturas, pegadinhas e sujeira nos corpos. A palavra felicidade, embora menos frequente que brincadeira, também este presente como na seguinte fala: “pessoas felizes, mas todas sujas brincando” (C3). O trote é assim, representado como uma vivência lúdica.

Teve brincadeira de sujar com farinha, ovo. Tiveram algumas brincadeiras para descobrir a universidade, nós tínhamos que tirar fotos em alguns lugares da universidade, algumas perguntas relacionadas ao curso. V3

O ingresso na universidade pode representar um choque na vida dos jovens, a chegada em um território até então desconhecido, ocupado por vários grupos sociais; neste momento também são mergulhados em um “mar” de informações institucionais, com regras a serem cumpridas e um longo programa de disciplinas a serem cursadas. A hora de conhecer os docentes e os veteranos do curso de graduação escolhido é a oportunidade de realizar os primeiros contatos, o que ocorre

frequentemente no contexto dos trotes. Os jovens vivem uma travessia para um mundo novo que é esperado, mas que também atemoriza. À sensação de liberdade das regras familiares, longe da seriedade e das preocupações dos pais, sucedem os estranhamentos, que são enfrentados através de um processo de familiarização onde se formam as representações sociais deste novo mundo. A sociabilidade natural dos jovens (BERGER, 1986), que anseiam por uma integração faz com que os trotes sejam objetivados como brincadeiras, pois de fato, ancorar a figura do trote em brincadeiras e relacioná-las às recordações da infância é uma estratégia que permite familiarizar estas atividades e afastar o medo.

Brincadeiras são atividades que implicam em cooperação e auxiliam no processo de conexão do sujeito consigo mesmo e com os grupos (DALLABONA; MENDES, 2016). Através delas, os sujeitos aprendem os papéis sociais, tal como as crianças aprendem a se comportar em sociedade (BERGER, 1986). Os trotes realizados nos cursos da área da saúde propõem algumas brincadeiras que remetam, talvez, às rotinas destas profissões. Sujeiras, pinturas e roupas rasgadas fazem parte do cotidiano de muitos profissionais de saúde que terão que lidar com o corpo humano como foco do seu trabalho, sangue e outros líquidos corporais. Além disso, o trote que sugere pedir dinheiro nas sinaleiras (a motoristas ou transeuntes) pode representar as dificuldades dos profissionais em garantir a sua subsistência e cobrar pelo seu serviço.

O ato de brincar é importante para a saúde mental, porque estimula o bom humor, diminui o estresse (ERIKSOM, 1963, p.192). As imagens midiáticas dos trotes presentes nos noticiários cotidianos, nos *outdoors* e variados tipos de propaganda de cursinhos de vestibular dos colégios privados transmitem a ideia dos trotes como a representação simbólica de sucesso e felicidade, contribuindo para naturalizar estas práticas, pois os trotes passam a representar a própria vitória no vestibular (VEGINI; FINKLER, 2015). Portanto, depois todas as emoções e temores que antecedem o ingresso na Universidade, os calouros podem desejar participar dos trotes pelo prazer de representar a conquista da vitória.

### *Confraternização e amizade, integração e participação*

Os participantes da pesquisa definiram os trotes como oportunidades de confraternização, amizade, integração e participação, conceitos inter-relacionados. Outros adjetivos como “legal”, “interessante”, e “tranquilo” estão muito presentes nas representações

sobre trote. As atividades são representadas como integração entre eles e também representadas na ideia de confraternização, palavra que tem características relacionadas a fraternidade e família, espaços onde se estabelecem relações de ajuda mútua.

(...) unindo duas turmas, eu conheci vários dos meus colegas ali, pessoas que eu me dou super bem até hoje. V2

A ideia de amizade é uma RS que está relacionada à fraternidade e se confunde com o coleguismo, que compreende relações de colaboração e respeito mútuo. A expressão ‘colega’ de faculdade poderá depois ser substituída por ‘colega’ de trabalho, algo fundamental para o desenvolvimento das relações institucionais. Amigos são uma referência importante em todas as fases da vida. Desde a infância, a amizade é uma oportunidade de exercitar o respeito e as trocas. As amizades são uma consequência possível em quaisquer oportunidades, como nos trotes e por ela se desenvolvem parcerias e vínculos de afeto mais permanentes, voltadas à valorização de atributos humanísticos importantes no mundo contemporâneo. Têm também função de criar laços de apoio e solidariedade.

A juventude considera de grande importância a amizade e todas as formas de relações afetivas com outros jovens. Mas as formas como estas ligações se criam, muitas vezes obedece a uma finalidade comum. São características as amizades em questões de esporte, do trabalho, da faculdade (ZAMBONI, 2007). Amigos da universidade são vínculos que pode durar a vida inteira. Nestes grupos são realizadas atividades frequentes, com características de confraternizações, festas, momentos de estudo, parcerias de variadas formas. Grupos de amigos vivenciam as questões de pertencimento, mas também podem experimentar a exclusão. O pertencimento se fortalece com o cumprimento das regras do grupo, o compartilhamento de valores e adesão aos ideais coletivos, enquanto a exclusão ou o afastamento voluntário ocorre por divergência quanto às forças que motivam o grupo (ZAMBONI, 2007).

Nos trotes, os jovens se encontram diante de objetivos comuns embora em clima bastante competitivo. Assim, amizade e integração, a participação são representações importantes que vão proporcionar, possivelmente, uma convivência mais harmoniosa e baseada no afeto.

Os discursos dos entrevistados, em sua maioria, revelaram que os trotes são fenômenos que favorecem a integração e a participação livre dos entrevistados: “(...) quem não quer participar e não assinou o termo

não participa. Isso é bem respeitado no curso, nós acompanhamos...” (G2).

A palavra ‘participação’ e sua correlata ‘integração’ transmitem aos trotes a ideia de fazer parte de uma nova realidade e pertencer a ela. Desde a infância, os sujeitos fazem parte de uma família ou de grupos, vivem em sociedade e temem ser excluídos. Participar se ancora no sentido de fazer parte, de atuação social e posse de um espaço dentro da Universidade. Integrar-se se ancora na ideia de aceitar o grupo e ser aceito por ele, pois os sujeitos querem participar da sociedade (BERGER, 1986)

### *Acolhimento e recepção*

Alguns entrevistados negam a prática de trotes porque esta ação é proibida pela Universidade e seria punível, e porque a palavra adquiriu uma conotação negativa: “A palavra ‘trote’ é meio pesada. Nós não temos o costume de usar no nosso curso” (V3). Frente a isto, o fenômeno do trote passou a ser denominado de “atividades de recepção e acolhimento” aos calouros neste curso.

(...) nome daqui passa a ser “semana de acolhimento aos calouros”, porque trote acaba associando com algo mais pesado, brincadeiras mais violentas, exposição, é uma associação que eu tenho. V2

(...) trote é uma brincadeira; recepção é acolhimento, é passar informações que são importantes para o aluno ... G4

(...) o acolhimento é feito antes do que o trote propriamente dito, quando chega no trote não tem mais aquela coisa que de que não se conheciam e de repente se conhecem. G4

Portanto, recepção e acolhimento são palavras usadas para objetivar os trotes, retirando-lhe a conotação negativa e, ao mesmo tempo, transformando-o em hospitalidade e boas-vindas aos calouros, ou seja, ressignificando-o. São termos que guardam relação com o cuidado e a proteção. O sentido de receber é apoiar e cuidar daqueles que chegam a novos territórios, conforme os entrevistados que utilizaram bastante as expressões ‘territorializar os calouros’ e ‘territorializados’ referindo-se



aos veteranos que já conhecem a Universidade.

A palavra cuidado é bastante usada no contexto da saúde (PESSINI, 2012), muito embora seja mais comumente relacionada aos doentes. Mas receber e acolher são também práticas de cuidado. Portanto, receber e acolher os calouros representa uma forma de cuidado que possivelmente se ancora nesta função dos profissionais de saúde e que poderia afastar a ideia do trote como um não-cuidado com os calouros. Contudo, como se discutirá na sequência, trotes com diferentes tipos de violência continuam sendo praticados na Universidade.

## II. Perspectiva coercitiva dos trotes:

### *Violência, agressão, submissão*

Trotes também são associados a práticas de violências físicas, morais e psicológicas, por isso geram desconfiância e são temidos. Segundo os discursos dos entrevistados, alguns trotes são pesados e apresentam situações não desejadas de humilhação, ridicularização, discriminação, invasão, assédio, malícia e exposição excessiva:

*Bullying*, ofensas de cor, de sexo, exposição, não sei dizer exatamente um termo muito bom para isso, mas acho que a exposição sexual acaba ficando muito pesada, vai contra tudo que se prega.  
V2

Exposição, humilhação, machismo, essas coisas.  
P1

(...) quando fala em trote a gente já pensa em algo mais pesado, algo que eles vão acabar se aproveitando da gente. (C6).

Os trotes podem precipitar alguma forma de violência quando há abusos e excessos, o que ocorre quando o comportamento de veteranos representa atos de dominação dos calouros. A superioridade dos veteranos decorreria de um maior saber, tanto relacionado à futura profissão quanto à instituição de ensino a qual já sentem ‘territorializados’, uma espécie de sentimento de posse da instituição. Os trotes seriam práticas que implicariam na submissão dos calouros à autoridade moral dos veteranos, em atividades previamente preparadas por eles ou pelos “comitês de

recepção” institucionais, com o uso de controles sociais, legitimando uma hierarquia social baseada no poder-saber e na sensação de posse de um território.

(...) quem está preparando o trote para você é uma pessoa que já tem conhecimento com base muito mais aprofundado do que o seu, então a partir do momento que você usa tudo que você sabe para agredir o outro moralmente ou fisicamente, você passa dos seus limites, tanto ético quanto moral. C9

O uso das vaías e outros métodos coletivos de coação ou assédio é um recurso utilizado pelos veteranos que leva a rendição das minorias ou de indivíduos. A violência estaria representada, portanto, pela dinâmica dos grupos assentada na pressão que desequilibra o jogo de forças: muitas vezes, aqueles que resistem e não aderem às brincadeiras do grupo são rejeitados ou excluídos.

Quando eles forçam a pessoa na frente dos outros a fazer alguma coisa, só porque ela está na frente dos outros. Isso eu acho que é bastante ruim, porque eles sabem que as pessoas vão tender a não negar, por exemplo, a beber. C4

(...) essa coisa da vaia, quando os calouros entram, eles merecem todo o acolhimento possível, porque foi uma batalha para eles também, não acho que seja engraçado aquilo. D3

(...) e principalmente não se tem respeito com essas questões individuais, porque é claro que muitos calouros vão fazer aquilo na brincadeira, mas tem as pessoas que não tem uma estrutura emocional capaz de lidar com aquele momento, com aquela agressão e humilhação, e isso pode sim trazer malefícios em longo prazo e até mesmo em curto prazo para essas pessoas. G1

Os calouros como todos os seres humanos têm direito a serem respeitados em sua integridade moral e física. O desrespeito a sua dignidade e autoestima caracterizam violência por ferir a proteção

indissociável dos seres. Tais direitos não pode ser objeto de negociação.

Teve o que eles chamam de leilão dos calouros, eles compram os calouros para nada na verdade, só para dar um apelido, a compra é por centavos, real, depende de quem dá mais, você paga um mico lá na frente e a pessoa paga pelo que ela acha que você merece por aquele mico, então ela te dá um apelido por alguma coisa que você fez ou alguma coisa te marca como calouro. C2

(...) é uma ação humilhante que não tem nenhum propósito, que subestima a pessoa, desrespeita a pessoa, é algo que não precisaria ter e no meu olhar beira o limite entre os criminosos inclusive, de você expor algumas pessoas. P1

(...) é uma prática que só diminui a pessoa. V3

(...) plaquinha com apelidos no colo deles e me parece agressivo. D3

(...) eu me lembro de gente que reclamou e eu não tiro a razão deles. V1

(...) tinha colegas meus que estavam dando risadas e achando tudo normal, mas eu não achei normal. P2

Há que se refletir coletivamente sobre os efeitos das práticas abusivas relatadas, como apresentações públicas dos calouros com perguntas invasivas, sexistas ou descontextualizadas, a prática de “leilão de calouros” que remonta à escravidão, os pedidos de dinheiro nas vias públicas do campus, as placas com apelidos, entre tantas outras. Apelidos são também representações sociais dos indivíduos, criados muitas vezes com base numa característica pessoal que tem potencial para reduzir uma pessoa a um aspecto físico ou psicológico, rotulando-a. Quais os efeitos destes apelidos que muitas vezes ‘colam’ nos calouros sobre uma personalidade ainda em formação?

Muitas “brincadeiras” de trotes estão implicadas em familiarização de dificuldades na futura profissão, como as pinturas e sujeiras que inclusive podem ter mau cheiro, por elas representando funções das

profissões de saúde que trabalham com sangue e outros fluidos humanos. Mas quais as consequências na formação deste estudante que se sente desrespeitado e constrangido ao ser exposto nos semáforos com roupas rasgadas, sem calçados, pintados/sujos, às vezes até com os cabelos cortados, arrecadando moedas para as festas dos veteranos?

Uma das práticas de trote que mais chamou atenção durante o período da coleta de dados é também chamada de territorialização e está bastante implicada em violência simbólica. Nesta atividade, os veteranos mandam os calouros andarem na “posição de elefantinho”: enfileirados e abaixados com a mão entre as pernas, segurando a mão do calouro de trás e repetindo versos obscenos ditados pelos veteranos, numa posição superior, de cunho sexista, reforçando a cultura social machista. Assim, veteranos tentam provar sua suposta superioridade frente aos calouros, tratando-os como bichos (ZUIN, 2011).

Outra situação que chamou a atenção foram os relatos de trotes praticados fora do *campus*, como festas que fogem a qualquer controle da instituição, nas quais os calouros são incentivados ou forçados a ingerir bebida alcoólica, ou ainda outras atividades praticadas às escondidas, revestidas do intuito de dominação e posse dos calouros como propriedade dos veteranos. Mendonça (2016) diz que as universidades brasileiras não estão obtendo sucesso em prevenir as violências praticadas em trotes, principalmente os estupros. Alunas de uma faculdade de Medicina em São Paulo que sofreram estupro tem se queixado para a administração sem que consigam punir os agressores e uma das dificuldades é provar os fatos, pois estes crimes ocorrem geralmente sem a presença de estranhos. Funciona nesta faculdade um coletivo que apoia as vítimas, o qual demonstrou a sua preocupação com o nível dos formandos diante dos comportamentos violentos:

A universidade tem que fazer uma autocrítica, tem que sair do seu isolamento e voltar a se preocupar com o tipo de aluno que ela está formando e se esses profissionais vão trazer uma transformação da sociedade para que ela não seja só uma fábrica de diplomas (COLETIVO GENI, APUD MENDONÇA, 2016, p.1).

A violência que todas estas vivências revelam contrariam as versões de que a participação nos trotes é ato de disposição livre dos calouros:

Eu acho que essa fala de ‘quem não quer não participa’ é uma fala de quem está dominando, então a pessoa que está em um grupo, está querendo uma aceitação, entrando em um momento novo, às vezes ela não tem a opção nem de refletir sobre aquilo, às vezes vai pensar nisso mais tarde, depois que já fez, depois que se expuseram. Nós não discutimos isso abertamente dentro das universidades, nem tão pouco antes de entrar na universidade, então a pessoa não tem bagagem ou argumento ou fundamento para poder de fato decidir (...) enfim, não é uma escolha. Eu acho isso abominável, nojento, que são maus-tratos, isso não tem nada a ver com educação, com respeito, com questões de amor e carinho. P1

Como um futuro profissional da saúde aprenderá a respeitar a liberdade e a autonomia de seus futuros pacientes se sua primeira lição na universidade é justamente de desrespeito e submissão? Pode-se pensar nos estímulos ambientais e sociais que podem levar os mais jovens a desejarem participar ou, a participarem pela tendência em adotar comportamentos imitativos e, portanto, a seguir os grupos de referência (ZAMBONI, 2007), dispondo-se a consentir sua participação sem considerar suas consequências.

As falas dos entrevistados evidenciaram que estes eventos consentidos, mas não desejados caracterizam violência, pois são ações toleradas pelos calouros, embora não sejam comuns as queixas à administração da Universidade. Percebe-se assim a existência de um jogo desigual de forças que resulta em submissão, opressão e colonização do outro. Violências disfarçadas de brincadeiras, jogos onde o outro é diminuído e agredido, ocultam estratégias do sujeito dominante para aliviar suas tensões internas e lidar com suas próprias frustrações e questões pessoais não resolvidas (HERRMANN, 1997). Se o outro reclama, é desencorajado através de rótulos depreciativos ou até pode ser excluído do convívio.

As representações do trote relacionadas a algum tipo de violência implicam na objetivação destas imagens de práticas não desejadas a que são submetidos os calouros. A desigualdade de forças muitas vezes presente nas concepções das “brincadeiras” elaboradas pelos veteranos representa uma ameaça aos calouros. Representar os trotes como violência é um juízo de valor mostrando a negatividade destas ações. Os trotes já apresentam uma longa história de violências –

morais/psicológicas e físicas, havendo inclusive casos de mortes (ZUIN, 2011).

A teoria psicológica da aprendizagem explicaria a agressão e violência como resultado de um aprendizado, pois comportamentos recompensados tendem a se repetir (BANDURA; ROSS, 1961). Desta forma, o veterano que teve sucesso agindo agressivamente poderá repetir a ação, inclusive em outros âmbitos de sua vida. Outra forma de aprender a agir agressivamente ocorre por meio de exemplos, como os calouros que aprendem observando o comportamento dos veteranos. De fato, sabe-se que algumas violências se repetem nos trotes, de semestre em semestre, de ano em ano.

Ainda há que se ponderar acerca das atitudes agressivas e desrespeito nos trotes como um possível reflexo da excessiva competição por vagas e por mercado na área da saúde. A competição exacerbada pode ativar comportamentos individualistas, gerar conflitos, e promover isolamento por conta da visão do outro como um competidor (BEAUDOIN; TAYLOR, 2006). Desta forma, é necessário refletir sobre as violências e agressões que podem se reproduzir pela repetição de um comportamento aprendido e/ou em razão da natureza competitiva do ambiente acadêmico e profissional na área da saúde.

### *Iniciação e rito de passagem*

Os trotes também são representados como um acontecimento que faz parte do ritual de iniciação nas universidades, portanto, um evento bastante esperado e desejado desde o momento de preparação para o vestibular. É a imagem que marca a própria aprovação no vestibular: “(...) então todos os dias nós estávamos preparados e se não fizessem, nós ficaríamos tristes.” P4

Não foi uma representação tão frequente, mas revela a aceitação social e até mesmo o desejo de alguns, que o consideram como uma etapa inicial tão necessária quanto às demais etapas acadêmicas que vão habilitar para o exercício de determinada profissão: “(...) o trote é uma questão cultural, como um rito de passagem, o aluno vai passar por um rito para consolidar que agora ele é um estudante.” D1. Ritos transmitem a ideia de obrigatoriedade a todos. Assim, a não participação nos trotes se traduziria também como uma espécie de fuga, atraindo punições, como a exclusão do grupo. Considerar que o trote é um rito pode validar também qualquer tipo de comportamento que faça parte do ritual:

Tem uma questão que é cultural, que eu preciso desconstruir com estudante de que agora que ele entrou, ele precisa se submeter a esses ritos que alguns veteranos apenas reproduzem, às vezes de violência, sem ter uma crítica do que significa esse rito (...) mas cabe a mim como professor, eu que estou pesquisando a aplicação da formação docente com o estudante, de estar desmistificando e desconstruindo isso. D1

Quando as ações de trote são entendidas como parte da cultura a qual os acadêmicos devem se sujeitar, aceitando tudo sem possibilidade de discussão, o trote é visto e objetivado como rito, pois “a imagem deixa de ser um signo e passa a ser uma cópia da realidade” (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p.109)

A ideia de rito teria origem nos rituais tribais, como uma etapa de desafios a serem cumpridos, para se alcançar determinadas metas e ser reconhecido como adulto, como prova de coragem ou de aptidão para o casamento. Na Idade Média, os candidatos que frequentavam os internatos para se profissionalizarem, também tinham que se submeter a ritos como cortar os cabelos (ZUIN, 2002). Estas práticas sobrevivem até hoje sem uma reflexão mais profunda, com novos formatos, mas sempre com esta ideia de rito de passagem. Conforme Fonseca (2002), um rito às avessas, uma tradição perversa que não pode ser justificada eticamente por ser costume cultural, que precisa ser contestada para que novos conceitos sejam elaborados, gerando novas práticas para a transformação da tradição.

### **Considerações finais**

As primeiras vivências entre calouros e veteranos na universidade estão ligadas a muitas emoções. É um momento de transição, e o clima festivo permite que os jovens, ainda adolescentes em sua maioria, exercitem o abandono de algumas regras e crenças infantis, predispondo-se a mudanças, novas ideias, novas referências, novos paradigmas. Tais mudanças são benéficas para a academia, visto que a universidade precisa de estudantes que se disponham a aceitar novas formas de pensar, de conhecer, de ser, de transformar. Deste modo, o trote - como uma das primeiras lições da vida universitária - e suas repercussões na formação ética dos profissionais precisam ser mais bem compreendidos por todos que participam da instituição universitária.

Os trotes são representados como brincadeiras e jogos, onde os calouros são convocados a desempenhar papéis. O jovem tem opção de não participar, mas se rejeitar, também poderá ser rejeitado por seu novo grupo. Sob uma perspectiva sociológica, os indivíduos tendem a aceitar os papéis que a sociedade ou, no caso, os veteranos lhe atribuem porque desejam fazer parte dela. Ainda que cheguem com muitas expectativas e idealismo num grupo, os recém ingressos são cobrados a cumprirem seus papéis, incorporando a identidade que lhes é atribuída e socialmente reconhecida.

Quando se tratam de sociedades relacionadas às profissões, deve-se considerar que a maior parte da vida dos sujeitos que ingressam em uma profissão estarão relacionadas ao seu futuro profissional - amigos, colegas, associações da qual fará parte. Sociedades são hierarquizadas e os profissionais da saúde de nível superior costumam ocupar as camadas mais superiores desta hierarquia, implicando em poder, privilégio e prestígio (BERGER, 1986, p. 91). O calouro que ingressa na universidade pode ter seu comportamento modelado para desempenhar o papel necessário à manutenção desta sociedade, com um *status* social, regras predefinidas e políticas próprias, destinadas a manter a sua hegemonia. Há que se refletir sobre os valores e comportamentos compartilhados pelas diferentes profissões, que as colocam em uma posição de destaque na hierarquia social, e que conflitam com os valores e condutas demandados pelas alterações curriculares das profissões de saúde que pretendem adequar a assistência em saúde no Brasil aos princípios constitucionais do direito à saúde.

A ambiguidade das representações sociais do trote fala das suas diferentes potências: de compartilhamento de valores que realizam contribuições positivas no desenvolvimento moral dos estudantes por um lado, e de outro, de vivências de desvalores que contribuem negativamente para este desenvolvimento. A submissão dos calouros aos papéis predeterminados por uma realidade já socialmente construída através das vivências dos trotes impossibilita e dificulta que outros papéis possam ser por eles escolhidos mediante decisões com eles construídas a partir da análise ética das práticas, juntamente com o envolvimento e o comprometimento docente, o que é fundamental para que possam ocorrer mudanças nos paradigmas da formação profissional.

Os dados coletados evidenciaram ainda que os entrevistados nem sempre distinguem ações de “trotes tradicionais” das atividades de recepção aos calouros que são institucionalmente concebidas. Embora se tenha observado a condenação das atitudes de violência nos trotes e uma



importante preocupação em transformar e ressignificar o fenômeno (de “trote” para “recepção” e/ou para “trote solidário”), as diferentes atividades realizadas continuam oportunizando e favorecendo a ocorrência de diversos problemas éticos, ou seja, de questões que envolvem conflito de valores e que são, ou precisam ser, tomadas para análise e resolução. Isto não significa, no entanto, uma desvalorização das mudanças promovidas no sentido de humanizar a recepção aos novos estudantes, sempre que tenham, de fato, ocorrido. Ao contrário, o que se deseja é colocar sob holofotes que as diferentes práticas, mesmo as renomeadas, podem manter (e mantém no caso da realidade estudada) vivências de violência, agressão e submissão, sejam elas sutis ou explícitas, gerando sofrimento, se não físico, ao menos moral ou psíquico. Deste modo, vale atentar para o fato de que a simples renomeação não só não contribui para um acolhimento afetivo e efetivo dos estudantes, como também burla o regulamento universitário que proíbe as ações de trotes.

A respeito destas proibições, cabe, por fim, sinalizar o desconhecimento dos calouros e a despreocupação por parte dos veteranos. Ainda que seja possível relacionar o fracasso legal em conter estas práticas à falta de controle, fiscalização e punição, não se pode deixar de refletir sobre o fato de que as leis são o mínimo moral necessário a qualquer comunidade, e que quando nem este mínimo é respeitado, tem-se pela frente um grande desafio ético: fomentar a reflexão crítica, coletiva e dialógica - uma tarefa ético-estético-política, uma tarefa verdadeiramente pedagógica.

### Referências

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. **Múltiplas Leituras**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo. v. 1, n. 1, p. 18-43, 2009. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1169> > acesso em 12.07.2016.
- BANDURA, Albert; ROSS, Dorothea; ROSS, Sheila A. Transmission Of Aggression Through Imitation of Aggressive Models. EUA: First published in **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 1961. V. 63, p. 575-582. Disponível em <<http://psychclassics.yorku.ca/Bandura/bobo.htm>> acesso em 29.06.2016.
- BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Maureen. **Bullying e Desrespeito**: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006. 232 p.

- BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística; Trad. de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1986. 202 p.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5.10.1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> acesso em 03.05.2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 12.12.2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> acesso em 10.07.2016.
- DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schimit. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004. Disponível em <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-16.pdf>> acessado em 28.06.2016.
- ERIKSON, Erik H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1963. 2ª edição.
- FINKLER, Mirelle. **Formação Ética na Graduação em Odontologia**: realidades e desafios. 2009. 259 p. Tese (Doutorado em Odontologia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em <<http://www.prosaude.org/noticias/finkler/teseMirelleFinkler.pdf>> acesso em 15.08.2014.
- FINKLER, Mirelle; Carlos; RAMOS, Flavia Regina Souza Ramos. Um marco conceitual para o estudo da dimensão ética da formação profissional em saúde. In: HELLMANN, Fernando (org.); VERDI, Marta (org.); GABRIELLI, Rita (org.) *et al.* **Bioética e Saúde Coletiva**: perspectivas e desafios contemporâneos. 2.ed. Florianópolis: DIOESC, 2013. p. 171-189.
- HERRMANN, Fabio. **Psicanálise do cotidiano**. Porto Alegre: Artmed. 1997.
- JODELET, Denise. **Representações sociais**: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: UERJ. 2001. pp. 17-44. Disponível em: <<http://spw.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>> acesso em 12.07.2016
- MENDONÇA, Renata. Estupros na USP expõem omissão de universidades. BBC Brasil, São Paulo, 24.11.2014. Disponível em

<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120\\_usp\\_abusos\\_universidades\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm)> acesso em 11.07.2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 404p.

OLIVEIRA, Fátima O.; WERBA, Graziela C. Representações Sociais.

*In*. JACQUES, Maria da Graça Corrêa; STREY, Marlene Neves;

BERNARDES, Maria Guazzelli *et al.* **Psicologia Social**

**Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 104-117

VEGINI, Neusa Maria Kuester; FINKLER, Mirelle. **Trotes**

**Universitários pela mídia**. *In*: XI Congresso Brasileiro de Bioética:

Bioética e Desigualdades. Anais. Curitiba. 2015. P. 46 Disponível em:

<[http://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2016\\_02\\_11/Anais-BIOETICA-XI-Congresso-Brasileiro.pdf](http://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2016_02_11/Anais-BIOETICA-XI-Congresso-Brasileiro.pdf)> acesso em 12.07.2016

ZAMBONI, Caroline. Juventude: Uma questão de fronteira para a

Psicologia Social *In* GUARESCHI, Pedrinho A.; VERONESE,

Veríssimo (org.). **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 275-292.

ZUIN, Antonio Álvaro Soares. **O trote na universidade**: passagens de um rito de iniciação. São Paulo: Cortez, 2002. 120 p.



## **6.2 Influências dos trotes universitários na dimensão ética da formação profissional em saúde**

### **Introdução**

Os processos formativos profissionais na área da saúde tem historicamente reproduzido o modelo médico-assistencial hegemônico de características individualistas e biologicistas, fortemente atrelado à mercantilização da saúde-doença, com uma tendência à medicalização dos problemas, o que leva, entre outras consequências, à diminuição da autonomia do paciente (CUTOLO, 2006).

A reorientação do modelo de formação dos trabalhadores em saúde no Brasil tem sido uma preocupação importante, concretizada de diferentes maneiras como, por exemplo, pela elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação da Área da Saúde em 2001/2002, e pela a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), em 2003, que assumiu a responsabilidade de formular políticas públicas orientadoras da gestão, formação e, qualificação dos trabalhadores, e da regulação profissional na área da saúde.

Dentro das inúmeras demandas desse processo, alguns autores alertam para a importância de se repensar a formação ética dos cursos de graduação, de modo a colaborar no desenvolvimento de profissionais e cidadãos eticamente competentes e socialmente comprometidos com a transformação da realidade em direção a uma sociedade mais igualitária (MARTÍNEZ; ESTRADA; BARA; 2002; REGO, 2003; RAMOS, 2007; FINKLER, 2009).

O processo de formação ética universitária compreende o desenvolvimento moral e a criação de uma identidade profissional durante a formação acadêmica que decorrem não apenas do currículo formal, mas também de um currículo ‘oculto’, composto pelas diferentes vivências, relações intersubjetivas e modelos profissionais com os quais os estudantes se deparam no processo de socialização profissional, no âmbito das profissões e do trabalho em saúde (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2013).

Chama-se de “socialização” o processo que ocorre quando um indivíduo incorpora os modos de vivência contidos no mundo ao seu redor. A socialização profissional é um tipo socialização secundária – a primária ocorre na infância, quando o mundo social é internalizado pela criança. A socialização secundária ocorre a cada vez que um adulto é

iniciado num novo contexto social, passando a compartilhar valores e aprender comportamentos. Assim, a socialização profissional passa pela aceitação de regras escritas e não escritas nas quais se manifestam controles próprios do grupo social ao qual se está vinculando, e que representam um teste de obediência do futuro profissional (BERGER, 1986). Na maioria das organizações, o processo de socialização desvirtua os princípios e as metas que se pretendiam alcançar, produzindo um paradoxo ou conflito. Deste modo, é apontada como responsável por manter inalteradas a cultura e a estrutura das sociedades (SELL, 2006).

Rego (2003) estudou o processo de formação ética em medicina e constatou problemas nos modos de formação que estariam transformando estudantes idealistas em profissionais arrogantes, indiferentes e voltados para o mercado, que valorizam mais o êxito financeiro e sua autopromoção do que o exercício da atenção e do cuidado em saúde. Finkler (2009) investigou o processo de formação ética em odontologia e constatou um comprometimento pontual dos cursos por meio de ações isoladas e limitadas, algumas intencionais outras nem conscientes, baseadas apenas no bom senso dos docentes e não como o resultado de uma ação coletiva planejada, como seria desejável.

Neste contexto, o fenômeno conhecido como trotes universitários é uma das primeiras vivências acadêmicas de muitos calouros. Trata-se de uma série de atividades de recepção, preparadas pelos veteranos ou, ainda, por comitês específicos, compostos por docentes e estudantes. Para Zuin (2002), o trote é um rito de passagem às avessas, caracterizado pela violência psíquica (e, frequentemente, física também), explicado como tradição, brincadeira e integração.

A pesquisa de Vegini (2016) evidenciou que as representações sociais dos trotes os apresentam sob diferentes “faces”: sob uma perspectiva cooperativa, o trote é compreendido como brincadeira e felicidade, confraternização e amizade, integração e participação, acolhimento e recepção. Sob uma perspectiva de violência, são representados como agressão, submissão e rito de passagem.

Ainda que seja possível observar uma preocupação em transformar e ressignificar o fenômeno (de “trote” para “recepção” e/ou para “trote solidário”), tais práticas serão aqui referidas com a denominação de “trotes/recepção”, pois independentemente do nome atribuído, parecem continuar oportunizando e favorecendo a ocorrência de diversos problemas éticos, mesmo nas universidades em que os trotes são (sem sucesso) formalmente proibidos.

Problemas éticos são questões que envolvem conflito de valores que são tomados para análise e resolução. Chamam-se de conflitos justamente porque exprimem a ideia da colisão de diferentes valores entre si em situações concretas, demandando uma solução, uma análise do que se “deve” fazer, uma questão ética (GRACIA, 2010).

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou como a instituição universitária, seus docentes e discentes vêm lidando com o trote/recepção e se os estudantes e professores vivenciam ou percebem a possibilidade de ocorrerem problemas éticos nos trotes/recepção, a fim de analisar suas possíveis influências na dimensão ética da formação dos estudantes.

### **Método**

Trata-se de pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, que teve como cenário de estudo uma Universidade Federal situada no sul do Brasil, onde a ação de trote persiste apesar de ter sido proibida há quase 20 anos. Após aprovação ética do projeto de pesquisa (CEPSH/UFSC nº 553685), a pesquisadora entrou em campo no início do segundo semestre letivo de 2015, acompanhando a movimentação própria da época de recepção das turmas ingressantes através de observação não participante. Foram coletadas informações nas secretarias dos cursos a respeito de eventos e aulas de recepção aos calouros, bem como a localização dos Centros Acadêmicos, a fim de permitir o encontro com possíveis participantes da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, guiada por roteiro previamente elaborado com perguntas abertas e de livre associação, registradas em mídia digital. Ao todo, foram 25 pessoas entrevistadas em quatro cursos e profissões: Enfermagem, Fonoaudiologia, Medicina e Odontologia. A seleção dos cursos/profissões foi feita a partir da caracterização do campo mediante conversa com o diretor do Centro Ciências de Saúde em relação ao histórico de trotes/recepção de cada curso.

A amostra foi composta por: 13 estudantes, sendo 7 calouros (C) e 6 veteranos (V), todos jovens, porque são a maioria na universidade; selecionados a partir da indicação dos próprios estudantes; oito professores, sendo um gestor de cada curso de graduação (G), e outros quatro, docentes (D) indicados pelos professores gestores que deram preferência àqueles que já haviam de alguma maneira trabalhado mais proximamente às práticas de trote/recepção; e quatro profissionais (P) atuantes nas referidas áreas da saúde, devidamente registrados nos

Conselhos profissionais, para que se pudessem analisar as RS de pessoas não ligadas diretamente à graduação e à formação profissional. Depois de codificar a amostra em letras (C; V; D; G; P) foi acrescentado um dígito que obedecia uma sequência numeral.

Finalizada a coleta, as entrevistas transcritas integralmente para arquivos de texto digitais, e estes, levados ao *software* Atlas Ti para a realização de análise de conteúdo temática com base em Minayo (2004). Este processo resultou na construção de quatro categorias temáticas, a saber: Representações sociais dos trotes, vivências, problemas éticos e influências na formação profissional. Neste artigo, apresentam-se os resultados referentes às duas últimas categorias problemas éticos, influências na formação profissional como foco central, e transversalmente vivências. O segundo artigo será conectado às representações sociais dos trotes através de referências ao primeiro artigo. Todo este material foi analisado à luz do marco conceitual deste trabalho.

## **Resultados e discussão**

### *Valores e problemas éticos presentes nos trotes/recepções*

Considerando a perspectiva cooperativa dos trotes/recepções, representados socialmente como brincadeiras; felicidade; confraternização e amizade; integração e participação; acolhimento e recepção (VEGINI, 2016), esta pesquisa pode identificar os valores (SILVA, 2011), presentes em tais práticas a partir da fala dos participantes desta pesquisa (Quadro 1):



**Quadro 1: Valores presentes nas práticas de trote/recepção segundo os participantes da pesquisa**

VALORES	EXEMPLOS DE COMO OS VALORES ESTÃO PRESENTES <sup>10</sup>
Respeito	(...) hoje está mais organizado, <b>mais respeitoso</b> , está muito correto. Pelo menos o trote que eu sofri e que eu apliquei. V1
Autonomia/ Liberdade	Bastante gente participou do trote, mas também teve alguns que <b>optaram por não fazer</b> . C9 Até porque <b>quem não quisesse participar tinha esse direito...</b> V1
Cuidado/ Proteção/ Prudência	Não sei se é a visão que eu tenho pelo trote que eu apliquei, mas em 2010 eu fiz outro curso e o nosso trote foi muito diferente desse, todo <b>o cuidado que nós tomamos</b> , eles nunca tomaram... V1 O papel dos professores é de serem <b>atentos e vigilantes</b> , e não permitir que os alunos veteranos atuem de forma hierarquicamente agressiva sobre os novatos, porque não há uma política de dominação dos veteranos sobre os novatos, isso não pode existir. Se houver, os professores e a administração da universidade devem interferir. G2
Solidariedade	(...) eles já têm isso como tradição, eles <b>doam sangue, juntam alimentos</b> , eles procuram fazer uma coisa positiva também. D4 (...) trote solidário, eles tinham que trazer um alimento e depois nós <b>fazíamos uma campanha</b> para levar para uma instituição junto com os veteranos para fazer essa visita. P4
Amizade e Inclusão	(...) achou muito divertido como calouro e foi veterano e pintou todo mundo e <b>saiu amigo de todos eles</b> . D2 Uma forma de acolhimento, no sentido de <b>você estar inclusa</b> naquilo, porque agora sua vida a partir dali é junto com eles. Eles já passaram por isso e agora estão te recebendo da mesma forma, <b>você agora faz parte deles</b> . C3 (...) é legal eles terem essa compreensão que é algo que <b>estamos fazendo para interagir, para conhecer a turma</b> . C1
Alegria/ Prazer/ Diversão	(...) brincadeiras de percurso com obstáculos, pegar bala em uma vasilha com farinha, morto-vivo, eles também recolhiam dinheiro no semáforo para uma futura festa, <b>mas foi bem prazeroso</b> , em minha opinião, é claro. V4

<sup>10</sup> Negritos nossos

Os problemas éticos decorrem do fato de que todos os valores podem colidir entre si em situações concretas. Daí que a conflitividade seja uma propriedade essencial na ética, a qual nos demanda analisar como resolver tais conflitos de modo a salvaguardar os valores conflitantes o máximo possível, ou seja, lesionando-os o menos possível (GRACIA, 2010).

Neste sentido, um primeiro conflito surge quando a realização do trote ocorre mesmo sendo proibida, desrespeitando-se assim regulamentos legais que representam e formalizam um acordo social prévio. As leis buscam justamente preservar mínimos morais quando a ética dos cidadãos não foi capaz de promover a proteção de determinados valores. Deste modo, o desrespeito às leis implica em um desrespeito à própria cidadania, sempre que tais leis estejam moralmente atualizadas.

(...) a legislação que proíbe, como muito de nossas legislações, acaba sendo ineficaz, porque é proibido mas acontece. Eu acho que uma discussão da própria população universitária, de professores, estudantes, em cada curso, analisando essas práticas e pesquisando - como você está fazendo - o que essas práticas significam para as pessoas que se envolvem, e buscando outras formas de receber os calouros, seria muito mais salutar e produtivo do que o modo como acontece hoje. Ou do que uma lei, porque se as leis não forem compreendidas e introjetadas, acaba que as pessoas não conhecem, não tem um resultado efetivo (G1).

Alguns participantes parecem apoiar a proibição formalizada na resolução universitária e até se dão conta de que há impunidade:

Eu acho que a universidade tem que se posicionar mais em dar advertências para as pessoas que aplicam esses trotes, porque é proibido mas quase todos os cursos fazem e a universidade, a coordenação e o centro não se posicionam (...) porque se você sai sempre impune vai continuar sempre. V3

Foi possível perceber também que alguns calouros desconhecem a proibição e que, mesmo aqueles que a conhecem podem ser cooptados a participar ou podem não perceber que os mesmos ritos dos trotes são

praticados sob o nome de “recepção”, atividade regulamentada pela mesma resolução que proíbe os trotes. Embora seu texto legal não defina nem caracterize o trote e as atividades a serem realizadas pelos Comitês de Recepção aos Calouros, evidencia a distinção entre eles pelas consequências que seriam resultantes de trotes e que resultam proibidas e puníveis: coação ou agressão física, moral ou qualquer outra forma de constrangimento, ou ainda atos lesivos à propriedade.

Portanto, embora se possa afirmar o que o respeito ao calouro está presente, ou melhor, está mais presente na prática do trote/recepção atualmente do que antes sob uma determinada perspectiva (em relação ao calouro), também é correto afirmar que sob uma perspectiva comunitária ele não está presente, na medida em que a não observação da resolução universitária vai contra os valores/princípios/direitos que a mesma visa proteger: “solidariedade, a responsabilidade social, a ética e o respeito aos direitos humanos”. Se não há respeito aos deveres e direitos expressos nas leis, não há também respeito à democracia. É ela quem nos impõe o dever perfeito – “eu devo”, e não apenas o dever imperfeito da ética – “eu deveria”, de agir segundo Rego (2009) com justiça, de respeitar as diferenças, proteger os mais vulneráveis e admitir os direitos do outro.

O valor da autonomia enquanto capacidade de consentir livremente com a participação nas atividades do trote/recepção foi mencionada por alguns participantes:

(...) quem não quer participar e não assinou o termo não participa. Isso é bem respeitado no curso, nós acompanhamos (G2).

(...) no ano que fizemos nós montamos uma comissão da recepção de calouros, nós elaboramos um projeto com todas as brincadeiras, tinha termo de consentimento do que seria usado e feito, todas as etapas (V3).

O emprego de um termo de consentimento para consentir com a participação no trote é uma prática que traz à tona algumas reflexões importantes: talvez reflita uma preocupação ética de se tentar assegurar a preservação de todos ou quase todos os valores identificados nas atividades de trote, mas também pode refletir uma preocupação mais legal, jurídica, do que ética, para proteger veteranos e docentes, podendo inibir futuras queixas.

Frente a isto, há que se perguntar: se todas as atividades de

“recepção” fossem inquestionavelmente livres e respeitosas, haveria mesmo assim necessidade de formalizar o consentimento quando o mesmo não é exigido para participação nas demais atividades universitárias? Será que os desvalores vivenciados nas tradicionais práticas de trotes, ainda hoje, justificam esta conduta? Quais as chances que os calouros teriam de não assinar o termo, significa dizer, o quanto de fato estariam livres para decidir, na dependência tanto das condições concretas das práticas quanto das possíveis consequências de discordar (que podem pressupor ou que lhes podem advertir)? O quanto estariam livres para desistir de participar? E ainda mais: poderiam os termos acabar por legitimar as relações de poder que se revelam nos trotes/recepções, uma vez que formalizariam uma relação possivelmente hierárquica, de submissão de uns a outros?

(...) o curso precisa se preocupar muito com isso, porque é um momento de risco, de violência, de quebra de relação de confiança do aluno com o seu curso ou com seus professores e seus colegas (D2).

Todas estas questões precisam ser analisadas no contexto em que participar ou não dos trotes/recepções implicam em ingressar, ser aceito e pertencer (ou o contrário) ao corpo discente, segundo a teoria dos controles sociais de Berger (1986) sobre como ocorre a vinculação a um grupo social pelo exercício de determinada profissão - mediante a aceitação de regras explícitas e implícitas. Nos trotes/recepções há uma tendência à submissão “voluntária”, porque os veteranos têm o controle da situação e podem se valer de ações como intimidação, vaias, risos e até mesmo, exclusão. Há um desequilíbrio de forças que pode minar a resistência do indivíduo em participar de “brincadeiras” sendo delas objeto, ainda mais em frente a um coletivo.

Primeiro eles nos disseram que não queriam de nenhuma forma nos humilhar, então eles pegaram os nossos tênis e levaram para frente e nós fizemos o clássico elefantinho com as plaquinhas e as tocas, e eles falaram que não estavam ali para nos humilhar que isso também tinha acontecido com eles e que agora iria acontecer com a gente (C5).

(...) eu vejo essa questão de invadir o outro porque a pessoa é veterana, que direito é esse? (P3).

É de se supor que tal situação possa constituir um problema ético ao jovem estudante que precisa enfrentar, para esta tomada de decisão, pressões internas (porque a ele também interessam os valores da amizade, inclusão e diálogo) e pressões externas (que incluem a visão do veterano como um sujeito que sabe e pode mais um exemplo a ser seguido).

A atribuição de uma suposta superioridade aos veteranos seria coerente com outra teoria que ajuda a compreender a aceitação dos calouros às práticas de trote/recepção: segundo a teoria do papel (BERGER, 1986), os calouros seriam levados a interpretar os papéis que lhe são impostos, enquanto os veteranos esperariam deles as emoções características, possivelmente o reconhecimento do seu papel de superioridade como membro de um certo tipo de elite - a “elite dos que têm mais conhecimento” e assim, maior poder. Mais tarde, os calouros deveriam então assumir este papel de superioridade nas suas relações com os outros que “sabem menos”, que poderiam menos, que teriam menor poder.

(...) é um problema ético, porque você discute uma relação de poder, fica uma relação hierarquizada e tem que ser uma relação horizontalizada, dialógica, no sentido de querer construir o trote e não pensar em impor o trote (D1).

Assim, apesar de alguns entrevistados afirmarem a existência de autonomia nos trotes/recepção, observa-se seu conflito com os valores compreensão, empatia e dignidade. Cabe então mencionar Comparato (2006), para quem toda e qualquer ação/tradição que ofenda a dignidade da pessoa humana, não pode ser considerada uma ação livre e autônoma.

Os valores cuidado e proteção foram evidenciados nas reflexões dos participantes, mas mais no sentido de serem uma preocupação quando ausentes, deixando espaço para humilhações, discriminações, submissões, reprodução da cultura machista dominante e outras situações de violações de direitos humanos (VEGINI, 2016). Tratam-se de práticas de violência moral (e eventualmente até física) que facilmente são legitimadas em uma hierarquia social com relações desiguais de poder.

A principal coisa que eu vejo no trote é o desrespeito ao outro, querer subjugar, querer expor nesses trotes, que são apelações, esses momentos que não são construtivos (P1).

O trote é usado de uma maneira deturpada, colocando o outro em uma relação de opressão e isso não pode acontecer, aí ele é crime, então ele não é proibido, mas ele tem limite (D1).

Os calouros chegam às universidades geralmente apresentando um grau maior ou menor de vulnerabilidade, fruto da própria condição humana, mas também de vulneração, conforme Kottov (2003), dada pelos modos de existência e reprodução social. Suas histórias e condições de vida, de saúde, suas expectativas e personalidades são questões desconhecidas que podem requerer algum tipo de proteção ou cuidado, mas que dificilmente encontram espaço e acolhimento nas práticas de trotes/recepção que vem sendo realizadas.

A gente não sabe se na história de vida daquela pessoa ela já teve um episódio de depressão ou tentativa de suicídio, alguma tristeza profunda que possa vir à tona de novo, alguma frustração, se o trote não for positivo (P2).

Brincadeiras de mau gosto e além do limite sempre têm consequência. Ele pode influenciar se ele for negativo e se a pessoa não souber trabalhar com essas coisas... (G4).

Assim, constata-se um conflito ético entre os valores cuidado e proteção e os valores alegria, diversão e prazer. Em oposição a estes mesmos valores, observa-se também o conflito com o valor prudência.

Eu acho que é algo que precisamos ter muito cuidado e acho que os alunos devem estar bem orientados. O que nós temos feito para que isso aconteça é colocar responsáveis pelos trotes, quem é responsável pelos trotes e qual é a turma. Nas primeiras aulas dos nossos alunos nós vamos à sala e conversamos sobre várias coisas (D3).

Particularmente importante em situações de risco, a prudência é necessária, valor que dirige nossas condutas. É um desafio para os educadores, principalmente quando o conceito de trote envolve mitos e

falácias, como por exemplo, o reconhecimento quase unânime de que se trata de uma questão cultural, um rito de passagem (ZUIN, 2002) e, ainda mais, quando as representações sociais sobre estas atividades reforçam a ideia de que tais vivências podem sempre ser cooperativas (VEGINI, 2016).

A prudência no caso dos trotes/recepções implica a visibilidade e a consideração das diferentes “faces” dos trotes/recepções e dos conflitos de valores a eles subjacentes, e não a tentativa de simplificação ou dilematização ao julgá-lo moralmente certo ou errado, bom ou ruim. A fala de um dos calouros expressa um convite à reflexão sobre esta questão:

Eu acho que eles deviam fiscalizar para não acontecer essas coisas que acontecem em alguns lugares. Eu acho que apoiar também, porque é uma coisa muito cultural, não sei se algum dia vão conseguir parar com isso (C1).

O valor da prudência, presente nas últimas falas citadas, também pode ser evidenciado na resolução que proíbe e pune trotes (embora não se tenha coletado dados evidenciando punições) e determina a criação de Comitês de Recepção aos Calouros, bem como por ações e cartilhas explicativas, que buscam orientar e conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância do tema.

A solidariedade, outro valor que emergiu dos dados, foi relacionada à prática de “trotes solidários”, quando são atribuídas aos calouros tarefas como pedir alimentos à população com a finalidade de doação em asilos, creches e/ou instituições de caridade, ou doações de sangue. No Brasil, a doação de sangue é regida pelo princípio da não obrigatoriedade, conforme lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que a regula, estabelecendo no art.14 que o sangue deve ter origem restrita em doações voluntárias, não remuneradas. Muito embora o poder público possa estimular estas ações como relevantes para a solidariedade humana (BRASIL, 2001), há necessidade de se refletir sobre tal ação no contexto dos trotes/recepções.

Em qualquer ação de cunho beneficente, a solidariedade só não geraria um problema ético se a liberdade/autonomia dos calouros em participar tivesse como de fato ser assegurada, o que é improvável conforme discutido anteriormente. Assim, independentemente de se tratar de doação de sangue, de bens próprios (como roupas, sapatos) ou de arrecadação de alimentos para doação, a solidariedade por parte dos

veteranos pode conflitar com a liberdade e dignidade dos calouros, com o respeito, a compreensão e a empatia com o seu contexto de recém-chegado, com sua moral e mesmo com suas condições de vida.

Ainda em relação à presença de solidariedade nos trotes, cabe ainda supor que esteja presente por parte dos transeuntes e motoristas que aceitam doar dinheiro nos semáforos onde calouros são levados para arrecadar fundos para as festas, frequentemente vestidos com roupas rasgadas ou sem calçados, com cabelos, rosto e corpo sujos e pintados (VEGINI, 2016), numa performance de mendicância. Poderia se discutir o quanto de solidariedade e/ou de compaixão tais situações suscitam, mas não sem vislumbrar os mesmos conflitos éticos com os valores dignidade, respeito, liberdade, cuidado e proteção, pelas situações de constrangimento, humilhação e perigo as quais os calouros possam estar expostos, de forma livremente consentida ou não.

A amizade e a inclusão foram outros valores percebidos na fala de muitos participantes: “eu conheci vários dos meus colegas ali, pessoas que eu me dou super bem até hoje” (V2). Neste sentido, a aproximação que os trotes/recepções proporcionam - “uma abordagem meio que quebra-gelo” (V4) - é apontada como um fator que influencia positivamente a vida acadêmica ao favorecer contatos, relações sociais e criar vínculos, importantes não apenas para a formação acadêmica, mas também para a vida profissional futura:

(...) muito importante para a integração das pessoas. O trote tem a brincadeira e tudo mais, mas ele é muito importante para nós conhecermos as pessoas (...) o fato de facilitar essa interação ajuda muito, não só na profissão, mas também aqui na universidade (C5).

(...) a partir daquele momento você vai começar a fazer contatos, então indiretamente a gente sabe que pode interferir, porque na vida profissional a *social list*, digamos assim, o ramo de pessoas que você conhece influencia bastante (C4).

(...) pelo fato de ser uma brincadeira, de ser divertido - não deixa de ser uma iniciação para você conhecer mais pessoas, conversar com quem você ainda não tinha conversado - então o final foi muito mais interessante do que eu achei que seria (C5).



A juventude busca viver incluída em grupos ou tribos, motivados por afetos, sexualidade, interesses e sentimentos de admiração e cumplicidade (ZAMBONI, 2007), formando uma rede social. Deste modo, a questão da aceitação e inclusão, dos vínculos afetivos e amizades é muito valorizada e está afinada ao objetivo de ingressar na universidade para poderem se habilitar ao exercício de uma profissão (REGO, 2003). Mas por mais importantes que sejam, também estes valores da amizade e inclusão podem se chocar a outros valores, sempre que desvalores como desrespeito, coação, vergonha ou perigo surjam ou sejam fomentadas nos trotes/recepções.

Alegria, prazer e diversão também foram valores percebidos nas falas dos participantes que compreendem os trotes/recepção sob uma perspectiva cooperativa. Mas como também são compreendidos sob uma perspectiva de violência, ficam evidentes possíveis conflitos entre alegria, prazer e diversão com os valores respeito, liberdade, cuidado, compreensão e mesmo, amizade e inclusão.

Isso porque as chamadas “brincadeiras” dos trotes/recepção são preparadas por veteranos, numa relação frequentemente caracterizada por dominação e submissão. Segundo a teoria do conhecimento de Berger (1986), tratar-se-ia de uma ideologia - “quando certa ideia atende a um interesse da sociedade” (*Idem*, 1986, p. 126). A ideologia do currículo oculto que poderia estar presente nas ações de trotes/recepção, seria a crença ou a ideia de que os veteranos têm como objetivo apenas realizar “brincadeiras” ou promover a integração com os calouros, quando na realidade poderiam estar servindo a relações de dominação (BORDIEU, 2001). Certas “brincadeiras” causam algum tipo de satisfação a quem a promove, mas podem ser desagradáveis a quem é objeto delas (BRISOLLA; CASSARO; VILICICE, 2009).

Idealizar os trotes como momentos de alegria ou violência pode estar relacionado às imagens que simbolizam o sucesso no vestibular e a chegada na universidade com calouros pintados e felizes, alternadas com imagens submissão e humilhação, ajudando a compor a representação social dos trotes como rito (VEGINI, 2016). À época da preparação para o vestibular o jovem também é alvo da mídia das universidades privadas que vendem o sonho de “liberdade, futuro, juventude, felicidade”, o que contribui, muitas vezes, para uma perspectiva fantasiosa sobre o ingresso na universidade (SCHMIDT, 2006, p.136).

Neste contexto, entende-se que a aceitação em participar das atividades do trote/recepção pode ser uma oportunidade de expressar seu contentamento e satisfação por ter tido sucesso em um vestibular

concorrido e/ou ter por ter ingressado em um curso de uma universidade pública, gratuita, o que parece atribuir maior valor ao fato e maior violência às práticas de trotes/recepção:

(...) eu vou dar um exemplo, mas não é um exemplo nosso e sim da USP, eu acho que todo mundo sabe a violência que é o trote lá, quanto mais concorrido o curso pior é o trote. D2

Às vezes eu penso que isso se relacione com o fato de no Brasil principalmente, nós temos um número pequeno ainda de pessoas que conseguem ingressar e concluir uma carreira universitária. Então acaba de certa forma legitimando essa ideia de que você por ter uma formação de nível superior, seja melhor ou possa fazer determinados procedimentos que lhe dão o direito porque você tem essa formação, acho que isso pode acontecer. E uma certa legitimação da violência, não é saudável na minha compreensão. G1

Nessa lógica, a aceitação dos calouros em participar das atividades se circunscreve no âmbito da comemoração de uma vitória ou de uma conquista em ser incluído no sistema educacional de nível superior público que tradicionalmente é um sistema excludente, uma vez que o vestibular exclui muito mais do que inclui. Portanto, os trotes/recepção constituem um rito de passagem da situação de socialmente excluído para socialmente incluído, legitimando, conforme aponta Fonseca (2002a) e reforçam Finkler, Caetano e Ramos (2013), o mito do direito natural de dominação de nossa sociedade dos que sabem menos pelos que sabem mais. Um aprendizado, que começa nos primeiros dias de vida universitária e não se acaba na formatura, pois quem sofre e depois aplica o trote, acaba convencido dessa “verdade natural”. Disto vislumbra-se outro conflito ético, entre o valor inclusão (dos calouros ao ensino superior) e o valor respeito, proteção e solidariedade (em relação aos excluídos deste mesmo acesso).

### *Influências dos problemas éticos dos trotes/recepção na formação profissional em saúde*

As escolas e universidades exercem um importante papel de reprodução social, conforme Bordieu (2001, p.31):

(...) o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força.

Os trotes, enquanto ritos, reproduzem atitudes e comportamentos, e com eles seus valores, desvalores e conflitos éticos. Através deles os veteranos podem transmitir aos calouros, no semestre ou ano seguinte, tudo que vivenciaram, repetindo-se o processo de iniciação à universidade que faz parte da socialização profissional que se retroalimenta desta forma.

(...) você tem que se submeter e depois você tem o direito de submeter alguém, uma escala muito assustadora, isso permeia a relação de todos, pelo menos no curso de ... (D3).

É um ciclo: a pessoa alimenta o desejo de ser o cara que vai ter o poder de subjugar os outros (P1).

Se a ordem social precisa ser revista, uma estratégia pode ser a análise do sistema de formação profissional, por exemplo, a partir dos conflitos éticos vivenciados nos trotes/recepção. Rego (2003) e Finkler (2009) apontaram problemas éticos na formação de profissionais da saúde que desconsideram a dignidade dos pacientes, tratando-os como objetos. Estas atitudes opressivas guardam semelhanças com o tratamento recebido pelos calouros nos trotes e são sugestivas quanto às possíveis influências das diferentes vivências do processo de socialização profissional no desenvolvimento moral dos estudantes, e, portanto, na dimensão ética de sua formação profissional.

Com certeza se repete. Porque eu identifico que quem tem essa desenvoltura e essa coragem às vezes para tamanha brutalidade, conforme o ato praticado pode repetir durante a carreira profissional (P2).

Parte dos entrevistados entende que a pressão por “brincadeiras” em um contexto de dominação/submissão pode atender a um padrão hegemônico presente em algumas carreiras da saúde. São relações de poder ancoradas no conhecimento – um saber-poder, um aprendizado que pode favorecer o predomínio de uma profissão sobre as demais e de profissionais de nível superior sobre os de outros níveis, bem como das pessoas em geral com mais estudo sobre aquelas que menos estudaram:

O trote sofrido no ingresso à universidade parece ser, portanto, uma pequena contribuição a pagar para manter a lógica da dominação que, para um estudante de nível universitário, num futuro próximo, será altamente favorável (FONSECA, 2002a, p.3).

A eticidade de cada pessoa depende em muito do seu caráter, que é resultante do desenvolvimento moral que ocorre nos processos de socialização primária (na infância) e secundária (ou profissional). A formação ética do profissional na saúde pressupõe a humanização da socialização profissional, o que inclui o cuidado com os estudantes. Contudo as vivências de trotes/recepção configuram com maior frequência uma expressão da falta de cuidado com os estudantes (FINKLER, 2009; FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2013) que pode, por diferentes maneiras, levar ao sofrimento moral/psíquico, ao ponto de o estudante ser capaz de rejeitar a profissão que havia escolhido:

Se causou um trauma ele pode desistir, achar que é da profissão essas coisas erradas que acontecem no trote, porque foi um curso que ele escolheu, (pode) bloquear a pessoa (P4).

(...) acho que pode fazer até uma pessoa desistir de uma coisa que pode ser tão sonhada. Quando ele não é bem elaborado, ele pode frustrar a pessoa (G2).

Considerando-se os valores observados nos trotes e que são relevantes para a formação profissional, principalmente para as profissões da saúde, como o cuidado, a autonomia, o respeito, a prudência e a solidariedade, cabe pensar que a influência dos trotes/recepção na dimensão ética da formação profissional pode ser mais ou menos positiva,

mais ou menos negativa, na dependência dos fatos concretos, dos valores e desvalores presentes, e dos conflitos morais mais ou menos refletidos, o que por sua vez, dependem em muito da atuação docente:

(...) os professores participam porque permitem que (o trote) aconteça (G1).

(...) os professores têm que se posicionar mais, eles ficam muito omissos quanto a isso (...) eles devam se posicionar contra e auxiliar não só os calouros a não aceitarem esse tipo de atitude, como também o pessoal que vai aplicar o trote (V3).

Compete ao corpo docente tomar para si a tarefa de se informar sobre o que se passa entre os estudantes, buscando interferir de forma ativa e eficaz neste tipo de vivência acadêmica do currículo oculto que resulta em significativos aprendizados (FINKLER; CAETANO; RAMOS, 2013). Segundo um dos professores entrevistados:

(...) cabe ao docente, como papel de educador (...) junto com o estudante, sempre em uma relação dialógica e horizontal, refletir esse trote, qual é a história do trote, de onde vem, quais são os tipos, quem está implicado com isso, então o professor tem o papel de educador, de transformar esse senso comum em relação ao trote para algo que se torne pedagógico, algo que sirva para a sua vida, seja nos valores, seja que outra instância for (...) para discutir valores ele é essencial (...) porque o professor é a universidade (D1).

### **Considerações finais**

Apesar dos trotes/recepção serem, aparentemente, apenas a “ponta de um *iceberg*”, a análise das suas concepções, práticas e dos conflitos éticos que o permeiam põe em relevo a importância das relações intersubjetivas e dos modelos profissionais com os quais os estudantes entram em contato nas diferentes vivências acadêmicas que conformam o currículo oculto de sua formação profissional. O desvelamento deste currículo é imprescindível para a formação de profissionais com

capacidade autônoma de percepção e reflexão crítica, preparados para tomar decisões éticas no cuidado à saúde e à vida.

Sob todas as suas formas, as vivências de trotes/recepção que ocorrem desde muito cedo no processo de socialização profissional parecem ter o sentido de transformar o estudante, de onde se compreende sua potência para influenciar o desenvolvimento moral - a formação de seu caráter - e, por consequência, sua formação e futura atuação profissional.

É função da universidade, por meio de suas políticas, mas sobretudo de seus professores, promover o desenvolvimento moral dos seus estudantes, a fim de que consigam evoluir de um nível convencional de moralidade a um nível pós-convencional de moralidade – em que o valor moral se localiza na conformidade para consigo mesmo, com padrões, direitos e deveres que são ou podem ser compartilhados. Somente assim a formação profissional em saúde poderia de fato formar mais que técnicos, cidadãos comprometidos com a transformação da realidade. Os trotes poderiam ser substituídos por ações de cidadania em creches, asilos, escolas e entidades.

Neste sentido, a chegada dos calouros à vida universitária deve ser aproveitada com uma intencionalidade ético-pedagógica. É preciso reforçar e avançar nas boas práticas de recepção coletivamente pensadas e construídas, que propõem um acolhimento afetivo e efetivo e que não permitem sob sua égide a presença de desvalores. Práticas que incluam a análise, com calouros e veteranos, dos conflitos éticos que podem emergir nessas vivências, de suas consequências e potências. Assim poderíamos ressignificar um costume, transformando-o em favor de todos e de cada um.

Nem todos podem escolher a profissão que desejariam exercer, em realidade, apenas alguns apenas puderam escolher. Escolhas acompanhadas também de muito esforço que exigiram uma decisão, uma reflexão - nossa porção de liberdade e responsabilidade que nos garante as possibilidades de desenvolvimento como cidadãos autônomos e éticos, mas que precisa encontrar na universidade um ambiente promotor destas competências.

Por último, parece ser necessário aprimorar nossos modos de escuta e gestão das situações de violências no *campus*. Porque embora nem sempre se tome conhecimento das queixas, sempre haverá o sentimento de culpa do estudante que reside no seu desejo se juntar ao grupo, dispondo-se assim a atender os ditames da sociedade que o acolher, se ela assim exigir. Neste aspecto, a Universidade se omite

quando se torna ciente desta necessidade e não a atende.

## Referências

- BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística; Trad. de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 78-136.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Publicado originalmente em francês, 1989).
- BRASIL. **Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10205.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10205.htm)>, acesso em 10.07.2016
- BRISOLLA, Fabio. CASSARO, Fernando. VILICICE, Filipe *et al.* Atendentes do 190 ouvem de tudo. **Veja**. São Paulo, 18/09/2009. Atualizado em 07/12/2010. Segurança. Disponível em <<http://vejasp.abril.com.br/materia/atendentes-do-190-ouvem-de-tudo/>> acesso em 15.06.2015.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: Direito, Moral, e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CUTOLO, Luiz Roberto Agea. Modelo Biomédico, Reforma Sanitária e a Educação pediátrica. **Arquivos Catarinenses de Medicina** Vol. 35, no. 4. Florianópolis: ACM, 2006. Disponível em <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/392.pdf>>, acesso em 29.06.2016.
- FINKLER, Mirelle. **Formação Ética na Graduação em Odontologia**: realidades e desafios. 2009. 259 p. Tese (Doutorado em Odontologia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em <<http://www.prosaude.org/noticias/finkler/teseMirelleFinkler.pdf>> acesso em 15.08.2014.
- FINKLER, Mirelle; CARLOS; RAMOS, Flavia Regina Souza Ramos. Um marco conceitual para o estudo da dimensão ética da formação profissional em saúde. In: HELLMANN, Fernando (org.); VERDI, Marta (org.); GABRIELLI, Rita (org.) *et al.* **Bioética e Saúde Coletiva**: perspectivas e desafios contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: DIOESC, 2013, p. 171-189.
- FONSECA, André Azevedo da. Calourada com responsabilidade social. Matéria publicada no **Revelação** (jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba) n. 195, em 14 de fevereiro de 2002. Portfólio André Azevedo da Fonseca, 2002. Disponível em:

<<http://www.revelacaoonline.uniube.br/portfolio/atitude.html>> Acesso em: 12.07.2016.

\_\_\_\_\_. A estratégia da dominação: trote universitário favorece lógica de opressão social. Matéria publicada no **Revelação** (jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba) n. 199, em 18 de março de 2002. Portfólio André Azevedo da André Azevedo da Fonseca, 2002a. Disponível em:

<<http://www.revelacaoonline.uniube.br/portfolio/domicacao1.html>> Acesso em: 12.07.2016

GRACIA, Diego. **Pensar a Bioética**: Metas e desafios. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola. 2010. 130 p.

KOHLBERG, Lawrence. **The Meaning and Measurement of Moral Development**. Massachussets: Clark University Press, 1981. V. 13

KOTTOV, M. Comentários sobre a Bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA, Volnei, PESSINI, Leo (org.). **Bioética**: poder e injustiça. Brasília: Loyola, 2003

MARTÍNEZ, Miquel Martín; ESTRADA, Maria Rosa Bruxarraís; BARA, Francisco Esteban. La universidad como espacio de aprendizaje ético. **Rev. Ibero-Amer.** São Paulo. Educ., v.29, maio-ago. p.14-43. 2002. Disponível em

<[http://sitios.itesm.mx/va/dide2/enc\\_innov/doctos/Launiversidad\\_aprendizajeetico.pdf](http://sitios.itesm.mx/va/dide2/enc_innov/doctos/Launiversidad_aprendizajeetico.pdf)> acesso em 15.04.2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social.11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 404p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**.8.ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

RAMOS, Flavia Regina Souza. O discurso da Bioética na formação do sujeito trabalhador da saúde. **Trab. Educ. e Saúde**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.51-77, 2007.

REGO, Sergio. **Formação Ética dos Médicos: saindo da adolescência com a vida (dos outros) nas mãos**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2003. 169 p.

REGO, Sergio. Educating for democracy. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n. 2, p. 163-165, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022009000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022009000200001&script=sci_arttext)> aceso em 12.07.2016.

SELL, Sandro Cesar. **Comportamento social e antissocial humano**. Florianópolis: Editora Digital Ijuris, 2006.

SCHMIDT, Sarai Patrícia. **Ter Atitude**: escolhas da juventude líquida: um estudo sobre mídia, educação e cultura jovem global. 2006. 167 p.



Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2006 disponível em <[http://www.ufrgs.br/neccso/pdf/tese\\_teratidade.pdf](http://www.ufrgs.br/neccso/pdf/tese_teratidade.pdf)> acesso em 07.07.2015

SILVA, Paulo Fraga da. Educação em bioética: desafios na formação de professores. **Revistabioética**. 2011.

VEGINI, Neusa Maria Kuester. **A dimensão ética da formação do profissional em saúde:** um estudo a partir das representações sociais sobre o trote universitário. 2016 Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

ZAMBONI, Caroline. Juventude: Uma questão de fronteira para a Psicologia Social *In* GUARESCHI, Pedrinho A.; VERONESE, Veríssimo (org.). **Psicologia do cotidiano:** representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 275-292.

ZUIN, Antonio Álvaro Soares. **O trote na universidade:** passagens de um rito de iniciação. São Paulo: Cortez, 2002. 120 p.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que apesar dos trotes/recepção serem apenas uma vivência das muitas que os calouros terão na universidade, existem conflitos éticos que o permeiam, influenciando negativamente o desenvolvimento moral dos estudantes e a identidade profissional. Como atividades que escapam ao currículo formal, realizam-se através da tentativa de integração entre novatos e veteranos, estimulando determinados comportamentos a partir da imposição de regras sociais, da submissão a modelos previamente estabelecidos, que podem ser levados para outros âmbitos da vida, afinal são aprendizados quem ocorrem por meio de exemplos. De fato, sabe-se que algumas violências se repetem nos trotes, de semestre em semestre, de ano em ano. É uma das violências piores que existem, uma vez que banalizadas.

A violência que as vivências de trote/recepção ostentam contraria as versões de que a participação nas atividades é ato de disposição livre dos calouros. Como um futuro profissional da saúde aprenderá a respeitar a liberdade e a autonomia de seus futuros pacientes se sua primeira lição na universidade é justamente de repressão a sua subjetividade, de desrespeito e submissão? Percebe-se a existência de um jogo desigual de forças, a ação opressiva e a colonização do outro, práticas implicadas na sujeição dos calouros à autoridade moral dos veteranos. Trata-se da realização de atividades previamente preparadas por eles e às vezes com a participação de comitês de recepção institucionais, onde se empregam controles sociais, legitimando uma hierarquia baseada no poder-saber e na posse de um território. Uma dinâmica de grupos assentada na pressão que desequilibra o jogo de forças: muitas vezes, aqueles que resistem e não aderem às atividades são rejeitados ou excluídos dos grupos.

Os calouros como todos os seres humanos têm direito a serem respeitados em sua integridade moral e física. O desrespeito a sua dignidade e autoestima caracterizam violência por ferir a proteção indissociável dos seres. Tais direitos não podem ser objeto de negociação através de termo de consentimento.

Há que se refletir coletivamente sobre os efeitos das práticas abusivas relatadas, como apresentações públicas dos calouros com perguntas invasivas, sexistas ou descontextualizadas, a prática de “leilão de calouros” que remonta à escravidão, as placas com apelidos, que são também representações sociais dos indivíduos, criados muitas vezes com

base numa característica pessoal que tem potencial para reduzir uma pessoa a um aspecto físico ou psicológico, rotulando-a. Quais os efeitos destes apelidos que muitas vezes ‘colam’ nos calouros sobre uma personalidade ainda em formação? Práticas como, por exemplo, dos veteranos usarem os calouros para arrecadação de dinheiro para festas, fazendo com que esmorem nas sinaleiras ao redor do campus; a territorialização, onde o *campus* da universidade é percorrido com o objetivo de mostrar os prédios aos calouros, que devem andar abaixados na “posição de elefantino”, repetindo versos obscenos (ditados por veteranos ou veteranas) de cunho sexual passivo e submisso, reforçando a cultura social machista e uma suposta superioridade dos veteranos.

A submissão dos calouros aos papéis predeterminados por uma realidade já socialmente construída através dos trotes e a aceitação da idéia de rito e da imposição das regras dos grupos dominantes inviabiliza os questionamentos. Dificulta que outros papéis possam ser escolhidos a partir da análise ética das práticas, juntamente com o envolvimento e o comprometimento docente. Este, fundamental para que possam ocorrer mudanças nos paradigmas e nos papéis dos profissionais de saúde que atendam os princípios e valores de uma formação ética.

A maior parte da vida dos sujeitos que ingressam em uma profissão estará relacionada ao seu futuro profissional - amigos, colegas, associações das quais farão parte. Ainda que cheguem com muitas expectativas e idealismo no novo grupo, os recém ingressos são cobrados a cumprirem seus papéis, a fazerem parte de uma dinâmica preexistente, incorporando a identidade que lhes é atribuída e socialmente reconhecida. O calouro que ingressa na universidade pode ter seu comportamento modelado para desempenhar o papel necessário à manutenção do *status quo* da sociedade, e possivelmente a sociedade retroalimenta este comportamento. Os profissionais da saúde de nível superior costumam ocupar as camadas mais superiores na hierarquia social e é já na academia que se inicia a disputa por posições que conferem prestígio e poder. Há que se refletir sobre os valores e comportamentos compartilhados pelas diferentes profissões que conflitam com os valores e condutas demandados pelas alterações curriculares das profissões de saúde que pretendem adequar a assistência em saúde no Brasil aos princípios do direito à saúde.

Em relação ao marco conceitual adotado neste trabalho, cabe aqui considerar que os resultados desta pesquisa o referendam ao confirmar as influências das vivências acadêmicas enquanto parte do currículo oculto que afeta o processo de socialização profissional. Nele, centros

acadêmicos, corporações profissionais e associações de classe, mercado e indústria também exercem suas influências, cujos interesses frequentemente têm o sentido de manutenção dos modelos profissionais ultrapassados e voltados para a capitalização do poder-saber, tal como é reproduzido nos trotes, contrariando os novos currículos que almejam profissionais com capacidade autônoma de percepção e reflexão crítica, com valores humanizadores, preparados para tomar decisões éticas no cuidado à saúde e à vida.

Existem alternativas aos trotes, como a realização de projetos universitários para uma recepção humanizada e/ou ações e vivências de cidadania, já realizadas com sucesso em muitas universidades, que poderiam integrar os jovens e fomentar seu desenvolvimento moral. De qualquer modo, mesmo nestas atividades, há que se garantir que não se fira sua autonomia e dignidade.

A chegada dos calouros à vida universitária deve ser aproveitada com uma intencionalidade ético-pedagógica, pois os primeiros contatos na socialização profissional já influenciam escolhas e decisões sobre os papéis que o sujeito terá na sua futura profissão. É preciso reforçar e avançar nas boas práticas de recepção, de forma coletivamente pensada e construída, que proponha um acolhimento afetivo e efetivo e que não permita sob sua égide a presença de desvalores. Práticas que incluam a análise, com calouros e veteranos, dos conflitos éticos que podem emergir nessas vivências, de suas consequências e potências. Assim poderia se ressignificar os ritos enquanto violência dos costumes, transformando-o em favor de todos e de cada um.

A respeito das proibições dos trotes cabe, por fim, sinalizar o desconhecimento dos calouros e a despreocupação por parte dos veteranos, e também o fato de que mudar os nomes e manter as práticas pode piorar as violências destas ações. Ainda que seja possível relacionar o fracasso legal em conter estas práticas à falta de controle, fiscalização e punição, não se pode deixar de refletir sobre o fato de que as leis são o mínimo moral necessário a qualquer comunidade, e que quando nem este mínimo é respeitado, tem-se pela frente um grande desafio ético: fomentar a reflexão crítica, coletiva e dialógica - uma tarefa ético-estético-política, uma tarefa verdadeiramente pedagógica.

O Brasil é um país onde ainda grande parte da população é excluída das universidades públicas, que atendem a um mínimo de estudantes, portanto a vitória no vestibular é a vitória de poucos que conseguem se incluir no sistema e se preparar para o mercado de trabalho das profissões regulamentadas e protegidas. Esta simples constatação da realidade pode ser observada nos trotes, pois a euforia dos calouros por terem passado no

vestibular se deve muito a este fato, e neste aspecto, os trotes servem como ostentação de um privilégio alcançado, uma demonstração pública de status social conquistado. Mas se há uma inclusão é porque há também exclusão. Assim, os trotes são práticas que legitimam a comemoração dos incluídos sobre os excluídos do acesso à universidade pública e gratuita. Lamentavelmente, esta reflexão não surgiu da fala dos entrevistados, apesar de ser um dos mais importantes problemas éticos presentes no fenômeno analisado.

Cabe ainda ressaltar que enquanto a maioria dos estudantes parece aprovar os trotes, submetendo-se sem maiores questionamentos em troca da integração ao corpo universitário; os professores entrevistados, em sua maioria, parecem não aprovar muitas das atividades realizadas. Os sentimentos expressados pelos professores são muitas vezes sufocados pelas representações sociais positivas dos estudantes sobre os trotes e a ausência de queixas das vítimas, o que pode potencialmente gerar um sofrimento moral no corpo docente. Deste modo, alerta-se para que o sofrimento por conta dos trotes/recepções pode não ser restrito ao corpo discente.

Por último, enfatiza-se a necessidade de aprimorar os modos de escuta e gestão das situações de violências no *campus* universitário, razão pela qual os resultados desta pesquisa acadêmica, além de serem publicados, serão encaminhados e discutidos, se possível, com os gestores da universidade pesquisada.

## REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. **Múltiplas Leituras**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo. v. 1, n. 1, p. 18-43, 2009. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1169>> acesso em 12.07.2016.
- ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, abr. 2008. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)> acesso em 23.10.2014.
- ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITTO, Sérgio. Comida. Intérprete: Titãs. In **Titãs Acústico**. WEA/MTV. 1 CD, p. 1997. Faixa 2. Disponível em <[http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec\\_discografia\\_sel.php?id=129](http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_sel.php?id=129)> acesso em 20.06.2015
- AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. **O Dilema Preventivista: Contribuição para a Compreensão e Crítica da Medicina Preventiva**. 1975. 196 p. Tese (Doutorado em Ciências Médicas). Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975. 196 p. Disponível em <<http://teses.iciet.fiocruz.br/pdf/aroucaass.pdf>> acesso em 06.07.2016
- BANDURA, Albert; ROSS, Dorothea; ROSS, Sheila A. Transmission of Aggression through Imitation of Aggressive Models. EUA: First published in **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 1961. V. 63, p. 575-582. Disponível em <<http://psychclassics.yorku.ca/Bandura/bobo.htm>> acesso em 29.06.2016.
- BARBIER, Jean-Marie. Representações sociais e culturas de ação. **Cadernos de Pesquisa: Revista de estudos e pesquisa em educação**, v. 40, n. 140, p.351-378, maio 2010.
- BEAUDOIN, Marie-Nathalie, TAYLOR, Maureen. **Bullying e Desrespeito**: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006. 232 p.
- BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Trad. de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis, Vozes, 1986. 202 p.

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes. 1985. 248 p.
- BERLINGUER, Giovani. **Bioética Cotidiana**. Brasília: Editora UNB. 2004. 280 p.
- BIANCHINI, Fabio. Boas-vindas, protestos e cuidados: a recepção aos calouros 2015. Notícias da UFSC. **Agecom**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 09/03/2015. Disponível em <<http://noticias.ufsc.br/2015/03/boas-vindas-protestos-e-cuidados-a-recepcao-aos-calouros-2015/>> acesso em 08.07 2015.
- BITTELBRUN, Gabrielle. Pública ou privada? **Clicrbs** nº 447. Florianópolis, 07.03.2012. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/13132348.pdf>> acesso em 15.06.2015.
- BILIBIO, Luiz Fernando Silva. **Por uma alma dos serviços públicos para além do bem e do mal**: Implicações micropolíticas à formação em saúde. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009. 191 p. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34741/000699267.pdf?sequence=1>> acesso em 06.07.2016
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Publicado originalmente em francês, 1989).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 12.12.2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> acesso em 10.07.2016.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação CNS nº 003, de 09 de abril de 2015**, que sugere o estabelecimento de prioridades para as ações e serviços públicos de saúde que integrarão a Programação Anual de Saúde e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 da União. Brasil, 2015. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2015/Reco003.pdf>> acesso em 06.07.2015.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5.10.1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> acesso em 03.05.2014.



- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10205.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10205.htm)>, acesso em 10.07.2016
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, aprovada em 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2001a. Seção 1, p. 37.
- \_\_\_\_\_. Resolução CNE/CES nº 4, aprovada em 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 9 de novembro de 2001b. Seção 1, p. 38.
- \_\_\_\_\_. Resolução CNE/CES nº 5, aprovada em 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 9 de novembro de 2001c. Seção 1, p. 39.
- \_\_\_\_\_. Resolução CNE/CES nº 2, aprovada em 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.
- \_\_\_\_\_. Resolução CNE/CES nº 3, aprovada em 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 de março de 2002 a. Seção 1, p. 10.
- BRASIL. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade** / Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 84 p disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/liv\\_etica\\_cidad.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/liv_etica_cidad.pdf)> acesso em 23.06.2015.
- \_\_\_\_\_. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília. Câmara dos Deputados, ano LXVIII. Nº 177. 09.10.2013. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD002013100900177000.PDF>> acesso em 15.06.2015.
- BRISOLLA, Fabio. CASSARO, Fernando. VILICICE, Filipe *et al.* Atendentes do 190 ouvem de tudo. **Veja**. São Paulo, 18/09/2009. Atualizado em 07/12/2010. Segurança. Disponível em <<http://vejasp.abril.com.br/materia/atendentes-do-190-ouvem-de-tudo/>> acesso em 15.06.2015.
- CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. **Ética**. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola; 2005.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: Direito, Moral, e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CUTOLO, Luiz Roberto Agea. Modelo Biomédico, Reforma Sanitária e a Educação pediátrica. **Arquivos Catarinenses de Medicina** Vol. 35, no. 4. Florianópolis: ACM, 2006. Disponível em <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/392.pdf>>, acesso em 29.06.2016.

CYRINO, Eliana; PINTO, Goldfarb Heider Aurelio; OLIVEIRA, Felipe Proenço de; *et al* - O Programa Mais Médicos e a formação no e para o SUS: por que a mudança? Escola Anna Nery **Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. v.19 (1) Jan-Mar 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n1/1414-8145-ean-19-01-0005.pdf>> acesso em 05.07.2015

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schimit. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004. Disponível em <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-16.pdf>> acessado em 28.06.2016.

DIAS, Bruna Tokunaga. **A pressão para a escolha da profissão**. Momento Vestibular. São Paulo: Cia de Talentos, 17 mai/ 2013. Disponível em <<http://www.chegamais.ciadetalentos.com.br/orientacao-de-carreira/momento-vestibular-a-pressao-para-a-escolha-da-profissao/>> acesso em 15.06.2015.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

ERIKSON, Erik H. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1963. 2ª edição. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda.

**Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. 252 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua portuguesa**. 5ª Ed. Curitiba: Positivo, 2010, 2272 p.

FIGUEIREDO, Antônio Macena. Ética: origens e distinção da moral.

**Revista Saúde, Ética & Justiça**, São Paulo: Universidade de São Paulo. 2008; v.13(1): n. 1-9. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/sej/article/view/44359/47980>> acesso em 23.06.2015.

FINI, Lucila Diehl Tolaine. Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg. **Revista Perspectiva**. Florianópolis: Periódicos UFSC. v. 9, n. 16, p. 58-78, 1991.

FINKLER, Mirelle. **Formação Ética na Graduação em Odontologia**: realidades e desafios. 2009. 259 p. Tese (Doutorado em Odontologia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível

em <<http://www.prosaude.org/noticias/finkler/teseMirelleFinkler.pdf>> acesso em 15.08.2014.

FINKLER, Mirelle; CARLOS; RAMOS, Flavia Regina Souza Ramos. Um marco conceitual para o estudo da dimensão ética da formação profissional em saúde. In: HELLMANN, Fernando (org.); VERDI, Marta (org.); GABRIELLI, Rita (org.) *et al.* **Bioética e Saúde Coletiva: perspectivas e desafios contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: DIOESC, 2013. P. 171-189.

FONSECA, André Azevedo da. Calourada com responsabilidade social. Matéria publicada no **Revelação** (jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba) n. 195, em 14 de fevereiro de 2002. Portfólio André Azevedo da Fonseca, 2002.

Disponível em:

<<http://www.revelacaoonline.uniube.br/portfolio/atitude.html>> Acesso em: 12.07.2016.

\_\_\_\_\_. A estratégia da dominação: trote universitário favorece lógica de opressão social. Matéria publicada no **Revelação** (jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba) n. 199, em 18 de março de 2002. Portfólio André Azevedo da André Azevedo da Fonseca, 2002a. Disponível em:

<<http://www.revelacaoonline.uniube.br/portfolio/domicacao1.html>>

Acesso em: 12.07.2016

FREITAS, Maria Nivalda de Carvalho. Organização escolar e socialização profissional de professores iniciantes. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 115, p. 155-172, mar. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100006&lng=en&nrm=iso)> acesso em 23.06.2015.

FREITAS, Sérgio Fernando Torres de; KOVALESKI, Douglas Francisco; BOING, Antonio Fernando. Desenvolvimento moral em formandos de um curso de odontologia: uma avaliação construtivista. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 453-462, Apr. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000200023](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200023)> acesso em 12.07.2016.

GARCIA, Juan Cesar. **La educación médica en la América Latina**. Washington DC: Organizacional Panamericana de la Salud; 1972. N. 255, 413 p.

GERHARDT, Tatiana Engel. Estrutura do Projeto de Pesquisa *In* GERHARDT, Tatiana Engel (org.), SILVEIRA Denise Tolfo [org.]. **Métodos de pesquisa**. Coord. UAB/UFRGS e Curso de Graduação

Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> acesso em 12.07.2016

GRACIA, Diego. La enseñanza de la bioética. In **Diálogo y Cooperación en Salud**. Diez Años de Bioética en la Ops. Cuarta Reunión Del comité Asesor em Bioética OPS/OMS. Chile: Fernando Lolas Stepke Editor. 2004. P. 23-38. Disponível em <<http://www.hsph.harvard.edu/benchmark/pdf/Stepke.pdf>> acesso em 15.05.2015.

\_\_\_\_\_. **Pensar a Bioética**: Metas e desafios. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola. 2010. 130 p.

GUARESCHI, Pedrinho A. Psicologia Social e Representações Sociais: Avanços e novas articulações. In GUARESCHI, Pedrinho A.;

VERONESE, Veríssimo (org.). **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 17-40.

\_\_\_\_\_. Ética. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; STREY, Marlene Neves; BERNARDES, Maria Guazzelli *et al.* **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 49-57.

GILLIGAN, Carol. **Different Voice: psychological theory and women's development**. Massachusetts: Harvard University Press 1998. 35ª reimpressão. 1ª.ed. 1982.

HERRMANN, Fabio. **Psicanálise do cotidiano**. Porto Alegre: Artmed. 1997.

JODELET, Denise. **Representações sociais**: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: UERJ. 2001. pp. 17-44. Disponível em: <

<http://spw.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>> acesso em 12.07.2016

JUSTO, Ana Maria. **Representação social**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012. 50p.

KOHLBERG, Lawrence. **The Meaning and Measurement of Moral Development**. Massachusetts: Clark University Press, 1981. V. 13

KOTTOV, M. Comentários sobre a Bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA, Volnei, PESSINI, Leo (org.). **Bioética**: poder e injustiça. Brasília: Loyola, 2003

LAMPERT, Jadete Barbosa. Educação em Saúde no Brasil: Para Não Perder o Trem da História. **Cadernos ABEM**. Rio de Janeiro: Abem. Junho 2006. Volume 2, p. 81-88. Disponível em

<<http://www.famema.br/ensino/capadoc/docs/educsaudebrasiltrem.pdf>> acesso em 05.07.2015.

MATTOSO, Glauco. **O Calvário dos Carecas**: história do trote estudantil. São Paulo: EMW, 1985.

MARTÍNEZ, Miquel Martín; ESTRADA, María Rosa Bruxarrais; BARA, Francisco Esteban. La universidad como espacio de aprendizaje ético. **Rev. Ibero-Amer**. São Paulo. Educ., v.29, maio-ago. p.14-43. 2002. Disponível em

<[http://sitios.itesm.mx/va/dide2/enc\\_innov/doctos/Launiversidad\\_aprendizajeetico.pdf](http://sitios.itesm.mx/va/dide2/enc_innov/doctos/Launiversidad_aprendizajeetico.pdf)> acesso em 15.04.2015.

MENDONÇA, Renata. Estupros na USP expõem omissão de universidades. BBC Brasil, São Paulo, 24.11.2014. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120\\_usp\\_abusos\\_universidades\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm)> acesso em 11.07.2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MOREIRA, Kauane. O Consumo Excessivo de Bebida Alcoólica Durante a Graduação. Sociedade & Opinião. Switzerland: **Blasting News**. 05 de março de 2015. Disponível em <<http://br.blastingnews.com/sociedade-opinioao/2015/03/o-consumo-excessivo-de-bebida-alcoolica-durante-a-graduacao-00294507.html>> acesso em 15.06.2015

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 404p.

NASCIMENTO, Jéssica. Calouro da UnB é internado com suspeita de ingerir soda cáustica em trote. São Paulo: **UOL educação**, em 07/04/2016, às 15h46. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/07/calouro-da-unb-e-internado-com-suspeita-de-ingerir-soda-caustica-em-trote.htm> acesso em 04.07.2016

NECKEL, Roselane; PACHECO, Lúcia Helena Martins. Mensagem de boas-vindas das reitoras. **Calouros UFSC**. Administrada por BION, Rosiani; JORDANI, Airtón; CAJUEIRO, Mayra *et al.* Desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina. Apresenta assuntos de interesse de calouros. Florianópolis - Universidade Federal de Santa Catarina. Pub. em 10.03.2015. Disponível em: <<http://calouros.ufsc.br/2015/03/10/mensagem-de-boas-vindas-das-reitoras/>> Acesso em 08.12.2016

OLIVEIRA, Denize Cristina. Representações sociais e saúde pública: a subjetividade como partícipe do cotidiano em saúde. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, p. 47-65, jan. 2000. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24123>>.

Acesso em: 03 mai. 2015.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmíria Carolina; SILVEIRA, Cássia da Silva. O trabalho como representação: a visão dos jovens universitários. Florianópolis: **Revista de Ciências da Administração**. v.12, n.28, p. 169-195, set. 2010.

PERUZZO, Alice Schwanke; CATTANI, Beatriz Cancela; GUIMARÃES, Eduardo Reuwsaat; *et al.* Estresse e vestibular como desencadeadores de somatizações em adolescentes e adultos jovens. **Psicologia Argumento**, Porto Alegre. v. 26, n. 55, p. 319-327, 2008.

Disponível em

<<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?ddl=2527&ddl99=pdf>>

acesso em 15.06.2015.

RAMOS, Flavia Regina Souza. O discurso da Bioética na formação do sujeito trabalhador da saúde. **Trab. Educ. e Saúde**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.51-77, 2007.

RAMOS, Flávia Regina de Souza BREHMER Laura Cavalcanti de Farias; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira *et al.* A ética que se constrói no processo de formação de enfermeiros: concepções, espaços e estratégias. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, n. spe, p. 113-121, 2013.

REGO, Sergio. **Formação Ética dos Médicos: saindo da adolescência com a vida (dos outros) nas mãos**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2003. 169 p.

\_\_\_\_\_. Educating for democracy. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n. 2, p. 163-165, 2009. Disponível em <

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022009000200001&script=sci_arttext)

55022009000200001&script=sci\_arttext> aceso em 12.07.2016.

RODRIGUES, Horácio Vanderlei (org.). **Ensino Jurídico para que (m)?** Florianópolis. Fundação Boiteux, 2000. 164 p.

ROSSONI Eloá, LAMPERT, Jadete. Formação de Profissionais para o Sistema único de Saúde e as Diretrizes Curriculares. **Boletim da Saúde**. Porto Alegre. Volume 18 Número 1 jan. /jun. 2004. P.87-99 Disponível em

<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cvvuYpgsLbYJ:www.boletimdasaude.rs.gov.br/download/20140521092044v18n1\\_09formacaoprof.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cvvuYpgsLbYJ:www.boletimdasaude.rs.gov.br/download/20140521092044v18n1_09formacaoprof.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> acesso em 05.07.2015.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. 876 p.

SANTA CATARINA. **Lei nº 15.431**, de 28 de dezembro de 2010.

Proíbe a realização de trotes nos estabelecimentos educacionais públicos estaduais e privados e adota outras providências. Disponível em <[www.faed.udesc.br/.../lei\\_15.431\\_\\_de\\_28\\_de\\_dezembro\\_de\\_2010.doc](http://www.faed.udesc.br/.../lei_15.431__de_28_de_dezembro_de_2010.doc)> Acesso em 15.05.2015.

SELL, Sandro Cesar. **Comportamento social e antissocial humano**. Florianópolis: Editora Digital Ijuris, 2006.

SAUPE, Rosita. Ensinando e aprendendo enfermagem: a transformação possível. São Paulo: USP, 1992, 200 p. TESE (Doutorado em Enfermagem): Escola de Enfermagem, Universidade de São, 1992.

SCHMIDT, Sarai Patrícia. **Ter Atitude**: escolhas da juventude líquida: um estudo sobre mídia, educação e cultura jovem global. 2006. 167 p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2006 disponível em <[http://www.ufrgs.br/neccso/pdf/tese\\_teratitude.pdf](http://www.ufrgs.br/neccso/pdf/tese_teratitude.pdf)> acesso em 07.07.2015

SILVA, Neide de Melo Aguiar; MADEIRA, Margot Campos. Representações Sociais e Pesquisas em Educação. *In*: Silva Neide de Melo Aguiar (Org.). **Pesquisas em Representações Sociais e Educação**. Blumenau: Edifurb, 2009, p. 101-119.

SILVA, Paulo Fraga da. Educação em bioética: desafios na formação de professores. **Revistabioética**. 2011.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. WOTTRICH, Shana Hastenpflug, *et al.* Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE). Volume 12 Número 1 Janeiro/junho 2008. P. 185-202. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n1/v12n1a13.pdf>> acesso em 15.06.2015.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Regulamento dos Cursos de Graduação. **Resolução nº 17/CUn/97 de 30 de novembro de 1997**. Disponível em <<http://www.mtm.ufsc.br/ensino/Resolucao17.html>> acesso em 10.05.2015.

\_\_\_\_\_. Alteração de Regulamento dos Cursos de Graduação. **RESOLUÇÃO Nº 10/CUn/2000**, de 25 de julho de 2000. Disponível em:

<<http://cienciasbiologicas.grad.ufsc.br/files/2012/04/Res10CUn2000.pdf>> em 10.05.2015.

\_\_\_\_\_. Administração Central emite comunicado sobre o “trote”.

**Notícias da UFSC.** Publicado em 27.03.2013. Disponível em

<<http://noticias.ufsc.br/2013/03/administracao-central-emite-comunicado-sobre-o-trote/>> acesso em 15.05.2015.

VEGINI, Neusa Maria Kuester; FINKLER, Mirelle. **Trotes**

**Universitários pela mídia.** In: XI Congresso Brasileiro de Bioética: Bioética e Desigualdades. Anais. Curitiba. 2015. P. 46 Disponível em: <[http://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2016\\_02\\_11/Anais-BIOETICA-XI-Congresso-Brasileiro.pdf](http://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2016_02_11/Anais-BIOETICA-XI-Congresso-Brasileiro.pdf)> acesso em 12.07.2016.

VIEIRA SEGUNDO, Luiz Carlos Furquim. Trotes universitários: brincadeira ou bullying? In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XVI, n. 112, maio 2013. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13141&revista\\_caderno=3](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13141&revista_caderno=3)>. Acesso em abr. 2015.

WANDERLEY Karla Larica. Atenção Hospitalar em rede. B. Textos Básicos de Saúde. Série **Cadernos HumanizaSUS**; v.3. p.12, Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 268 p.

In<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_humanizausus\\_atencao\\_hospitalar.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizausus_atencao_hospitalar.pdf)> acesso em 16.06.2015.

ZAMBONI, Caroline. Juventude: Uma questão de fronteira para a Psicologia Social In GUARESCHI, Pedrinho A.; VERONESE,

Veríssimo (org.). **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 275-292.

ZUIN, Antonio Álvaro Soares. **O trote na universidade**: passagens de um rito de iniciação. São Paulo: Cortez, 2002. 120 p.

\_\_\_\_\_, Antonio Álvaro Soares. O trote no curso de pedagogia e a prazerosa integração sadomasoquista. **Educação e Sociedade**, Campinas: **Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes**. v.23, n.79, p.234-254, ago. 2002, p. 242-257. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10856.pdf>> acesso em 15.05.2015.

\_\_\_\_\_. O trote universitário como violência espetacular. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 2, 2011. Disponível em <> acessado em 21.06.2016.



## APÊNDICES

## **Apêndice A – Roteiro de entrevista para estudantes**

### **Parte I: Identificação do perfil do entrevistado**

Sexo: ( ) M ( ) F ( )

Idade:

Curso:

Primeira graduação: ( ) Sim ( ) Não

### **Parte II: Questões sobre o objetivo da pesquisa**

Acerca da sua chegada na universidade, houve recepção aos calouros ou outras atividades específicas? Como foi a sua participação e de sua turma? Como você se sentiu?

- O que vem a sua mente quando pensa em “recepção aos calouros”?
- E quando pensa em trote?
- Os professores ficam sabendo dos trotes? Eles participam de alguma forma?
- Em sua opinião, qual deve ser o papel dos professores em relação aos trotes? E qual deve ser o papel da universidade?
- Você acha que o trote pode influenciar a vida de quem participa? Você acha que pode influenciar a formação profissional? Se sim, de que maneiras?
- Você sabia que o trote é proibido nesta Universidade? O que pensa a respeito disto? Haveria alternativas à proibição?
- Você percebeu algum problema ético nos trotes que, como calouro ou veterano, tenha visto ou vivenciado, ou mesmo em trotes sobre os quais tenha ouvido falar?

## **Apêndice B - Roteiro de entrevista para professores**

### **Parte I: Identificação do perfil do entrevistado**

Sexo: ( ) M ( ) F ( )

Idade:

Curso:

Coordenador: sim ( ) não ( )

### **Parte II: Questões sobre o objetivo da pesquisa**

- Que vem a sua mente quando pensa em “recepção aos calouros”?
- E quando pensa em pensa em trote universitário?
- Já vivenciou algum trote quando era estudante ou aplicou trote quando foi veterano?
- Se participou de trotes, quais os significados do trote em sua vida pessoal e em sua vida profissional?
- Você acha que o trote e ou as brincadeiras podem influenciar na formação profissional? Se sim, de que maneiras?
- Como tem sido a recepção aos calouros no curso em que é docente? (Têm havido brincadeiras e/ ou trotes? Por quem são organizados? Onde e como têm ocorrido? Que avaliação tem a respeito destas atividades?)
- Em sua opinião, os cursos de um modo em geral e seus professores têm alguma coisa a ver com as brincadeiras e/ou com os trotes? Se sim, de que maneiras?
- Qual deveria ser o papel dos professores em relação ao trote? E o da universidade?
- O que pensa sobre a legislação que proíbe o trote na universidade? Haveria alternativas à proibição?
- Você percebeu algum problema ético em algum trote que tenha visto, vivenciado ou ouvido falar, enquanto calouro, veterano ou mesmo como docente?

## **Apêndice C - Roteiro de entrevista para profissionais**

### **Parte I: Identificação do perfil do entrevistado**

Sexo: ( ) M ( ) F ( )

Idade:

Profissão:

### **Parte II: Questões sobre o objetivo da pesquisa**

- Acerca da sua chegada na universidade, houve recepção aos calouros ou outras atividades específicas? Como foi a sua participação e de sua turma? Como você se sentiu?
- O que vem a sua mente quando pensa em “recepção aos calouros”?
- E quando pensa em trote?
- Os professores ficam sabendo dos trotes? Eles participam de alguma forma?
- Em sua opinião, qual deve ser o papel dos professores em relação aos trotes? E qual deve ser o papel da universidade?
- Você acha que o trote pode influenciar a vida de quem participa? Você acha que pode influenciar a formação profissional? Se sim, de que maneiras?
- Você sabia que o trote é proibido na UFSC? O que pensa a respeito disto? Haveria alternativas à proibição?
- Você percebeu algum problema ético nos trotes que, como calouro ou veterano, tenha visto ou vivenciado, ou mesmo em trotes sobre os quais tenha ouvido falar

## Apêndice D – Lista de códigos do AtlasTi

Code: alternativas a proibição - gestores {2-0}

---

Code: alternativas a proibição - professores {2-0}

---

Code: alternativas a proibição - profissionais {2-0}

---

Code: alternativas a proibição - veteranos {2-0}

---

Code: alternativas a proibição -calouros {2-0}

---

Code: distinção entre trote e recepção pelos professores {2-0}

---

Code: distinção: trote e acolhimento pelos profissionais {1-0}

---

Code: distinção entre trote e recepção pelos veteranos {1-0}

---

Code: Exemplo trote UFSC 2015 {1-0}

---

Code: experiência trotes gestores {1-0}

---

Code: experiência trotes professores {1-0}

---

Code: experiência trotes profissionais {1-0}

---

Code: experiência trotes veteranos {1-0}

---

Code: influencia na formação {1-0}

---

Code: influencia na vida {1-0}

---

Code: opinião profissionais trote com canções obscenas {4-

---

Code: Outros trotes (pelos professores) {1-0}

---

Code: Outros trotes (pelos profissionais) {3-0}

---

Code: outros trotes (pelos veteranos) {1-0}

---

Code: papel da UFSC (calouros) {2-0}

---

Code: papel da UFSC (profissionais) {3-0}

---

Code: papel da UFSC (veteranos) {2-0}

---

Code: papel da UFSC pelos gestores {3-0}

---

Code: papel da UFSC pelos professores {2-0}

---

Code: papel dos professores (gestores) {5-0}

---

Code: papel dos professores (professores) {5-0}

---

Code: papel dos professores (profissionais) {4-0}

---

Code: papel dos professores nos trotes (calouros) {5-0}

---

Code: papel dos professores (veteranos) {5-0}

---

Code: participação dos professores nos trotes (calouros) {2-0}

---

Code: Participação dos professores nos trotes (gestores) {4-0}

---

Code: Participação dos professores trotes (professores) {11-0}

---

Code: participação professores nos trotes (profissionais) {1-0}

---

Code: participação dos professores nos trotes (veteranos) {3-0}

---

Code: possíveis PE {2-0}

---

Code: Recepção pelos calouros {23-0}

---

Code: recepção pelos gestores {16-0}

---

Code: Recepção pelos professores {17-0}

---

Code: recepção pelos profissionais {8-

---

Code: Recepção pelos veteranos {23-0}

---

Code: reflexão veteranos seu trote {7-0}

---

Code: reflexão dos calouros em relação aos trotes 2015 {29-0}

---

Code: reflexão dos gestores em relação ao trote {4-0}

---

Code: reflexão dos professores em relação ao seu trote {6-0}

---

Code: reflexão dos professores em relação aos trotes {8-0}

---

Code: reflexão dos profissionais em relação trote na UFSC {4-0}

---

Code: reflexão em relação a recepção (pelos professores) {2-0}

---

Code: reflexão veteranos relação ao trote 2015 {9-0}

---

Code: representações sociais sobre PE {1-0}

---

Code: trote pelos professores {23-0}

---

Code: Trote proibido - calouros {3-0}

---

Code: trote proibido - gestores {2-0}

---

Code: trote proibido - professores {1-0}

---

Code: trote proibido - profissionais {2-0}

---

Code: trote proibido - veteranos {1-0}

---

Code: trotes 2015 pelos calouros {22-0}

---

Code: trotes 2015 pelos gestores {4-0}

---

Code: trotes 2015 pelos professores {5-0}

---

Code: Trotes pelos calouros {15-0}

---

Code: trotes pelos gestores {6-0}

---

Code: trotes pelos profissionais {6-0}

---

Code: trotes pelos veteranos {9-0}

---

Code: trotes UFSC 2015 pelos veteranos {6-0}

---

Code: valor da recepção para calouros {11-0}

---

Code: valor da recepção para veteranos {16-0}

---

Code: valor da recepção pelos gestores {4-0}

---

Code: valor da recepção pelos professores {10-0}

---

Code: valor da recepção pelos profissionais {9-0}

---

Code: valor de trotes pelos calouros {6-0}

---

Code: valor de trotes pelos veteranos {6-0}

---

Code: valor dos trotes pelos gestores {1-0}

---

Code: valor dos trotes pelos gestores {2-0}

---

Code: valor dos trotes pelos professores {9-0}

---

Code: valor dos trotes pelos profissionais {4-0}

---



## **Apêndice E: Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE  
COLETIVA

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Caro (Estudante) (Professor) (Profissional),

**Título da Pesquisa:** Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**A DIMENSÃO ÉTICA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TROTE UNIVERSITÁRIO**” conduzida pela psicóloga e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da professora Dra. Mirelle Finkler.

**Objetivo da pesquisa:** A pesquisa será feita pela participação voluntária de Calouros, Veteranos, Professores dos cursos de graduação na área da saúde da Universidade Federal de Santa Catarina e de alguns Profissionais das referidas áreas da Saúde, através de entrevistas com o objetivo de avaliar as implicações dos trotes na dimensão ética da formação em saúde, através da análise das representações sociais. A pesquisa se justifica por contribuir para algumas reflexões a partir das vivências acadêmicas e sobre a dimensão ética de um contexto de formação em saúde.

**Benefícios:** Os resultados da pesquisa poderão trazer benefícios de forma direta ou indireta aos sujeitos participantes e à comunidade porque está relacionada com melhorias na humanização da assistência à saúde no SUS, possibilitando a reflexão crítica sobre formação em saúde.

**Participação Voluntária:** A participação dos entrevistados nesta pesquisa é voluntária e não envolve custos e nem retribuição financeira. Sua negativa em participar não trará nenhum prejuízo e nem afetará sua relação com o pesquisador ou com a UFSC. Se aceitar participar, o procedimento da pesquisadora será realizar uma entrevista em que o participante será solicitado a responder. As perguntas estarão relacionadas aos objetivos da pesquisa, anteriormente mencionado. Se

concordar, as respostas serão gravadas em meio digital e depois transcritas.

**Riscos:** Os riscos referentes à sua participação nesta pesquisa referem-se a possíveis constrangimentos ou desconfortos ao expor suas vivências desde seu ingresso na Universidade, como estudante ou em carreira de magistério ou como conselheiro. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, você terá direito a indenização conforme determinado na Resolução 466/ 12, item IV. 3h. Para minimizar estes riscos alguns cuidados serão tomados: As informações ficarão sob guarda exclusiva do pesquisador principal e serão utilizadas somente para fins dessa pesquisa; o sigilo de sua identidade será garantido, em nenhuma hipótese a sua identidade será revelada; assegura-se que a qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa, bastando apenas entrar em contato com a pesquisadora.

**Compromisso e ajustes finais:** A pesquisadora compromete-se a divulgar os resultados da pesquisa a todos os participantes envolvidos. Os resultados serão publicados na forma de dissertação de mestrado, artigos científicos em revistas e resumos para apresentação em congressos. O projeto de pesquisa referente a este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o número 553685 (telefone para contato: 048 - 3721-6094 / e-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)) Endereço: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400. Assim, diante das informações acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique o Termo de consentimento e assine o recibo, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável, constando o contato da pesquisadora e da professora orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e ou sua participação, a qualquer momento.

**Declaramos,** mediante assinatura que as informações contidas neste termo são verídicas e firmamos o compromisso em cumprir com todas as obrigações explicitadas. Este texto foi redigido de acordo com a Resolução 466/ 2012 do Conselho nacional de Saúde e exigências contidas no item IV. 3.

---

Neusa Maria Kuester Vegini  
Mestranda  
Programa de Pós-Graduação  
em Saúde Coletiva  
Universidade Federal de Santa  
Catarina  
E-mail:  
[neusakvegini@gmail.com](mailto:neusakvegini@gmail.com)  
Tel.: (48) 9903-2838

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirelle Finkler  
Orientadora  
Programa de Pós-Graduação  
em Saúde Coletiva  
Universidade Federal de Santa  
Catarina  
E-mail:  
[mirellefinkler@yahoo.com.br](mailto:mirellefinkler@yahoo.com.br)  
Tel.: (48) 3721-5144

### **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO:**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG: \_\_\_\_\_, abaixo assinado, aceito participar da pesquisa acima citada. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento. Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **ANEXOS**

**ANEXO 1 – Legislação da UFSC sobre trotes****RESOLUÇÃO Nº 10 /CUn /2000, de 25 de julho de 2000, da UFSC**

RESOLUÇÃO Nº 10 /CUn /2000, de 25 de julho de 2000 O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou este Conselho, em sessão realizada nesta data, referente ao Processo nº 23080. 004177/99-13, e considerando: - a necessidade urgente de que o corpo discente seja orientado para assegurar o seu bom desempenho acadêmico e a sua autoestima, e para promover a solidariedade, a responsabilidade social, a ética e o respeito aos direitos humanos; - a necessidade de que e as atividades discentes sejam caracterizadas e acompanhadas não de forma punitiva, mas, sim, educativa; - a necessidade de que a Universidade Federal de Santa Catarina se engaje em movimentos educativos em prol da redução da violência e do abuso pessoal nos meios sociais; - a necessidade de que as ações dos segmentos da Universidade no meio social em que está inserida sejam exemplares: prática saudável de cidadania; RESOLVE: Art. 1º Alterar os artigos 127, 128, 129 e 130 do Regulamento dos Cursos de Graduação, integrante da Resolução nº 17 / CUn /97, os quais passam a ter a seguinte redação: “Art. 127. Cada Unidade de Ensino deverá organizar, semestralmente, um Comitê de Recepção aos Calouros, indicado pelo respectivo Conselho, com a participação da Direção da Unidade, de professores e de alunos. § 1º A Presidência do Comitê será exercida pelo respectivo Diretor da Unidade Universitária. § 2º Toda e qualquer atividade de recepção ao aluno ingressante, em todas as unidades, deverá estar integrada à programação elaborada pelo Comitê de Recepção aos Calouros. § 3º Para atender especificidades dos Centros, poderão ser criados Subcomitês de Recepção aos Calouros. Art. 128. Fica proibida aos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina toda e qualquer ação de trote. § 1º A participação em ações de trote implicará na aplicação da pena de suspensão de até 30 dias, com a consequente proibição de reposição de avaliações e aulas no período correspondente. § 2º A participação em ações de trote que causem, a quem quer que seja, coação ou agressão física, moral ou qualquer outra forma de constrangimento, ou resulte em atos lesivos à propriedade, sujeitará o aluno à penalidade de suspensão superior a 30 dias, com a consequente proibição de reposição de avaliações e aulas no período correspondente,



ou de eliminação (desligamento) do corpo discente da Universidade. §3º A proibição estabelecida neste artigo estender-se-á às ações praticadas fora do Campus Universitário. § 4º A aplicação das penalidades de que tratam os parágrafos anteriores, será precedida de processo disciplinar, assegurado o direito de ampla defesa, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos nos art. 122 a 126 do presente regulamento: § 5º Na definição das infrações disciplinares e da aplicação das respectivas penalidades, observar-se-á o disposto nos art. 118 e 119 do presente Regulamento. Art. 129. Ao Comitê de Recepção aos Calouros compete: I - propor e coordenar as atividades que visem à integração dos alunos ingressantes na Universidade, no semestre de referência; II - receber e analisar as denúncias que envolvam a participação de alunos em atos lesivos à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais, durante o período de recepção aos novos alunos; III - elaborar, num prazo de 48 horas, relatório circunstanciado sobre as denúncias de que trata o inciso anterior, encaminhando, através de seu Presidente, o respectivo processo ao Presidente do Colegiado de Curso ao qual pertence o aluno ou alunos envolvidos, para os fins previstos no § 4º do art. 128. Art.130. Após a conclusão do processo disciplinar de rito sumaríssimo, configurada a infração prevista no § 1º do art. 128, o Presidente do Colegiado deverá, no prazo de três dias, aplicar a penalidade correspondente. § 1º Da decisão do Colegiado do Curso caberá recurso ao Conselho da Unidade. § 2º No caso de configuração da infração prevista no § 2º do art. 128, o Presidente do Colegiado de Curso deverá, no prazo de vinte e quatro horas, remeter o respectivo processo ao Reitor, para a instauração do competente processo disciplinar, observado o disposto no art. 123 deste Regulamento. § 3º Da decisão do Reitor caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Universitário. § 4º Será de dez dias o prazo para a interposição dos recursos previstos nos §§ 1º e 3º, contado da data da ciência pelo interessado do teor da decisão. ” Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de publicação no Boletim Oficial da Universidade Federal de Santa Catarina.

**ANEXO 2 – Declaração de Autorização da UFSC****DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA NA UFSC****DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a submissão e obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da Instituição, tomei conhecimento do o projeto de pesquisa integrante da dissertação de mestrado intitulada **“A DIMENSÃO ÉTICA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TROTE UNIVERSITÁRIO”**, e sendo cumpridos os termos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares, autorizo a execução da pesquisa nos termos propostos.

  
UFSC

Prof. Sérgio Fernando Torres de Freitas  
Diretor do CCS/UFSC  
Portaria nº 1992/2012/GR

 , 03 de  de 2015.



## ANEXO 3 – Parecer do CEP/UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A DIMENSÃO ÉTICA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TROTE UNIVERSITÁRIO

**Pesquisador:** Mirelle Finkler

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 47198015.5.0000.0121

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.160.242

**Data da Relatoria:** 27/07/2015

#### Apresentação do Projeto:

Dissertação de mestrado de Neusa Maroa Kuester Vegini no programa de pós-graduação em saúde coletiva da UFSC. Os pesquisadores pretendem entrevistar 8 professores, 6 estudantes calouros, 4 profissionais de saúde e 6 estudantes veteranos.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como os trotes universitários influenciam na dimensão ética da formação dos profissionais em saúde. Objetivo Secundário: I. Conhecer as representações sociais do trote para os estudantes e professores dos cursos da saúde; II. Analisar se os estudantes e professores vivenciam ou percebem a possibilidade de ocorrerem problemas éticos no trote; III. Investigar como a instituição universitária e seus professores vêm lidando com o trote; IV. Analisar as representações sociais do trote como elemento capaz de influenciar a dimensão ética da formação dos estudantes.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na análise dos riscos os pesquisadores avaliam que referem-se a possíveis constrangimentos ou desconfortos ao expor vivências desde o ingresso na Universidade, como estudante ou em carreira de magistério ou como profissional. Para minimizar estes riscos os pesquisadores informam que alguns cuidados serão tomados: as informações ficarão sob guarda exclusiva do pesquisador

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R: Desembargador Vitor Lima,  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br